

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS CULTURAIS,
MEMÓRIA E PATRIMÔNIO - PROMEP/UEG

MESTRADO PROFISSIONAL

KENIA APARECIDA DE MORAIS

PATRIMÔNIO CULTURAL E ACESSIBILIDADE DAS PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA NO MUSEU DAS BANDEIRAS (MUBAN) – CIDADE DE GOIÁS

GOIÁS - GO

2021

KENIA APARECIDA DE MORAIS

**PATRIMÔNIO CULTURAL E ACESSIBILIDADE DAS PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA NO MUSEU DAS BANDEIRAS (MUBAN) – CIDADE DE GOIÁS**

Relatório Técnico para apresentação de produto à banca do Mestrado Profissional em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio, da Universidade Estadual de Goiás - Campus Cora Coralina (PROMEP/UEG), como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Neemias Oliveira da Silva.

GOIÁS- GO

2021



TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL (BDTD)

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Estadual de Goiás a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UEG), regulamentada pela Resolução, CsA nº 1.087/2019 sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9.610/1998, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data¹. Estando ciente que o conteúdo disponibilizado é de inteira responsabilidade do(a) autor(a).

Dados do autor (a)

Nome completo: Kenia Aparecida de Moraes

Email: keniaaparecidademorais@gmail.com

Dados do trabalho

Título: Patrimônio cultural e acessibilidade das pessoas com deficiência no museu das bandeiras (MUBAN) – Cidade de Goiás

Tipo:

Tese Dissertação

Curso/Programa: PROMEP

Concorda com a liberação documento

SIM NÃO

¹Período de embargo é de até um ano a partir da data de defesa.

Goiás, 19 de novembro de 2021

Kenia Aparecida de Moraes

Assinatura autor(a)

Neerimas Oliveira de Silva

Assinatura do orientador(a)

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA FONTE

Biblioteca Frei Simão Dorvi – UEG Câmpus Cora Coralina

M828p Morais, Kenia Aparecida de..
Patrimônio cultural e acessibilidade das pessoas com deficiência no Museu das Bandeiras (MUBAN) – Cidade de Goiás [manuscrito] / Kenia Aparecida de Morais. – Goiás, GO, 2021.
112f. ; il.

Orientador: Prof. Dr. Neemias Oliveira da Silva.
Relatório Técnico (Mestrado em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio) – Câmpus Cora Coralina, Universidade Estadual de Goiás, 2021.

1. Patrimônio cultural - museu. 2. Pessoa com deficiência. 2.1. Acessibilidade. 2.2. Inclusão.
II. Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Cora Coralina.

CDU: 719:37(817.3)

Bibliotecária responsável: Marília Linhares Dias – CRB 1/2971

KENIA APARECIDA DE MORAIS

**PATRIMÔNIO CULTURAL E ACESSIBILIDADE DAS PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA NO MUSEU DAS BANDEIRAS (MUBAN) – CIDADE DE GOIÁS**

Relatório Técnico submetido ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio (PROMEP/UEG), Mestrado Profissional, para fins de Exame de Defesa como parte dos requisitos necessários para obtenção de título de Mestre em História. Aprovado em 10 de agosto de 2021, pela Banca Examinadora composta pelos seguintes docentes:

Prof. Dr. Neemias Oliveira da Silva (PROMEP - UEG)

Orientador

Prof. Dra. Denise de Oliveira Alves (Universidade Federal de Goiás - UFG)

Membro externo

Prof. Dra. Maria Dailza da Conceição Fagundes (PROMEP - UEG)

Membro interno

Profa. Dr. Keley Cristina Carneiro (PROMEP/UEG)

Membro interno (suplente)

Prof. Dr. Wagner Jacinto de Oliveira (Instituto Federal de Goiás - IFG)

Membro externo (suplente)

Goiás, 10 de agosto de 2021.

“Devemos adotar outro paradigma da deficiência, um que afirme que a deficiência ocorre quando há discriminação. Quando uma pessoa é tratada de maneira injusta e desigual devido à existência de uma condição artificial (como o uso de uma cadeira de rodas), então essa pessoa vivencia a deficiência. Quando uma pessoa é tratada de forma justa e igual, não há deficiência e a pessoa não se sente deficiente.” David Pfeiffer (1934-2003).

Foi professor da Universidade de Medicina do Havaí e especialista em Estudos da Deficiência. O professor Pfeiffer contraiu poliomielite quando era criança e, desde então, utilizou cadeira de rodas.

AGRADECIMENTOS

Nos dias atuais, o ato de agradecer está se tornando cada vez mais escasso. Na maioria das vezes, gastamos mais tempo reclamando ou lutando para termos o que não temos, do que agradecendo as vitórias alcançadas.

Tudo que conquistamos é resultado de várias somas que temos ao longo do caminho. Por isso, fico feliz em poder agradecer:

A Deus, por me dar fé e confiança para seguir caminhando.

À minha família – meu esposo Gilbráz Santiliano Adorno e meus filhos Julia Morais Adorno, Daniel Morais Adorno que tiveram a paciência de me ouvir explicando diferentes artigos e colaborando com meu crescimento.

Ao meu pai, Pedro Jacinto de Morais que, apesar do pouco estudo, sempre me incentivou a continuar aprendendo.

Ao Prof. Dr. Neemias Oliveira da Silva, pela paciência em me acalmar durante os momentos de ansiedade ao escrever.

Ao meu amigo Wesley Jubé, que através da sua arte, deu vida ao produto idealizado nesta pesquisa.

Aos professores do PROMEP, que contribuíram para as reflexões sobre o Patrimônio Cultural.

À banca examinadora, formada pela Prof. Dra. Denise de Oliveira Alves, Prof. Dra. Maria Dailza da Conceição Fagundes, Prof. Dr. Wagner Jacinto de Oliveira por suas contribuições para a pesquisa.

À equipe do MUBAN, representada pelo diretor Tony Willian Boita, que mesmo durante o período de afastamento social não mediu esforços para responder aos meus questionamentos.

À interprete de Libras Denisa Luisa Adorno que tornou a apresentação à banca mais acessível.

Aos amigos e colegas, que deram sugestões, leram ou ouviram minhas ideias.

Obrigada. Graças ao apoio de todos foi possível terminar esta pesquisa.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Cartaz promocional da 18ª Semana de Museus - 2020	19
Figura 2 - Informativo com a programação da 18ª Semana de Museus - 2020	20
Figura 3 - Cartaz promocional - 14º Primavera dos Museus	21
Figura 4 - Desenho de parte do Museu das Bandeiras com complemento de foto	22
Figura 5 - Fachada atual do Museu das Bandeiras	24
Figura 6 - Aspecto da sala do segundo pavimento com a plataforma de acesso (elevador)	25
Figura 7 - Entrada principal do prédio	26
Figura 8 - Entrada lateral do prédio	27
Figura 9 - Entrada de acesso lateral, parte interna do Museu	27
Figura 10 - Escada para o 2º pavimento do prédio	28
Figura 11 - Folder de cursos de formação oferecidos pelo Museu	32
Figura 12 - Curso de formação: Construindo um programa educativo cultural	33
Figura 13 - Curso de formação continuada no MUBAN	34
Figura 14 - Página do Museu das Bandeiras, com destaque para o aplicativo de Libras	69
Figura 15 - Reunião com a equipe do MUBAN sobre a exposição	72
Figura 16 - Escultura religiosa	74
Figura 17 - Chave	74
Figura 18 - Colcha	75
Figura 19 - Tacape	75
Figura 20 - Balança	75
Figura 21 - Parte baixa do alicerce do prédio	78
Figura 22 - Parede externa do prédio	78
Figura 23 - Vista lateral da parede de entrada e alicerce do MUBAN	79
Figura 24 - Caracterização dos materiais presentes na estrutura do prédio	79
Figura 25 - Croqui do painel tátil	80
Figura 26 - Desenho da aluna Kéren Borges - 2020	81
Figura 27 - Desenho da aluna Isadora Batista - 2020	81
Figura 28 - Desenho da aluna Kawany Ester - 2020	82
Figura 29 - Desenho do aluno Erick Henrique Alves de Oliveira - 2020	82

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Núcleos internos do MUBAN	30
Quadro 2 - Quadro de funcionários do MUBAN	31
Quadro 3 - Deficiências	46-47
Quadro 4 - Diretrizes de acessibilidade do Plano Nacional Setorial de Museus - Diretriz 01	53
Quadro 5 - Diretrizes de acessibilidade do Plano Nacional Setorial de Museus - Diretriz 11	53-54
Quadro 6 - Metas MUBAN 2020-2024	54-55
Quadro 7 - Ações realizadas no ano de 2019	58-59
Quadro 8 - Atividades anuais direcionadas ao público da Cidade	60-61
Quadro 9 - Síntese da pesquisa com surdos e professores intérpretes	67-68
Quadro 10 - Avaliação da exposição: O museu e os sentidos	73

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Análise do perfil do público quanto à cidade de origem	35
Gráfico 2 - Análise do perfil do público quanto ao estado de origem	35
Gráfico 3 - Análise do perfil do público quanto à cidade de origem	62
Gráfico 4 - Resultado sobre a visitação dos entrevistados ao MUBAN	65
Gráfico 5 - Resultado do quantitativo sobre a avaliação do site do MUBAN	69

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABNT** – Associação Brasileira de Normas Técnicas.
- AEE** – Atendimento Educacional Especializado.
- BID** – Banco Interamericano de Desenvolvimento.
- CEAM** – Centro Especializado de Atendimento à Mulher.
- CEPMG** – Colégio Estadual da Polícia Militar de Goiás.
- CIF** – Classificação Internacional de Funcionalidade.
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- IBRAM** – Instituto Brasileiro de Museus.
- ICOM** – Conselho Internacional de Museus.
- IPHAN** – Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional.
- LBI** – Lei Brasileira de Inclusão.
- LIBRAS** – Língua Brasileira de Sinais.
- MHN** – Museu Histórico Nacional.
- MUBAN** – Museu das Bandeiras.
- ONU** – Organização das Nações Unidas.
- PNC** – Plano Nacional de Cultura.
- PNEM** – Política Nacional de Educação Museal.
- PNM** – Plano Nacional de Museus.
- PNSM** – Plano Nacional Setorial de Museus.
- SPHAN** – Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
- UNESCO** – Organização das Nações Unidas para a Educação.

RESUMO

A pesquisa aqui apresentada tem como discussão a cultural da pessoa com deficiência no espaço do Museu das Bandeiras, na Cidade de Goiás-. A partir da análise de duas esferas: do espaço museal e da pessoa com deficiência, propomos ações de educação patrimonial que podem ser facilitadoras desse processo. A metodologia utilizada na pesquisa procurou, por meio de entrevistas, análise bibliográfica, documental e iconográfica, conhecer a relação do museu para com a pessoa com deficiência e a relação desse público para com o museu, estabelecendo as principais especificidades de inclusão neste caminho. Os resultados nos permitiram conhecer os principais desafios do Museu das Bandeiras ao identificar e atender o público com deficiência e apresentar ações que podem ser implementadas no plano educativo da instituição. Como produto final da pesquisa, apresentamos para o Museu a proposta de uma exposição temporária intitulada “O museu e os sentidos”, na qual os visitantes são convidados a pensar esses sujeitos para além das fronteiras da mobilidade estrutural, com ações que possibilitem a pessoa com deficiência uma acessibilidade cultural às representações do patrimônio cultural presentes nesta instituição.

Palavras-chave: Acessibilidade. Museu. Patrimônio. Inclusão. Pessoas com Deficiência.

ABSTRACT

The research presented here discusses the cultural inclusion of people with disabilities in the Museu das Bandeiras space in Goiás City. From the analysis of two spheres: the museum space, and the person with disabilities, we proposed some heritage education actions that can facilitate this process. The methodology used in the research sought, through interviews, bibliographic, documentary and iconographic analysis, to know the relationship of the museum to the person with disabilities and the relationship of this public to the museum, establishing the main specificities of inclusion in this path. The results allowed us to know the main challenges of the Museum of Flags when identifying and serving the public with disabilities and presenting actions that can be implemented in the educational plan of the institution. As a final product of the research, we presented to the museum the proposal for a temporary exhibition entitled “The museum and the senses” in which visitors are invited to think about these subjects beyond these boundaries of structural mobility, which allow the person with disabilities an accessibility to representations of cultural heritage present in this institution.

Keywords: Accessibility. Museum. Patrimony. Inclusion. Disabled people.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 O MUSEU DAS BANDEIRAS: ASPECTOS HISTÓRICOS E METODOLÓGICOS	18
1.1 História e Vivências do MUBAN	18
<i>1.1.1 MUBAN: Construindo Caminhos junto à Comunidade</i>	<i>29</i>
1.2 A pesquisa realizada - Pressupostos Teóricos e Metodológicos	36
<i>1.2.1 Traçando Caminhos: redefinindo rotas</i>	<i>36</i>
<i>1.2.2 Museu, patrimônio cultural e suas intersecções</i>	<i>38</i>
2 O MUSEU E A PESSOA COM DEFICIÊNCIA: ENTRE A LEGALIDADE E A PRÁTICA	44
2.1 Deficiências: conceitos e reflexões	44
2.2 As políticas públicas patrimoniais e a acessibilidade das pessoas com deficiência nos espaços públicos museais	47
2.3 As diferentes vozes ao longo da caminhada	57
<i>2.3.1 O que dizem as vozes do MUBAN sobre a inclusão cultural da pessoa com deficiência</i>	<i>57</i>
<i>2.3.2 O que dizem as vozes das pessoas com deficiência sobre o MUBAN</i>	<i>65</i>
3 EXPOSIÇÃO TEMPORÁRIA: O MUSEU E OS SENTIDOS	70
3.1 Apresentação e formato do produto	70
<i>3.1.1 Painéis táteis</i>	<i>76</i>
<i>3.1.2 Desenhos dos alunos do CEPMG - João Augusto Perillo para a Exposição</i>	<i>80</i>
3.2 Público-alvo da exposição	83
3.3 O impacto esperado sobre a comunidade e na preservação do bem cultural	84
3.4 Devolutiva para a comunidade: o encontro entre teoria e prática	85
<i>3.4.1 Devolutiva aos sujeitos com deficiência</i>	<i>85</i>
<i>3.4.2 A devolutiva para os agentes museais</i>	<i>86</i>
<i>3.4.3 A proposta de Aplicação do Produto</i>	<i>88</i>
<i>3.4.4 Proposta de aplicação na comunidade escolar</i>	<i>89</i>
CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
REFERÊNCIAS	94
APÊNDICE.....	98
ANEXOS.....	110

INTRODUÇÃO

A pesquisa “Patrimônio Cultural e Acessibilidade das Pessoas com Deficiência no Museu das Bandeiras (MUBAN) – Cidade de Goiás” apresenta uma discussão sobre a inclusão cultural e a acessibilidade da pessoa com deficiência no espaço do Museu das Bandeiras, na Cidade de Goiás. O tema é de grande relevância para a comunidade, pois nos impulsiona a refletir sobre os direitos da pessoa com deficiência para além da acessibilidade estrutural, representada pela eliminação das barreiras físicas.

A escolha do Museu das Bandeiras como substrato empírico para o desenvolvimento da pesquisa vem carregada das minhas memórias e experiências como educadora docente em História, na rede Estadual de Ensino da Cidade de Goiás. Em vinte e cinco anos de caminhada, sempre que possível, levava os alunos ao Museu e, durante as visitas, era latente a dificuldade de mobilidade e de comunicação com os discentes com deficiência. Os cadeirantes não tinham acesso ao segundo piso do prédio e os surdos tinham que ser acompanhados por uma professora intérprete da unidade escolar.

Os anos se passaram e, em 2015, iniciei meu trabalho na área da Inclusão como professora de AEE (Atendimento Educacional Especializado), o que me permitiu vivenciar diariamente as dificuldades de acessibilidade física aos locais públicos, bem como a falta de ações que permitam ao público com deficiência se apropriar dos aspectos culturais presentes em cada representação cultural da cidade. Ter o Museu das Bandeiras como objeto de pesquisa, dentre tantos espaços de memória importantes para a antiga Vila Boa, representa a minha contribuição para a comunidade e para esta instituição que ao longo dos anos desempenha um importante papel para a cultura local.

Com um acervo composto por objetos significativos da presença negra, indígena e portuguesa em Goiás, a história do Museu das Bandeiras está intrinsecamente ligada à fundação da Cidade de Goiás, que, em 2001, foi reconhecida pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) como Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade. A antiga capital do Estado apresenta inúmeras fontes de estudo no seu patrimônio material edificado e no imaterial, representado por seus saberes e fazeres guardados por sua população. As singularidades da cidade - presentes na sua arquitetura, nos seus becos, nas suas lendas e mitos, na religiosidade e fé, e na sua gastronomia interiorana - atraem turistas de diversos lugares para desfrutarem momentos de lazer e estudo, inspirando também pesquisadores das questões patrimoniais.

No entanto, toda essa riqueza cultural não está ao alcance de todos, pois, apesar da Cidade de Goiás ter o título de Patrimônio Histórico da Humanidade, este patrimônio não é acessível a uma grande parcela da sua população. A gestão dos acervos patrimoniais apresenta-se deficitária, principalmente no tocante às pessoas com deficiência. A cidade ainda não oferece condições básicas de acessibilidade, mobilidade e comunicação para estes sujeitos, o que fere o Decreto de Acessibilidade nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Os direitos de inclusão e acessibilidade conquistados ao longo de um processo de luta e resistência não são garantidos nos espaços públicos, o que é evidente quando muitos moradores, assim como turistas, transitam pela área tombada do Centro Histórico.

Esse quadro histórico cultural despertou nesta educadora pesquisadora a necessidade de se pensar em ações inclusivas efetivas nos espaços museais, que pudessem garantir não apenas o direito de acesso da pessoa com deficiência, mas a apropriação dos saberes e fazeres proporcionados por este espaço, que também é de poder, uma vez que carrega em seus acervos importantes representações do patrimônio cultural.

Então, através da intersecção de duas áreas do conhecimento, História e Inclusão, procuramos por meio da pesquisa científica contribuir com a reflexão e possíveis mudanças para a inclusão e a acessibilidade da pessoa com deficiência na Cidade de Goiás. Assim, podemos dar ao museu um novo significado, no qual este não seja apenas reproduzidor de uma cultura branca e elitista, que se perdurou no Brasil ao longo dos séculos. A sociedade atual cobra que os museus sejam também espaços que quebrem essa realidade, imprimindo em suas exposições e no atendimento ao público o olhar do outro sobre os aspectos culturais e políticos de construção da nossa nação, respeitando a multiplicidade e os direitos humanos.

Para garantirmos o acesso da pessoa com deficiência aos espaços patrimoniais, é importante que asseguremos a todos o princípio da equidade, que nos permite promover ações de acessibilidade e oferecer ferramentas para que as pessoas com deficiência e mobilidade reduzida sejam autônomas, conheçam e se sintam parte integrante da cidade em que vivem, podendo usufruir de tudo o que ela oferece.

Um dos caminhos possíveis para a melhoria da situação atual passa pela educação. Nesse sentido, o Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) desenvolve um trabalho com a Educação Patrimonial, com foco nas instituições escolares da Cidade de Goiás, bem antes do seu reconhecimento como Patrimônio da Humanidade. Já foram desenvolvidos nas escolas municipais e estaduais os projetos: “Conhecer para Preservar-Preservar para

conhecer”¹ e “Viva e Reviva Goiás”²”, que tinham como objetivo principal o incentivo ao desenvolvimento de ações de Educação Patrimonial nas escolas. Essas iniciativas criaram, na maioria das unidades escolares do município, a prática de se desenvolver, mesmo que de forma esporádica, atividades voltadas para a preservação e conservação dos espaços tombados.

No entanto, dentro de ações como essas, pouco se discute sobre a inclusão das pessoas com deficiência no processo de preservação e conservação do patrimônio, tão pouco são pensadas ações que possam aproximar esse público do bem patrimonializado ou dos saberes e fazeres da comunidade. Por isso, torna-se tão importante a Educação Patrimonial para uma perspectiva inclusiva nos espaços museais, dentro de um processo de formação e sensibilização nos aspectos patrimoniais e de acolhimento, que possam fortalecer o processo de Inclusão Social das pessoas com deficiência, que ficam à margem da sociedade.

Para tanto, utilizamos como referenciais teóricos, autores como Pelegrini (2009), Hall (2014), Chagas (2012), Marchette (2016), Mantoan (2003), Sasaki (1997), Nora (1993) e Gonçalves (2015), além de análise de decretos e artigos que versam sobre patrimônio cultural, acessibilidade e direitos humanos. Buscando conhecer o funcionamento do Museu das Bandeiras e sua relação com o público com deficiência, foram feitas entrevistas via questionário eletrônico com os funcionários da instituição e com os alunos com deficiência do Colégio Estadual (CEPMG) João Augusto Perillo.

Além disso, para obter dados e levantar questionamentos sobre as ações desenvolvidas pelo MUBAN, foram analisados os Planos Museológicos de 2007 e 2020, estabelecendo uma comparação com as metas traçadas pelo Plano Nacional de Cultura e o Plano Nacional Setorial de Museus. Como forma de complementação aos estudos teóricos, também foi realizada a análise iconográfica de imagens, gráficos e cartazes de atividades desenvolvidas pelo Museu e ainda buscas em diferentes sites na Internet por artigos publicados em anais de congressos, artigos de revistas eletrônicas, relatórios, vídeos, cadernos, encartes e outros que pudessem ter informações que contribuíssem para a compreensão deste universo pesquisado, buscando conhecer a relação existente entre dois campos: o museu e a pessoa com deficiência.

¹Projeto de Educação Patrimonial desenvolvido nas escolas municipais, estaduais e particulares da Cidade de Goiás de 1984 a 2000, com o apoio da Prefeitura Municipal, do Escritório Técnico do Iphan/Pró-Memória e Museu de Arte Sacra da Boa Morte.

²O Projeto Viva e Reviva surgiu como uma proposta de ressignificar a história goiana pelo olhar dos alunos e professores das escolas da rede pública estadual. Criado em 1999, o programa teve início na Cidade de Goiás e estendeu-se a outros municípios goianos, como Jaraguá e Pirenópolis, buscando promover a integração entre a escola e a comunidade, fortalecendo a identidade cultural regional e preservando o patrimônio histórico.

As bases teóricas deste estudo procuram dialogar de forma interdisciplinar com a Educação Patrimonial, Museologia, História, Sociologia, Direitos Humanos e com a Educação Inclusiva. Os conceitos de acessibilidade, patrimônio, pessoas com deficiência e museu foram discutidos e analisados ao longo da pesquisa, tendo como referência o Museu das Bandeiras.

O estudo teve como objetivo principal analisar dois contextos: primeiro o espaço do Museu das Bandeiras, na Cidade de Goiás, e sua relação com o público com deficiência, identificando as principais dificuldades e desafios enfrentados pela instituição ao atender o público com deficiência. Segundo observar e registrar o olhar do público com deficiência para com o museu e as dificuldades enfrentadas por estes sujeitos ao frequentar esse espaço.

Dentro deste pressuposto, os estudos feitos durante a pesquisa buscaram responder as seguintes questões norteadoras: como podemos promover no MUBAN mudanças que permitem às pessoas com deficiências ter acessibilidade física e cultural? Como podemos aproximar as pessoas com deficiência do Patrimônio Histórico? E, como podemos garantir a permanência, a fruição, o consumo e a produção de ideias, de forma holística, para as pessoas com deficiência nos espaços museais? Como resultado, ao final deste processo, vamos apresentar um produto que possa ser aplicado pelo museu ao seu público com deficiência e, concomitantemente, possa evidenciar para a comunidade local e visitantes a preocupação desta intuição com a preservação e inclusão de sua clientela.

Esse novo olhar para estes sujeitos pode resguardar-lhes o exercício de direitos e da cidadania plena, uma vez que, atualmente, a relação da cidade para com os mesmos ainda não demonstra uma preocupação efetiva em implementar políticas públicas que assegurem os direitos de acessibilidade (garantidos pela Lei Brasileira da Inclusão nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (BRASIL, 2015); pelo Decreto de Acessibilidade nº 5.296, de 04 de dezembro de 2004, (BRASIL, 2004); bem como pelas portarias, decretos e demais dispositivos do próprio Iphan), deixando-os à margem do patrimônio. Compreender os espaços museais como lugares de vivências, que possibilitam múltiplas experiências sensoriais e cognitivas, é reconhecer que o patrimônio cultural também pode se tornar um aliado para a reflexão e mudança de postura na construção de uma cultura de inclusão social.

A metodologia da pesquisa, priorizou traçar, por meio de visitas, entrevistas, pesquisas em sites e análise do plano Museológico, o perfil do Museu das Bandeiras enquanto espaço de memória e vivência da cultura popular na Cidade de Goiás e sua relação com a pessoa com deficiência. Nesse estudo, foi possível conhecer o público da instituição e propor como produto a exposição temporária “O museu e os Sentidos” que tem como objetivo principal tornar a visita

das pessoas com deficiência mais significativa, através da estimulação sensorial, possibilitando a acessibilidade a este espaço.

Os autores que discutem Patrimônio, Memória, Educação Patrimonial e Inclusão foram o fio condutor na difícil tarefa de compreender as relações entre os dois universos (museu e pessoa com deficiência). Relações estas que se amparam nos aspectos legais, mas, ao mesmo tempo, exigem dos gestores do patrimônio uma sensibilidade e postura proativa para vencer as barreiras enfrentadas diariamente.

Buscamos neste trabalho analisar o espaço do museu dentro da sua dimensão educacional, com o objetivo de construir práticas educativas inclusivas que garantam o acesso e usufruto da pessoa com deficiência a este importante lugar de memória coletiva. Os resultados de todas as discussões são apresentadas neste Relatório Técnico que está estruturado em três momentos, são eles:

O primeiro, **O Museu das Bandeiras: aspectos históricos e metodológicos**, apresenta o bem cultural pesquisado com suas características históricas e a importância para a comunidade local, justificando a escolha para a referida pesquisa. Estabelecemos as discussões teóricas que permeiam os campos do patrimônio cultural, museu, inclusão, direitos humanos e acessibilidade, entrelaçados aos depoimentos dos envolvidos na pesquisa, para entender os anseios e dificuldades enfrentadas por ambos (O Museu e pessoa com deficiência).

O segundo, **O museu e a pessoa com deficiência: entre o legal e o real**, tem como foco principal apresentar os resultados da pesquisa. Os resultados são analisados em consonância com a discussão teórica, relacionando as conquistas da pessoa com deficiência no campo cultural e as políticas públicas implementadas no universo museal, para se adequar às mudanças implementadas. Os aspectos legais são confrontados com a prática por meio da análise dos dados coletados junto à equipe do MUBAN e dos alunos com deficiência do Colégio Estadual da Polícia Militar de Goiás (CEPMG) - João Augusto Perillo.

Após conhecermos estes dois universos, seguimos para a, **Exposição Temporária: o museu e os sentidos**, a proposta do produto educativo que contribua para a inclusão da pessoa com deficiência no espaço pesquisado e, ao mesmo tempo, provoque reflexões para mudanças atitudinais em todos os envolvidos da instituição, para que o espaço aos poucos se torne verdadeiramente inclusivo. Será apresentado o processo de criação, o público-alvo e a repercussão do produto para os sujeitos pesquisados, bem como as possibilidades de aplicação, com instruções de uso e devolutiva para a comunidade.

1 O MUSEU DAS BANDEIRAS: ASPECTOS HISTÓRICOS E METODOLÓGICOS

Neste item, é apresentado o bem cultural escolhido para a pesquisa e das discussões teórico-metodológicas que permearam o estudo. O panorama histórico descrito e as reflexões apresentadas procuram justificar a importância cultural do bem pesquisado para a comunidade local, bem como as ações desenvolvidas pela instituição e os desafios enfrentados junto ao público com deficiência.

1.1 História e Vivências do MUBAN

Esta pesquisa tem como proposta analisar o espaço do Museu das Bandeiras (MUBAN) enquanto lugar de memória e vivência da cultura popular na cidade de Goiás e sua relação com a pessoa com deficiência, levantando questionamentos que visam contribuir na implementação de ações educativas na instituição, de acordo com as normativas da Política Nacional de Educação Museal (PNEM).

A PNEM é um conjunto de princípios e diretrizes com o objetivo de nortear a realização das práticas educacionais em instituições museológicas; fortalecer a dimensão educativa em todos os espaços do museu; e subsidiar a atuação dos educadores. Sua construção, iniciada no 5º Fórum Nacional de Museus – Petrópolis/2012, concluiu-se com o documento final aprovado no 7º Fórum Nacional de Museus - Porto Alegre/2017. As diretrizes do documento são divididas em três eixos: I- Gestão; II- Profissionais, Gestão e Pesquisa; III - Museus e Sociedade, sendo que o item 3 do Eixo III estabelece: “Promover a acessibilidade plena ao museu, incentivando a formação inicial e continuada dos educadores museais para o desenvolvimento de programas, projetos e ações educativas acessíveis” (PNEM, 2018, p. 7).

Nesse sentido, a proposta desta pesquisa justifica-se pela necessidade de se pensar ações práticas de inclusão cultural da pessoa com deficiência nestes espaços museais. Procuramos pensar em um produto que atendesse ao público com deficiência, proporcionando a maior aproximação entre o sujeito e o bem patrimonializado, o que pode contribuir para a construção do sentimento de pertencimento, que ajuda na preservação e defesa do bem. Para tanto, é necessária uma descrição dos principais aspectos estruturais do museu em estudo para que possamos futuramente analisar a inclusão da pessoa com deficiência neste espaço.

O breve histórico do Museu das Bandeiras aqui descrito procura justificar a escolha deste espaço patrimonial como objeto de pesquisa, pois consideramos que a instituição possui

uma trajetória que busca a inclusão e o respeito à multiplicidade. Aliado a essa prerrogativa está o fato da abordagem do tema em evento, a 18ª Semana Nacional de Museus, ocorrida de 18 a 24 de maio de 2020: “Museus para a Igualdade: diversidade de inclusão”. A Semana, que teve sua primeira edição em 2003, é uma temporada cultural coordenada pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) e acontece todo ano em comemoração ao Dia Internacional dos Museus (18 de maio). A cada ano, o Conselho Internacional de Museus (ICOM) lança um tema diferente para a celebração dessa data, que também norteia as atividades da Primavera dos Museus, realizada no mês de setembro. Os dois eventos têm como objetivos promover, divulgar e valorizar os museus brasileiros; aumentar o público visitante; e intensificar a relação dos museus com a sociedade. Todos os museus coordenados pelo IBRAM realizaram ações internas e para o público envolvendo a temática.

O momento, então, tornou-se oportuno para se discutir e se pensar em ações educativas que promovam a inclusão cultural da pessoa com deficiência nestes espaços museais. Devido à pandemia provocada pela Covid-19³, os museus foram fechados a partir de 16 março de 2020, atendendo aos protocolos de segurança implementados pelo Ministério da Saúde. Nesta nova realidade, as ações da 18ª Semana Nacional foram desenvolvidas de forma online, conforme Figuras 1 e 2.

Figura 1 - Cartaz promocional da 18ª Semana de Museus – 2020



Fonte: Página do MUBAN no Facebook. Acesso em 20 de fevereiro de 2021.

³O Coronavírus, causador da Covid-19, é um vírus que apareceu na China em 31 de dezembro de 2019 e se espalhou rapidamente pelo mundo, causando a morte de milhares de pessoas. Chegou ao Brasil em fevereiro de 2020.

Figura 2 - Informativo com a programação da 18ª Semana de Museus - 2020

18ª SEMANA NACIONAL DE MUSEUS

Museus para a igualdade: diversidade e inclusão

PROGRAMAÇÃO
MUSEU DAS BANDEIRAS
MUSEU DE ARTE SACRA DA BOA MORTE
MUSEU CASA DA PRINCESA

18/5 SEGUNDA	19/5 TERÇA	20/5 QUARTA	23/5 SÁBADO	24/5 DOMINGO
18H: LANÇAMENTO DA EXPOSIÇÃO VIRTUAL ‘O PECÚLIO COMO FORMA DE CONQUISTA’	18H: LANÇAMENTO DA EXPOSIÇÃO VIRTUAL ‘COTIDIANO DOS MUSEUS EM TEMPOS DE PANDEMIA’	18H: LANÇAMENTO DA EXPOSIÇÃO VIRTUAL ‘COVID- 19: O IMPACTO DO ISOLAMENTO SOCIAL EM VILA BOA DE GOYAZ’	11H: PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO MUSEU DAS BANDEIRAS – MÓDULO I – A DIVERSIDADE NOS MUSEUS BRASILEIROS	11H: PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO MUSEU DAS BANDEIRAS – MÓDULO I – A DIVERSIDADE NOS MUSEUS BRASILEIROS

DE 18 A 24/5
PROJETO EU MEMÓRIA

PARTICIPE! ACESSE
WWW.MUSEUSIBRAMGOIAS.MUSEUS.GOV.BR

Fonte: Página do MUBAN no Facebook. Acesso em 20 de fevereiro de 2020.

As atividades também foram realizadas com a equipe do Museu de Artes Sacras, também na Cidade de Goiás, e Museu Casa da Princesa, em Pilar de Goiás, ambos coordenados pelo IBRAM no Estado. As ações buscaram integrar a atual situação de pandemia, a multiplicidade e inclusão, e teve participação do público com opiniões sobre as exposições nas mídias sociais.

Na programação dos dias 23 e 24 de maio de 2020, com tema “Diversidade nos Museus Brasileiros”, foi realizada na modalidade de curso online na Plataforma *Teams*. Participaram pesquisadores de diferentes instituições que refletiram sobre patrimônio cultural, diversidade, inclusão e acesso aos espaços museais. Na oportunidade, apresentei o projeto desta pesquisa.

Ainda na modalidade online, as atividades da 14ª Primavera dos Museus, realizada nos dias 22, 23 e 24 de setembro, também discutiram sobre a inclusão da pessoa com deficiência nesses espaços. Na programação (Figura 3) foram realizados um minicurso “O museus, acessibilidade e inclusão”; um bate-papo, com a temática “museus e acessibilidade”; e uma roda de conversa sobre museus e cibercultura.

Na roda de conversa, foi apresentada aos participantes esta pesquisa, que ainda possuía o título “Ações de inclusão Cultural da Pessoa com Deficiência no Museu das Bandeiras”. As

reflexões foram enriquecedoras e posterior desenvolvimento deste relatório, visto que pude registrar opiniões diversas sobre o tema e despertar nos participantes a necessidade de se implementar atividades de inclusão da pessoa com deficiência em museus.

Figura 3 - Cartaz promocional - 14º Primavera dos Museus

14 PRIMAVERA dos museus

MUNDO DIGITAL em transformação

MUSEUS

PROGAMAÇÃO

Museu das Bandeiras / Museu de Arte Sacra da Boa Morte / Museu Casa da Princesa
22, 23 E 24 DE SETEMBRO DE 2020

100% virtual

DIA 22/9 - 10H ÀS 12H // 14 ÀS 16H
MINICURSO - MUSEUS, ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO
O minicurso é uma proposta para introduzir os participantes em noções de acessibilidade e inclusão e na importância de ambas serem aplicadas aos espaços dos museus. Com certificado.
Ministrante: Ruth Vaz.

DIA 23/9 - 17H
BATE-PAPO - MUSEUS E ACESSIBILIDADE
De forma descontraída, vamos conversar com Kenia Aparecida sobre sua pesquisa "Ações de inclusão cultural da pessoa com deficiência no Museu das Bandeiras"

DIA 24/9 - 17H
RODA DE CONVERSA - MUSEUS E CIBERCULTURA
Com Frieda Maria Marti, doutoranda em Educação do PROPED/UERJ e professora colaboradora da Seção de Assistência ao Ensino do Museu Nacional (SAE/MN)

Realização:

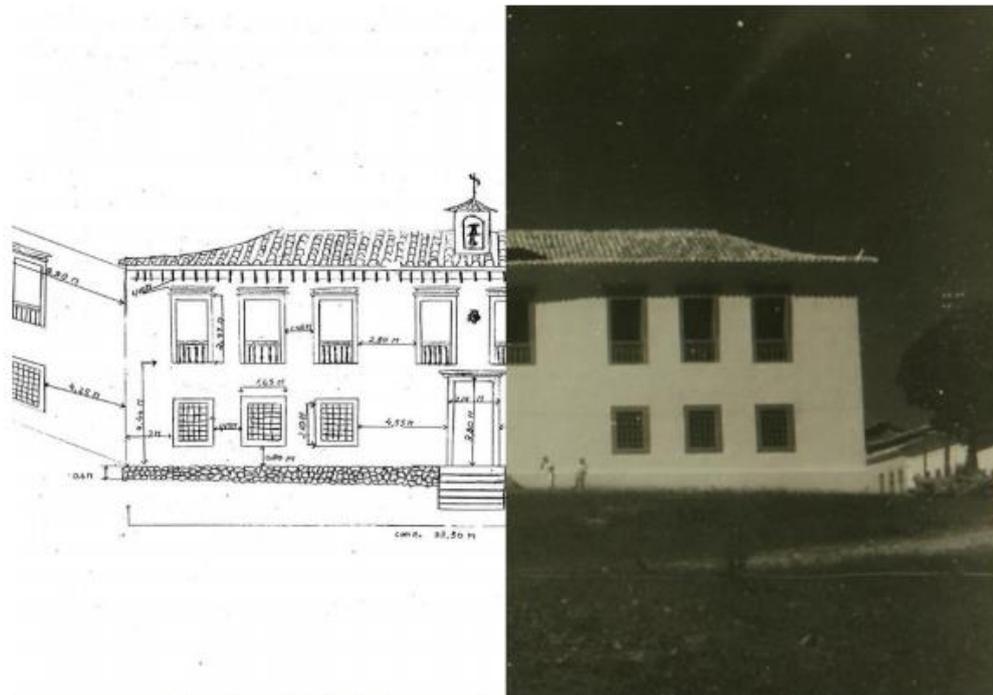
Fonte: Arquivo digital do MUBAN, 2019.

Retornando ao histórico do MUBAN, este “é uma instituição pública, federal, aberta ao público e vinculada ao Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), autarquia que, atualmente, pertence ao Ministério do Turismo” (MUBAN, 2020, p. 13). Foi instalado em 3 de dezembro de 1949, por meio da Lei nº 394, mas foi aberto ao público somente em 1954, no prédio da antiga Câmara e Cadeia da Cidade de Goiás, antiga capital do Estado. O edifício é do século XVIII e um dos mais importantes exemplares do país desta tipologia, sendo que seu acervo é referência sobre os processos de ocupação dos bandeirantes no interior do Brasil. Foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 1951, sendo a inscrição nº 395 do Livro das Belas Artes, conforme podemos ler na síntese de seu processo de tombamento:

O prédio da antiga Casa de Câmara e Cadeia, que hoje abriga o Museu das Bandeiras, é um dos melhores exemplos da arquitetura oficial civil portuguesa no Brasil e o mais significativo do Centro-Oeste. A construção do prédio data de 1766 e foi realizada segundo o projeto da Coroa Portuguesa, projeto esse preservado pelo Arquivo Colonial da Marinha e Ultramar, em Portugal. A parte superior do edifício é formada por salões que atendiam as necessidades administrativas e judiciárias da Vila Boa de Goiás. Na sua parte inferior situava-se a cadeia, com duas enxovias, as celas individuais e a casa de armas. As paredes externas e internas são de taipa de pilão, entremeadas com pedras para dar segurança desejada à cadeia. Nas enxovias, forradas de vigas de madeira, as paredes têm 80 cm de espessura. O prédio funcionou como cadeia até 1950, quando foi doado ao Patrimônio Histórico que o transformou em Museu (MUBAN, 2020).

O processo de tombamento aqui citado nos apresenta as principais características estruturais e de acervo do museu, nos revelando na estrutura arquitetônica a dificuldade de acessibilidade, principalmente na parte superior do edifício que é interligada por uma escada.

Figura 4 - Desenho de parte do Museu das Bandeiras com complemento de foto



Fonte: Acervo Digital do MUBAN. Montagem com fotos históricas.

Na Figura 4, do lado esquerdo, temos a montagem com a planta baixa original do projeto do museu e, do lado direito, a fachada original. A planta original do projeto encontra-se na Torre do Tombo, em Portugal, fato único entre os imóveis públicos da Cidade de Goiás da época da Colônia. A construção encontra-se em um lote de 1060,8 m² e o prédio se destaca na Praça do Chafariz, mas, apesar disso, a área construída é relativamente pequena, representando

23% de taxa de ocupação, ou seja, cerca de 225 m² por pavimento. Segundo site do MUBAN (Museu das Bandeiras):

O seu acervo é composto por 590 peças, entre elas, objetos arqueológicos, mobiliário, fragmentos de igrejas, elementos representativos da ocupação bandeirante e da escravidão, arte indígena e originária, arte sacra e os bens integrados do edifício, sua gestão é de responsabilidade do Instituto Brasileiro de Museus (MUBAN, 2020).

Além das peças do acervo citadas na descrição do Plano Museológico, o MUBAN possui uma expressiva coleção de documentos da história do Brasil e do Centro-Oeste, nos períodos da Colônia, do Império e da República, abertos aos pesquisadores. Já no Plano Museológico do Museu consta que:

A partir do ano 2000, o edifício passou por duas restaurações. A primeira ocorreu em 2006/2007, por meio do Programa Monumenta, quando o prédio foi restaurado para torná-lo acessível. Outra reforma ocorreu em 2014, visando aos reparos emergenciais, essenciais e à restauração do edifício. A partir dessa reforma, planeja-se a revisão da exposição de longa duração do MUBAN. Atualmente, o Museu das Bandeiras é dividido da seguinte forma:

- 6 salas com a Exposição de Longa Duração (térreo);
- 2 salas para o desenvolvimento de Exposição Temporária (1º andar);
- 2 salas dedicadas ao arquivo e à pesquisa (1º andar);
- 1 sala multiuso (térreo);
- 1 reserva técnica museológica (1º andar);
- 1 reserva técnica para o arquivo (1º andar);
- 1 sala para toda a equipe técnica e administrativa (1º andar);
- 1 cozinha (térreo);
- 2 banheiros acessíveis (térreo). (PLANO MUSEOLÓGICO, 2020, p. 14).

O programa Monumenta citado no trecho acima é um programa estratégico do Ministério da Cultura, lançado em 1995, patrocinado pelo BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), que procura aliar recuperação e preservação do patrimônio histórico com desenvolvimento econômico e social. Foi desenvolvido em cidades históricas protegidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e tem como proposta agir de forma integrada, promovendo obras de restauração e recuperação dos bens tombados e edificações localizadas nas áreas de projeto. A restauração do prédio do MUBAN foi realizada atendendo ao Decreto de Acessibilidade nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, que regulamenta os critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência nos espaços públicos.

Na reforma de 2006, foi instalada a rampa de acesso para cadeirantes ou pessoas com dificuldades locomotoras (lateral do Museu), elevador acessível e banheiros acessíveis. Apesar das adaptações citadas, o prédio não é acessível, devido sua estrutura arquitetônica o que

dificuldade a mobilidade das pessoas com deficiência motora ou mobilidade reduzida. Como informações do Plano Museológico sobre a instituição também é importante destacarmos:

O edifício é dividido em 5 salas expositivas no térreo e 3 salas expositivas no piso superior, onde encontra-se 80% do acervo museológico, grande parte protegido por vitrines. Em suas paredes, estão expostos painéis explicativos. No piso térreo, encontram-se 12 janelas gradeadas de ferro batido e cercaduras simplificadas. Nelas foram colocadas lâmpadas incandescentes, utilizadas para a iluminação noturna do edifício e acionadas em datas simbólicas ou comemorativas. Observando-se de fora, é possível ver, através dessas janelas, as salas expositivas do Museu (PLANO MUSEOLÓGICO, 2020, p.17).

As salas expositivas do térreo são para exposições permanentes e as salas do piso superior são utilizadas para exposições temporárias, que abrangem temas relacionados à comunidade em geral.

Figura 5 - Fachada atual do Museu das Bandeiras



Fonte: Site do MUBAN. Acesso em 20 de fevereiro de 2020.

Complementando a Figura 4, temos a fachada atual do MUBAN, com todas as suas características arquitetônicas preservadas. Sua abertura, em 1954, está inserida na política do SPHAN – Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (atual IPHAN), com a criação e manutenção de museus para a guarda dos bens móveis identificados como de importância nas cidades que eram consideradas patrimônio nacional e tombadas pelo Decreto Lei nº 25/1937. Dentro dessa política, já haviam sido criados o Museu das Missões, em São Miguel das Missões, no Rio Grande do Sul; o Museu do Ouro, em Sabará; o Museu do Diamante, em Diamantina; e o Museu da Inconfidência, em Ouro Preto, estes três em Minas Gerais.

Os objetos expostos no MUBAN reforçam os objetivos mencionados, pois apresentam o processo de colonização portuguesa em Goiás, mostrando os ofícios, a mão de obra local e costumes da sociedade vilaboense⁴, fato este que o caracteriza como um museu tradicional que tem como balizares para suas exposições a preservação de edifícios públicos representativos da colonização portuguesa. Como a maioria dos prédios desse período, a acessibilidade é bastante deficitária, como é descrito no Plano Museológico da instituição:

A Casa de Câmara e Cadeia foi adaptada na década de 50 para receber a função de Museu. Desse modo, fica evidente que não houve nenhuma preocupação com a acessibilidade universal. Tal preocupação foi dada somente em 2006, quando a edificação foi restaurada e quando foram incluídos alguns elementos que possibilitam a superação de algumas barreiras físicas, a saber: - Rampa de acesso a cadeirantes ou pessoas com dificuldades locomotoras (lateral do Museu); - Elevador acessível; - Banheiros acessíveis. No entanto, é importante ressaltar que a edificação por si só não é acessível. Além dos pisos desnivelados favorecerem quedas e tropeços, a ausência de iluminação ou sinalização e de piso tátil dificulta a circulação. Ademais, a equipe não conta com um profissional qualificado para se comunicar em Língua Brasileira de Sinais (Libras). (PLANO MUSEOLÓGICO, 2020, p. 65).

As dificuldades de acessibilidade apresentadas no Plano Museológico podem ser constatadas nas imagens abaixo:

Figura 6 – Aspecto da sala do segundo pavimento com a plataforma de acesso (elevador)



Fonte: Arquivo digital MUBAN, 2006.

⁴Gentílico de quem nasce no município de Goiás.

O elevador foi instalado em 2006 e recebe manutenção mensalmente de empresa particular, prestadora de serviço via processo licitatório anual. Mas, apesar desse processo, segundo os funcionários da instituição, o equipamento estraga constantemente. Não poder contar com esse importante aparelho de locomoção, limita o acesso das pessoas com deficiência motora ao 2º piso do prédio onde estão as exposições temporárias e arquivos para pesquisa.

Figura 7 – Entrada principal do prédio



Fonte: Arquivo Pessoal, 2020.

A Figura 7 nos apresenta a entrada principal do prédio, com degraus irregulares, construídos em pedra, que oferecem risco para o público com mobilidade reduzida e restringe o acesso para os cadeirantes. A solução encontrada para a falta de acessibilidade da entrada principal foi uma entrada lateral, que é seguida por uma rampa interna que dá acesso ao pátio do Museu (Figura 9). Na visita técnica foi possível observar que o acesso a essa entrada é alto, o que também dificulta mobilidade (visto na Figura 8). O acesso lateral deu mais autonomia aos cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida, mas não dá a pessoa com deficiência igualdade de condições em relação as sem deficiência, pois o meio fio não é rebaixado o que ainda traz dificuldades de acesso ao prédio. O ideal seria que todos entrassem no Museu pela mesma entrada.

As análises podem ser constatadas nas imagens que seguem abaixo:

Figura 8 – Entrada lateral do prédio



Fonte: Arquivo Pessoal, 2020.

Figura 9 – Entrada de acesso lateral, parte interna do Museu



Fonte: <https://tvbrasil.etc.com.br/conhecendomuseus/episodio/museu-das-bandeiras>. Acesso em 5 setembro de 2020⁵.

As imagens 8 e 9, reforçam a preocupação da instituição em atender as normativas de acessibilidade previstas na norma ABNT-NBR-9050 que foi publicada pela primeira vez em 1985 e desde então, passou por três revisões: em 1994, 2004 e que trata sobre acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos e estabelece critérios e parâmetros

⁵Foto retirada do vídeo “Conhecendo museus Brasileiros”, da TV Brasil Central. O vídeo apresenta os principais fatos históricos da Cidade de Goiás e do Museu das Bandeiras com entrevistas de estudantes do município.

técnicos a serem observados quanto ao projeto, construção, instalação e adaptação do meio urbano e rural, e de edificações. O acesso ao segundo pavimento do prédio por meio da escada é de risco (Figura 10), pois esta é íngreme e estreita. Como solução foi instalado piso emborrachado antiaderente nos degraus para maior segurança dos visitantes.

Figura 10 – Escada para o 2º pavimento do prédio



Fonte: Ruth Vaz, setembro de 2020.

Diante desses desafios, a mudança da gestão do MUBAN para o Instituto Nacional de Museus - IBRAM, em 2009, por meio da Lei 11.906/2009, trouxe novas discussões e configurações para a instituição, embalada ainda pelas reflexões da 14ª Semana Nacional de Museus, em 2016, como descreve Castro (2017):

[...] os museus são convocados a abrirem suas portas para seus contextos externos, dialogando com os diferentes grupos sociais existentes nos respectivos territórios onde se encontram, enfatizando a necessidade de valorização das diferentes contribuições culturais e a diversidade dos bens culturais patrimonializados (CASTRO, 2017, p. 6).

As instituições museais são convidadas a desempenhar um papel social junto às suas comunidades, dando voz às memórias até então excluídas das apresentações e representações. O museu começa a mudar a sua roupagem, suas exposições vão deixando de ser apenas contemplativas e passam a ter também uma dimensão educativa, reflexiva, que procura através de diálogos interdisciplinares promover a inclusão de sujeitos e narrativas até então deixadas à

margem do patrimônio cultural. Esta nova caracterização dos museus é expressada no site do IBRAM:

O museu é o lugar em que sensações, ideias e imagens de pronto irradiadas por objetos e referenciais ali reunidos iluminam valores essenciais para o ser humano. Espaço fascinante onde se descobre e se aprende, nele se amplia o conhecimento e se aprofunda a consciência da identidade, da solidariedade e da partilha. Por meio dos museus, a vida social recupera a dimensão humana que se esvai na pressa da hora. As cidades encontram o espelho que lhes revele a face apagada no turbilhão do cotidiano. E cada pessoa acolhida por um museu acaba por saber mais de si mesma (IBRAM, 2020).

Nessa prerrogativa, o MUBAN vem construindo sua trajetória junto à comunidade vilaboense, se destacando como importante espaço de disseminação da cultura local e se reinventando ao implementar e apoiar ações que contemplam outras narrativas além do discurso de dominação imposto pela nobreza aristocrática no Brasil, desde o período colonial.

1.1.1 MUBAN: Construindo Caminhos junto à Comunidade

O percurso de ressignificação e abertura para a multiplicidade e inclusão social do Museu das Bandeiras tem como divisor de águas a ação intitulada “Sim estou vivendo”, apresentada por Bulhões (2018). A ação foi uma exposição realizada por uma fotógrafa amadora, que retratava várias pessoas comuns da cidade de Goiás: "Foram fotografados travestis, lésbicas, homossexuais, prostitutas, alcóolatrás, moradores de rua, presidiários, praticantes de religiões de matriz africana, pessoas com deficiências mentais e físicas (BULHÕES, 2018, p. 122).

Esta ação foi muito positiva, pois levou para o espaço do museu pessoas de grupos sociais excluídos do patrimônio cultural, por entender-se que as atividades desenvolvidas pelos espaços patrimoniais da cidade “são para turistas”, porém, para que o espaço seja apropriado e verdadeiramente resignificado, é necessário que o cidadão se sinta representado. O MUBAN já vem ocupando seu espaço, com ações educativas direcionadas a diferentes públicos, buscando construir uma relação de respeito e inclusão social com os mesmos.

O museu ocupa uma cadeira no Conselho Municipal do Turismo e outra no Conselho Municipal da Cultura da Cidade de Goiás, o que facilita o desenvolvimento de ações em parceria com diferentes entidades. Por meio de seu Programa Cultural e Educativo, o Museu vem abrindo suas portas para atividades de apoio a diferentes grupos da comunidade. A partir de 2009, iniciou-se uma série de ações que têm como objetivo trazer para dentro do museu

diferentes personagens que integram a comunidade goiana, disponibilizando ao público diversas atividades gratuitas.

Por meio de diferentes parecerias, em 2019, foram realizados 20 eventos e 12 exposições, propostas por diversas instituições e coletivos locais com apoio do Museu. Os principais parceiros do MUBAN são: Associação de Mulheres Coralinas, Centro Especializado de Atendimento à Mulher (CEAM), Universidade Federal de Goiás e Universidade Estadual de Goiás (UEG). Além desses parceiros, o museu também acolhe ações de integrantes da comunidade. As ações são desenvolvidas por grupos de servidores, assim divididos:

Quadro 1- Núcleos internos do MUBAN

Núcleo de Ação Educativa e Comunicação Social	Núcleo de Museologia	Núcleo de Arquivologia e Pesquisa	Núcleo de Administração
Responsável pela promoção e difusão de atividades culturais e educativas, bem como pela implantação do Programa Educativo e Cultural. Desenvolve o projeto Museu das Bandeiras nas Escolas.	Desenvolve ações que aproximam o público do museu, como o Varal de Memórias e exposições de baixo custo, que valorizam as pessoas e os locais de sociabilidade na cidade. Desenvolve ações de conservação preventiva e documentação do acervo museológico em exposição e na reserva técnica.	Responsável por preservar e promover os fundos arquivísticos, bem como por estimular a pesquisa e o conhecimento nas universidades e nas escolas locais.	Responsável por gerir contratos, serviços e captar recursos.

Fonte: Adaptação feita a partir do Plano Museológico (PLANO MUSEOLÓGICO, 2020, p. 31).

O quadro acima nos apresenta a divisão interna das funções desenvolvidas no MUBAN. No entanto, durante o desenvolvimento desta pesquisa, foi possível perceber que a separação dos núcleos ocorre de forma administrativa, visto que, no dia a dia, há uma integração entre os mesmos, de forma que todo o grupo conhece o trabalho desenvolvido no Museu. Esse trabalho multidisciplinar, permite que os problemas vivenciados no dia a dia sejam do conhecimento de todos. Durante a pesquisa, foi possível observar que através da formação continuada que é

oferecida a todos os integrantes do corpo institucional, podem ser pensadas soluções de forma coletiva para estes problemas.

O quadro de funcionários encontra-se assim distribuído:

Quadro 2 - Quadro de funcionários do MUBAN

Área de Atuação	Cargo	Nº de Servidores	Titulação
Direção	DAS 101.3	01	Mestrado
Chefe de Serviços	DAS 101.1	01	Graduação
Núcleo de Administração e Serviços	Analista 1- Administração (licença até 2020)	01	Graduação
	Auxiliar de Serviços Diversos	01	Ensino Médio Incompleto
	Agente de Vigilância	01	Ensino Médio Incompleto
Núcleo de Arquivologia e Pesquisa	Técnico em Assuntos Culturais e Arquivologia	01	Graduação
Núcleo de Ação Educativa e Comunicação Social	Técnico em Assuntos Educacionais	01	Graduação
Núcleo de Museologia	Técnico- Museologia (Servidora de Licença até 2020)	01	Mestrado

Fonte: PLANO MUSEOLÓGICO, 2020, p. 33.

O quadro de funcionários é formado em sua maioria por profissionais graduados, porém, no Plano Museológico não é informada a área de formação dos mesmos. Além do quadro de funcionários permanentes, o museu conta com os colaboradores contratados por empresas privadas que são responsáveis pela realização de serviços contínuos de recepção, segurança armada, apoio operacional administrativo, limpeza e conservação. Percebe-se a preocupação da equipe gestora com a formação contínua dos funcionários e colaboradores, com cursos de formações internas constantes. Instituído em 2019, o programa de formação tem como objetivo:

Capacitar a comunidade, os trabalhadores e os pesquisadores de museus, possibilitando-os a refletir, de forma teórica e prática, acerca de diversos temas interdisciplinares aliados ao campo museológico, tais como educação museal, expografia, história de Goiás, leitura de documentos históricos, conservação de acervos, Plano Museológico, entre outros (MUBAN, 2020, p. 5).

Buscando atender a este objetivo de formação continuada dos funcionários, colaboradores e comunidade, os cursos são gratuitos, sendo oferecidas 30 vagas, assim distribuídas: 20 para a comunidade e 10 para os trabalhadores dos museus da cidade. Existe um cuidado por parte da equipe gestora em incentivar a participação da população em geral nos cursos de formação, pois este é um momento importante de escuta da mesma para a realização de mudanças que atendam às necessidades reais da comunidade, motivo pelo qual se justifica a existência do próprio museu. Este diálogo constante fortalece os laços entre ambos, contribuindo para o desempenho da função social do museu e para sua defesa e preservação pela sociedade no qual está inserido.

Figura 11 – Folder de cursos de formação oferecidos pelo Museu

MUSEU DAS BANDEIRAS 70 ANOS

PROGRAMA DE FORMAÇÃO

MÓDULO 6
CONSTRUINDO UM PROGRAMA EDUCATIVO CULTURAL

COM AS EDUCADORAS
FERNANDA CASTRO
 (MUSEU HISTÓRICO NACIONAL)
 E **RUTH VAZ**
 (MUSEUS IBRAM EM GOIÁS)

Certificado de 18 horas
 10 vagas

DIAS 28 A 30/9 (9H ÀS 16H)

MUSEU DAS BANDEIRAS Sbr INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS MINISTÉRIO DA CIDADANIA PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

Fonte: Página do Museu das Bandeiras no *Facebook*. Acesso em julho de 2020.

O módulo 6 do Programa de Formação “Construindo um programa educativo cultural” foi desenvolvido em 2019 e pude participar como membro da comunidade. Essa formação contou com leituras teóricas, momentos de discussões e visita técnica ao MUBAN e ao Museu de Artes Sacra da Boa Morte (Figura 12). As formações realizadas, fazem parte do programa do IBRAM e são realizadas em todos os museus brasileiros. Essa formação em particular teve como mediadora Fernanda Castro, educadora no Museu da Chácara do Céu – IBRAM/RJ e no

Museu Histórico Nacional. Doutora pela UFF em políticas públicas de educação museal. Coordena as atividades da linha de pesquisa " Educação Museal: conceitos, história e políticas" vinculada ao grupo " escritas da história em museus: objetos, narrativas e temporalidades ". Membro do Comitê Gestor da Rede de Educadores em Museus e Centros Culturais do Rio de Janeiro e editora do blog da mesma rede. Coordenou o GT de Redes e Parcerias do Programa Nacional de Educação Museal do IBRAM. A escolha foi porque o Museu das Bandeiras estava construindo seu Plano Museológico de acordo com as novas normativas da Política Nacional de Educação Museal. (PNEM.)

Figura 12 - Curso de formação: Construindo um programa educativo cultural



Fonte: Arquivo Pessoal, 2020.

No curso, que contou com a participação de diferentes membros da comunidade e estudiosos ligados ao trabalho museal, foi discutido sobre a função educativa do museu e seu papel na sociedade em que está inserido; foram levantados os principais pontos para a implementação do Programa Educativo do MUBAN e também refletimos sobre questões importantes sobre a acessibilidade, que foram incluídas no prospecto do Plano Museológico de 2020.

A relação direta com o MUBAN nesse curso de formação, me fez escolher esta instituição como recorte para a minha pesquisa. Percebi a preocupação de todos com o

aprimoramento profissional, a escuta da comunidade e a abertura ao diálogo. Este seria o momento propício para semear algumas indagações sobre a inclusão da pessoa com deficiência neste espaço que poderiam ser tornar ações efetivas no plano museológico que estava sendo construído de forma coletiva.

Figura 13 – Curso de formação continuada no MUBAN



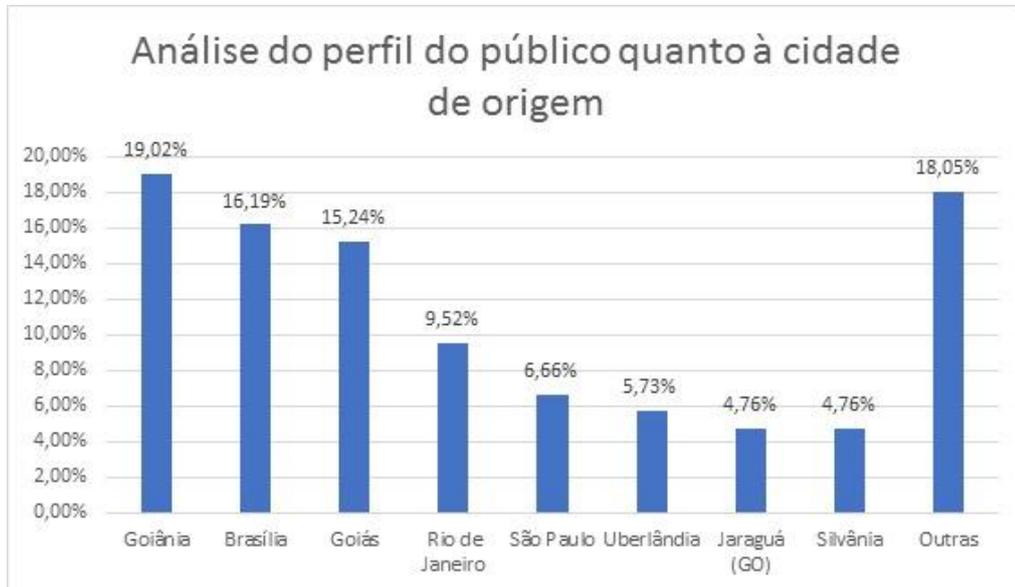
Fonte: MUBAN, 2020, p.7.

As imagens da Figura 13 são referentes ao Curso de Formação do módulo 3, realizado nos dias 8 e 9 de junho de 2019. O tema estudado foi: Plano Museológico: Estudo de caso do Museu das Bandeiras, Museu de Arte Sacra da Boa Morte e Museu Casa da Princesa. O objetivo principal foi refletir sobre a construção colaborativa do plano museológico. A formação também foi aberta à comunidade e contou com atividades teóricas, momentos de discussões e visita técnica à instituição. Apesar dos cursos de formação serem abertos à comunidade em geral, não houve, durante o ano de 2020, a participação do público com deficiência. A maioria dos participantes é formada por pesquisadores e funcionários do MUBAN e do Museu de Artes Sacras. Diante disso, o MUBAM precisa traçar novas metas para alcançar o público com deficiência, a fim de aumentar o diálogo e implementar mudanças que realmente assegurem a inclusão e acessibilidade no espaço.

Aliado ao processo de formação continuada, a equipe gestora tem realizado pesquisas para identificar o público frequentador do museu. Este perfil é formado, em sua maioria, por

escolas e turistas nacionais em férias, que estão visitando a Cidade de Goiás. Essa informação pode ser confirmada pela análise do perfil do público, realizada pelo MUBAN, presente no Plano Museológico de 2020.

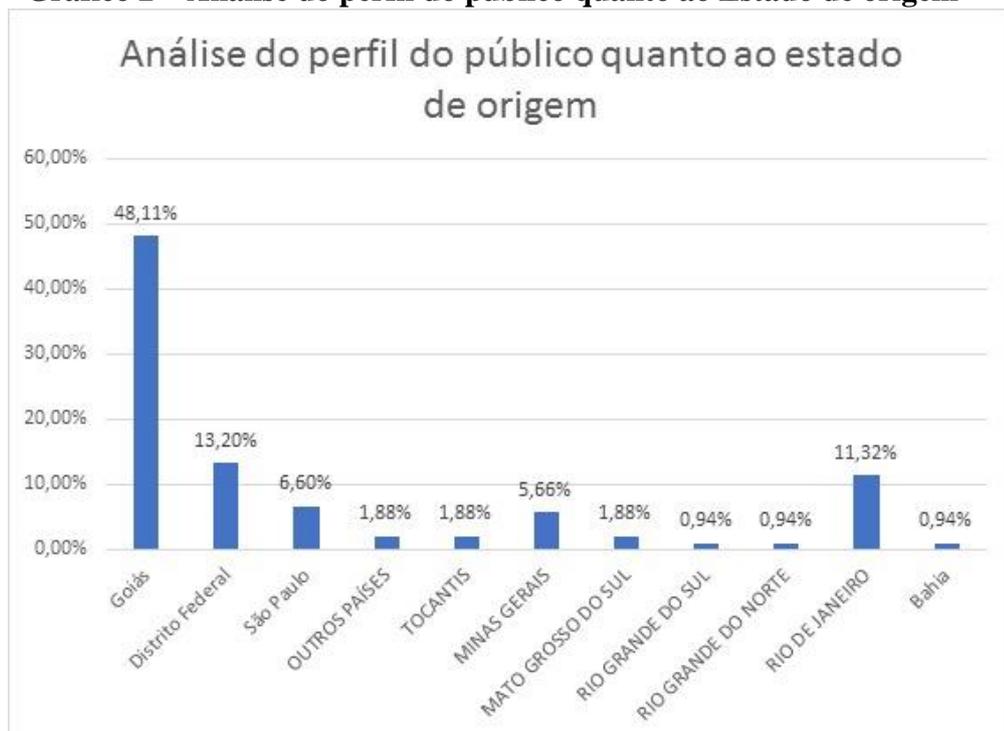
Gráfico 1 – Análise do perfil do público quanto à cidade de origem



Fonte: PLANO MUSEOLÓGICO, 2020, p. 54.

No Gráfico 1, podemos perceber que a maioria do público visitante é da cidade de Goiânia, sendo 3,78% maior que o público da cidade de Goiás. Brasília aparece em 2º lugar e a cidade do Rio de Janeiro em 4º lugar.

Gráfico 2 – Análise do perfil do público quanto ao Estado de origem



Fonte: PLANO MUSEOLÓGICO, 2020, p. 54.

Quanto ao estado de origem, a maioria do público visitante é de Goiás, 2º Distrito Federal, 3º Minas Gerais e 4º Rio de Janeiro. Este gráfico também apresenta o número de visitantes de outros países, que constituem um percentual de 1,88%. A utilização de gráficos para coletar informações sobre o público visitante somente teve início em 2018, portanto, não há referência sobre esse quantitativo nos anos anteriores. Como forma de divulgar as ações desenvolvidas e alcançar seu público, desde outubro de 2019, o museu passou a disponibilizar parte do seu acervo na internet, através da plataforma *Tainacan*, que conta com a transcrição em Libras, através do aplicativo *V libras*. Essa ferramenta será posteriormente analisada. As ações e programações do museu também são disponibilizadas no site dos *Museus IBRAM em Goiás* e na página do *Facebook: Museu das Bandeiras*, contudo, ambos não contam com recursos de acessibilidade.

1.2 A pesquisa realizada - Pressupostos Teóricos e Metodológicos

1.2.1 Traçando Caminhos: redefinindo rotas

A pesquisa “Patrimônio Cultural e Acessibilidade das Pessoas com Deficiência no Museu das Bandeiras (MUBAN) – Cidade de Goiás” busca, a partir da análise deste espaço museal, propor ações que possam ser facilitadoras do processo de acessibilidade, bem como um produto final que ficará disponível para o museu utilizar em seus projetos. Para tanto, utilizamos como referenciais teóricos a análise de autores e dos principais fatos ligados ao tema na atualidade, buscando conhecer a relação existente entre os dois campos: o museu e a pessoa com deficiência. Como forma de complementação aos estudos teóricos, também foi realizada uma pesquisa em diferentes sites na Internet por artigos publicados em anais de congressos, artigos de revistas eletrônicas, relatórios, vídeos, cadernos, encartes, conversas via *WhatsApp* e outros que poderiam fornecer informações que contribuíssem para a compreensão do universo pesquisado.

O projeto de pesquisa a ser desenvolvido tinha como prioridade traçar, por meio de visitas técnicas e pesquisa em sites, o perfil do Museu das Bandeiras enquanto espaço de memória e aplicações da cultura popular na Cidade de Goiás e sua relação com a pessoa com deficiência. Nessas visitas, prevíamos conhecer o público do museu, participar do dia a dia dentro da unidade, vivenciando as particularidades e enfrentamentos em relação ao público com

deficiência e, a partir dessa vivência, do diálogo, da escuta e reflexão, propor um produto que tornasse a visita das pessoas com deficiência mais significativa.

Planejamos ainda como estratégia de estudo a análise de duas esferas: o museu e a pessoa com deficiência, representada pelos alunos do Colégio Estadual da Polícia Militar do Estado de Goiás (CEPMG) João Augusto Perillo. Para tal, inicialmente, utilizamos os seguintes instrumentos: entrevistas e análise de dados. O universo museal foi investigado a partir do estudo bibliográfico, para conhecer sua estrutura e legislação; observação *in loco*, para conhecer como o público com deficiência é recebido; e entrevistas com os gestores do museu e, posteriormente, análise dos dados coletados.

Para compreender o Universo da pessoa com deficiência, foram realizadas análise iconográfica (gráficos e imagens) e reflexão bibliográfica sobre a acessibilidade da pessoa com deficiência em museus; entrevistas diagnósticas com alunos com deficiência do CEPMG - Unidade João Augusto Perillo, para identificar suas impressões sobre o Museu das Bandeiras; visita técnica no museu com os alunos do CEPMG - Unidade João Augusto Perillo; e análise dos dados coletados.

Ainda de acordo com o projeto de pesquisa, as atividades *in loco* iniciariam na segunda quinzena de março de 2020, após o período de leituras para a fundamentação teórica e orientações sobre o desenvolvimento da pesquisa. Entretanto, em meados de março, fomos surpreendidos pela pandemia mundial, causada pela Covid-19. Seguindo os protocolos de segurança, divulgados pela Organização Mundial de Saúde, tivemos que seguir o isolamento/distanciamento social. “De um dia para o outro, os museus se viram obrigados a fechar as suas portas, colocar suas equipes em trabalho remoto ou em rodízio devidamente protegidas” (STUDART, 2020).

Nesse novo contexto, os pesquisadores tiveram que se reinventar, fortalecendo o uso das diferentes mídias digitais para continuar suas pesquisas, dando sequência à produção científica e divulgação de conhecimentos: “As mídias sociais, as plataformas de conversa por vídeo, as notícias online, as palestras e cursos pela internet, a interação com ‘lives’ diversas, passaram a ser os principais meios de comunicação e de conexão humanas” (STUDART, 2020).

Assim, novos direcionamentos foram dados a esta pesquisa, procurando atender à nova dinâmica que, devido aos decretos estaduais e municipais de isolamento social, nos impediu de fazer as visitas técnicas *in loco* com a equipe do MUBAN e com os alunos do CEPM - João Augusto Perillo, uma vez que as aulas presenciais foram suspensas, ficando apenas na modalidade à distância. Procurando manter a qualidade da pesquisa e a análise das duas esferas,

museu e pessoa com deficiência, foram enviados para os funcionários do Museu das Bandeiras e para alunos questionários por meio do formulário eletrônico *Google Forms*.

Nesse sentido, foi criado um grupo no aplicativo *WhatsApp* dos alunos com deficiência, no qual os questionários foram enviados. O grupo é bastante heterogêneo, contando com educandos que apresentam diferentes deficiências: auditiva, intelectual e baixa visão. No entanto, nesse processo, ocorreram algumas dificuldades de acesso ao questionário.

Ainda como forma de complementação da pesquisa, foi feito um questionário para análise específica do site do MUBAN, por surdos e intérprete de Libras, para avaliação da acessibilidade deste recurso oferecido pelo museu.

Por sua vez, o grupo de funcionários do MUBAN teve uma participação efetiva na pesquisa, ao responder o questionário. De tal modo, intensificamos as pesquisas, tendo com suporte os Planos Museológicos da instituição de 2006 e 2020; análise bibliográfica sobre os autores que refletem sobre o tema pesquisado; análise de imagens internas e externas do museu e do acervo digital, e também das mídias digitais: *Instagram e Facebook*, afim de coletar as informações necessárias e dar seguimento a pesquisa. Além desses meios, foram realizadas conversas informais com o diretor do Museus das Bandeiras e com a Técnica em Assuntos Educacionais, e participação em cursos de formação interna com a equipe durante o ano de 2019, dentro da programação da 18ª Semana Nacional de Museus, com o tema: “A diversidade nos museus brasileiros”.

Os resultados desta investigação serão posteriormente apresentados, com suas devidas considerações. Iniciamos, no próximo item, as discussões teóricas que interligam esta pesquisa e nos fornecem o amparo para as reflexões futuras. Nesta etapa, procuramos traçar a trajetória da pessoa com deficiência no Brasil, com suas principais conquistas e marcos legais, interligando com as discussões sobre patrimônio, acessibilidade e museu.

1.2.2 Museu, patrimônio cultural e suas intersecções

Ao discutirmos ações de inclusão cultural da pessoa com deficiência a serem desenvolvidas em museus, torna-se imperativo uma reflexão sobre os conceitos de Patrimônio Cultural e museus, sendo estes espaços formais de salvaguarda dos bens produzidos pela sociedade, bem como afirma Mario Chagas (2012) “Campos de lutas, conflitos, litígios” que têm como sobreposição o acervo e sua apresentação à comunidade. Segundo Paula Silveira De Paoli (2012), o conceito de patrimônio cultural é “construção moderna” e seu processo de constituição se inicia no período da Revolução Industrial, ao final do século XVIII, no auge da

Revolução Francesa, que institui uma nova ordem política, jurídica, social e econômica, consolidando o conceito de nação e de nacionalidade e reconhecendo os direitos fundamentais. O mundo estava passando por uma transformação rápida e frenética, modificando profundamente meios de produção, instituições seculares, ideologias, sociedades, costumes e fronteiras, sejam políticas ou do conhecimento: “Tudo o que é sólido desmancha no ar” (CARLAN, 2008). Nesse sentido, procurando proteger suas representações culturais na França, em 1792:

[...] o Comitê de Salvação Pública institui os primeiros decretos e aparatos jurídicos para proteção do Patrimônio Histórico Francês. Os bens da Igreja, realeza e nobreza passam a pertencer ao Estado. Os revolucionários tentam acabar com uma ideologia imposta pela elite, proprietária desses objetos. Em 1793, Louvre é transformado em museu, com o objetivo de instruir a Nação, difundir o civismo e a história. Os cidadãos teriam conhecimento do passado e, ao mesmo tempo, ocorria uma legitimação ideológica dos Estados Nacionais (CARLAN, 2008).

Nesse momento histórico, eram consideradas como patrimônio representações como monumentos, obras de arte, literatura e arquitetura da elite francesa. A transformação do *Louvre*⁶ em Museu dá início a um novo conceito a este arquétipo, com termo originário do grego *mousetion*, Templo das Musas, filhas de Zeus com Mnemosine, a memória. Esses locais abrigavam obras dos mais variados ramos das artes e ciências e eram também espaços onde os cidadãos se exercitavam na poesia e música, além de um lugar consagrado aos estudos. A partir da criação do Museu do Louvre, o conceito de museu sofreu uma grande evolução desde os gabinetes de curiosidades⁷, dos séculos XV e XVI, se tornando uma instituição pública, financiada e administrada pelo Estado, que abriga as memórias da sociedade que devem ser perpetuadas.

A concepção de patrimônio cultural como representações das elites começa a mudar a partir no final do século XX, quando as ciências e a sociedade compreenderam que a história, ligada aos testemunhos humanos e animais, está efetivamente ligada ao meio, à natureza. As transformações provocadas pelo homem no ambiente, sua forma de fazer e seus saberes passam a figurar como aspectos importantes da cultura e, portanto, também precisam ser valorizados e preservados. A partir dessa nova concepção do patrimônio, instituições e organizações de grande credibilidade internacional como a UNESCO (Organização das Nações Unidas para

⁶O Museu do Louvre está instalado no Palácio do Louvre, uma fortaleza do século XII, que foi ampliado e reformado em diversas ocasiões. Antes de se tornar um museu, alguns monarcas, como Carlos V e Felipe II, utilizaram o palácio como residência real, onde acumulavam suas coleções artísticas.

⁷Na Europa, durante os séculos XVI e XVII, coleções de objetos raros ou curiosos receberam o nome de Gabinetes. A palavra francesa “*Cabinet*” é procedente do italiano e designava primeiramente um local reduzido, um móvel, no qual se guardavam documentos íntimos ou objetos pessoais.

Educação, Ciência e Cultura), o ICOM (Conselho Internacional de Museus) e o ICOMOS (Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios) produziram, nos últimos cinquenta anos, um conjunto de documentos sobre museologia e patrimônio que influenciaram a prática museológica no mundo.

No Brasil, o termo patrimônio cultural hoje é compreendido como: “Tudo o que criamos, valorizamos e queremos preservar: são os monumentos e obras de arte e também as festas, músicas e danças, os folguedos e as comidas, os saberes e fazeres” (LONDRES, 2001), e foi um processo construído ao longo da história. Essa nova visão sobre os aspectos patrimoniais se iniciou em 1960, quando houve a “Difusão internacional da temática da preservação e a ampliação das categorias de bens a serem preservados, o que permitiu a inserção, no campo do patrimônio histórico, do chamado patrimônio imaterial” (PAOLI, 2012, p. 181).

Antes dessa ampliação, considerava-se patrimônio os bens materiais imóveis como monumentos, edifícios que constituem o “cerne do patrimônio material”. As mudanças deste conceito no Brasil foram resultado de um longo processo histórico, iniciado com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 1937, seguindo um projeto inovador apresentado pelo modernista Mario de Andrade que propunha “Preservar bens móveis e imóveis e mais os usos, hábitos, fazeres, lendas, folclore, música e mesmo as superstições populares” (CORÁ, 2014, p. 1096).

Segundo o anteprojeto de Mario de Andrade, o “Sphan teria como finalidade determinar, organizar, conservar, defender e propagar o patrimônio artístico” (CORÁ, 2014, p. 1096). Apesar do projeto de Mario de Andrade, a noção de patrimônio adotada pelo SPHAN foi elitista, o que pode ser comprovado no art. 1º do Decreto-Lei nº 25, de 1937, que define como patrimônio histórico nacional:

[...] conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja do interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (BRASIL, 1937).

Ao longo desse processo histórico, a noção de patrimônio cultural esteve atrelada à construção de uma identidade nacional. Procurou-se construir uma ideia de unidade, tendo os aspectos culturais como balizares fundamentais. Nesse contexto, Pelegrine (2009) afirma:

O patrimônio cultural brasileiro oficial ficou circunscrito ao tombamento das obras de arte, de monumentos e de conjuntos arquitetônicos considerados de alto valor histórico ou de antiguidade, na sua maioria de propriedade do Estado e da Igreja Católica (PELEGRINI, 2009, p. 12).

Nesta “invenção” ou criação de uma cultura nacional, busca-se também construir uma identidade nacional que “Supostamente ainda não existia” (GONÇALVES, 2015). Nessa construção, os governos privilegiaram em suas ações e políticas públicas a valorização de uma cultura elitista, que representava a elite branca e cristã, perpetuando ao longo dos anos a dominação cultural sobre os demais povos - indígenas, negros e estrangeiros - que formam a cultura brasileira.

O surgimento dos museus no Brasil se insere nessa dinâmica como centro de perpetuação da memória elitista, representado pelos hinos, bandeiras e conquistas. O Museu Histórico Nacional (MHN), criado durante as comemorações do centenário da Independência, em 1922, no então Distrito Federal, Rio de Janeiro, foi o modelo de instituição a ser seguido em todo país.

A Constituição Federal de 1988 alarga o conceito de patrimônio, incorporando o patrimônio imaterial, estabelecendo que o Patrimônio Cultural é constituído pelas:

[...] formas de expressão; os modos de fazer; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; além de conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

Ficam assim asseguradas, como parte da cultura nacional, as manifestações culturais dos diferentes grupos sociais e não apenas as obras de arte e os monumentos que representam a cultura da elite brasileira. Os grupos sociais marginalizados passam, a partir de então, a lutar pelo reconhecimento de suas manifestações culturais, buscando seu espaço no cenário nacional. A pluralidade e a multiplicidade da cultura brasileira, que até a Constituição de 1988 não eram mencionadas, passam a figurar lado a lado com a cultura erudita, dando ao cenário cultural novas possibilidades de se pensar o patrimônio cultural e sua importância para construção da identidade da sociedade brasileira, dividindo assim espaços de poder.

A partir da abertura política e da Constituição Federal de 1988, os grupos sociais que não se sentem incluídos e legitimados nas políticas públicas patrimoniais iniciam um processo de ruptura que quebra com a hegemonia do Estado nas políticas de patrimônio: “Organizações não governamentais, movimentos sociais, empresas, grupos sociais e indivíduos assumem

iniciativas no sentido de reivindicar, estabelecer e contestar patrimônios culturais” (GONÇALVES, 2015, p. 213). Os diferentes grupos reivindicam, então, sua participação e representação nas políticas culturais.

Nesse contexto, os museus, enquanto instituições que mantêm uma “Relação direta com a sociedade, com demandas e questionamentos de segmentos sociais específicos” (CHAGAS, 2012), iniciam, a partir da Declaração de Quebec de 1984⁸, um Movimento Internacional para uma nova Museologia, denominado, a partir 1990, como Museologia Social. Esse movimento afirma a função social do museu e o caráter global das suas intervenções. No documento estão registrados os princípios que devem orientar as ações para uma nova museologia, adotada pelos modelos alternativos de museus que surgiam em diferentes países: os ecomuseus e os museus comunitários. Como consideração de ordem universal, a declaração elenca:

A museologia deve procurar, num mundo contemporâneo que tenta integrar todos os meios de desenvolvimento, estender suas atribuições e funções tradicionais de identificação, de conservação e de educação, a práticas mais vastas que estes objetivos, para melhor inserir sua ação naquelas ligadas ao meio humano e físico (QUEBEC, 1984).

Os espaços museais iniciam um processo de ampliação de suas funções, lançando seu olhar para os diferentes segmentos que compuseram ou compõe a sociedade, dentro de um processo de ressignificação e valorização das distintas representações culturais. Dentre os grupos sociais minoritários que buscam sua legitimidade e sua participação também na esfera cultural estão as pessoas com deficiência. Esses indivíduos, que antes eram escondidos por suas famílias e não tinham voz ativa na sociedade, começaram a se organizar e, por meio de seus representantes, reivindicar direitos de acessibilidade física e cultural em diferentes espaços, onde são fundamentais a inclusão e o respeito aos cidadãos com deficiência.

A Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010, instituiu o Plano Nacional de Cultura (PNC) que tem como objetivo “O planejamento e implementação de políticas públicas de longo prazo voltadas à proteção e promoção da diversidade cultural brasileira” (BRASIL, 2010). O PNC é um conjunto de medidas a serem implementadas em diferentes setores econômicos, sociais e políticos a fim de “Proteger e promover a diversidade brasileira” (MARCHETTE, 2016). A implementação do PNC deu à pessoa com deficiência mais visibilidade, pois a acessibilidade aos espaços culturais começa a ser pensada como uma postura ética, que não somente envolve

⁸Documento assinado em Quebec, Canadá, no dia 12 de outubro de 1984. A declaração foi o resultado das discussões iniciadas em 1972 na “Mesa-Redonda de Santiago do Chile”, organizada pelo ICOM.

a mobilidade, mas também a inclusão. Para que esta inclusão cultural ocorra, é necessária a implementação de ações de acolhimento e de comunicação acessível à pessoa com deficiência nos espaços culturais.

Nesse processo, os museus têm um papel importante, visto que em seus espaços estão depositadas diferentes representações do patrimônio cultural, que são de extrema importância na construção da identidade, sendo compreendidas, conforme afirma Pierre Nora (1993), como lugares de memória, no sentido de que os grupos organizadores desses ambientes têm sempre uma intenção de memória. Nestes “lugares”, a comunidade, um coletivo ao longo do tempo, decidiu que valia a pena preservar algo (material e imaterial) para as futuras gerações, como referência da sua identidade.

Apesar da democratização dos museus no século XX, tais instituições ainda podem ser analisadas como elitistas, destinadas apenas a uma pequena parcela da população, embora se reconheça o seu potencial para a educação da humanidade e o seu papel no desenvolvimento de uma sociedade plural e respeitosa das diferenças culturais.

2 O MUSEU E A PESSOA COM DEFICIÊNCIA: ENTRE A LEGALIDADE E A PRÁTICA

Neste item, é feita a apresentação dos resultados da pesquisa a partir das análises da legislação que abrange a pessoa com deficiência; das políticas públicas patrimoniais no Brasil; dos Planos Museológicos do Museu das Bandeiras (2006, 2020); dos Cadernos Museológicos (2012); do Plano Nacional Setorial de Museus (2010); da Política de Educação Museal (2017); das entrevistas realizadas com os funcionários do Museu das Bandeiras e alunos com deficiência do CEPMG - João Augusto Perillo; das imagens do Museu; e dos gráficos produzidos a partir das entrevistas. Esse suporte teórico nos permitiu conhecer o universo do objeto de estudo e sua relação com o público com deficiência.

2.1 Deficiências: conceitos e reflexões

Propor ações de inclusão da pessoa com deficiência nos espaços museais nos remete a conhecer primeiro as pessoas com deficiências e suas especificidades para, então, indicar ações efetivas de mediação cultural que atendam aos anseios do público. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), de 6 de julho de 2015, em seu artigo 2º, versa que:

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015).

A definição presente na LBI é o resultado de lutas e reflexões sobre as quais, ao longo da história, foram propostos vários modelos que tentam “encaixar” as pessoas que apresentam alguma diferença em relação aos demais. Na primeira metade do século XX, surgiu o modelo biomédico, que considerava a deficiência como consequência de uma doença ou acidente e que deveria ser objeto de tratamento para a habilitação ou a reabilitação do máximo de capacidades, aproximando-se da cura. Essa definição tem como foco as limitações funcionais que se encontram na pessoa, desconsiderando as condições do contexto social, assim, o modelo biomédico corresponde à integração da pessoa com deficiência à sociedade, na qual a pessoa e a sua família que devem se esforçar para participar e se incluir, sem que haja mudanças da sociedade.

O modelo biomédico da deficiência tem sido responsável, em parte, pela resistência da sociedade em aceitar a necessidade de mudar suas estruturas e atitudes (SASSAKI, 1997). Nesse modelo, as políticas públicas destinadas às pessoas com deficiência são específicas, isoladas e habitualmente restritas à saúde, assistência e educação especial em escolas segregadas.

A partir da consolidação dos estudos sobre a deficiência na década de 1960, do movimento de reivindicação de direitos, da luta contra a opressão e pelo protagonismo das pessoas com deficiência, surgiu o modelo social da deficiência. Esse modelo tem por foco as condições de interação entre a sociedade e as pessoas com limitações funcionais. As pessoas com deficiências são sujeito de direitos, com autonomia e independência para fazer suas escolhas, contando com apoio social. O modelo social visa a transformação das condições sociais, mediante políticas públicas inclusivas, que tenham como eixo principal o princípio da equidade.

Nesta perspectiva, cabe à sociedade eliminar todas as barreiras físicas, programáticas e atitudinais para que as pessoas possam ter acesso aos serviços, lugares, informações e bens necessários ao seu desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional (SASSAKI, 1997). Sendo assim, as políticas universais contemplam as especificidades do segmento das pessoas com deficiência e as intervenções são realizadas na esfera atitudinal, com a provisão de acessibilidade nas construções e espaços urbanos, nos transportes, nas diversas formas e sistemas de comunicação e de informação, assim como no acesso à tecnologia assistiva.

A partir de 2020, a Organização Mundial de Saúde defende que a deficiência está atrelada à Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF), que leva em consideração os aspectos ambientais, ou seja, as barreiras enfrentadas pelo indivíduo, como é proposto pelo modelo social. Ao considerar os aspectos ambientais ao caracterizar uma deficiência, a CIF proporciona uma análise qualificada sobre a ação da sociedade em relação à pessoa com deficiência, pois:

[...] os conceitos apresentados na classificação introduzem um novo paradigma para pensar e trabalhar a deficiência e a incapacidade: elas não são apenas uma consequência das condições de saúde/ doença, mas são determinadas também pelo contexto do meio ambiente físico e social, pelas diferentes percepções culturais e atitudes em relação à deficiência, pela disponibilidade de serviços e legislação. Dessa forma, a classificação não constitui apenas um instrumento para medir o estado funcional dos indivíduos. Além disso, ela permite avaliar as condições de vida e fornecer subsídios para políticas de inclusão social (FARIAS; BUCHALLA, 2005 p.190).

Esta pesquisa segue as bases propostas pelo modelo social, na medida em que procura propor ações para a inclusão cultural da pessoa com deficiência no Museu das Bandeiras, oferecendo condições de acesso aos bens culturais presentes neste espaço e garantindo os direitos assegurados pela Convenção da ONU, sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência de 2007, ratificada pelo Brasil, em 2009, como Emenda Constitucional, por meio do decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Em seu artigo 1º, a Convenção define como propósito: “Promover, proteger e assegurar o desfrute pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por parte de todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua inerente dignidade”. Portanto, a normativa reforça a ideia de que barreiras sociais podem impedir a participação das pessoas com deficiência em condições de igualdade.

Segundo a Classificação Internacional de Funcionalidade, as várias deficiências podem agrupar-se em cinco conjuntos distintos, são eles:

Quadro 3 – Deficiências

<p>Deficiência Visual</p>	<p>Deficiência visual é a perda ou redução das funções básicas do olho e do sistema visual. Existem dois grupos de deficiência:</p> <p>Cegueira - há perda total da visão ou pouca capacidade de enxergar. Seu processo de aprendizagem será através dos sentidos remanescentes (tato, audição, olfato, paladar), utilizando o sistema BRAILLE como principal meio de comunicação escrita.</p> <p>Baixa visão define-se pelo comprometimento do funcionamento visual dos olhos, mesmo depois de tratamento ou correção. O processo educativo do aluno com baixa visão se desenvolverá por meios visuais, com emprego de recursos específicos como escrita ampliada, lupa e/ou objetos com alto-relevo.</p>
<p>Deficiência auditiva</p>	<p>Perda parcial ou total da audição em um ou ambos os ouvidos. Pode ser de nascença ou causada por doenças. É definido surdo toda pessoa cuja audição não é funcional no dia a dia, e considerado parcialmente surdo todo aquele cuja capacidade de ouvir, ainda que deficiente, é funcional com ou sem prótese auditiva. Nos casos de perda auditiva profunda, a comunicação ocorre pela Libras - Língua Brasileira de Sinais.</p>

Deficiência Intelectual	Deficiência Intelectual é a designação que caracteriza os problemas que acontecem no cérebro e levam a um baixo rendimento, mas que não afetam outras regiões ou áreas cerebrais.
Deficiência Física	Diferentes condições motoras que acometem as pessoas, comprometendo a mobilidade, a coordenação motora geral e da fala, em consequência de lesões neurológicas, neuromusculares, ortopédicas ou más formações congênicas ou adquiridas
Deficiência Múltipla	É a associação de duas ou mais deficiências, sejam intelectuais, físicas, distúrbios neurológicos, emocionais, de linguagem e desenvolvimento educacional, vocacional, social e emocional. As pessoas com deficiência múltipla são aquelas afetadas por uma associação de uma ou mais deficiências, como os surdo-cegos ou deficiência física e mental ao mesmo tempo.

Fonte: Classificação Internacional de Funcionalidade.

Além desses cinco grupos, a CIF inclui em seu escopo as pessoas com mobilidade reduzida: idosos, gestantes, obesos, amputados, fraturados, uma vez que esses indivíduos também sofrem exclusão social por suas particularidades de acesso e também devem ser incluídos em ações de inclusão social.

As definições aqui apresentadas têm como objetivo esclarecer o leitor sobre as deficiências mais comuns, no entanto, cabe lembrar que estas não dão conta da complexidade que envolve cada deficiência e como cada indivíduo vai se desenvolver. Consideramos que conhecer os tipos mais comuns de deficiência é tarefa primordial de toda a equipe que atende ao público de um museu para, dessa maneira, melhor acolher cada pessoa com sua especificidade. Porém, salientamos que é primordial que todas as ações a serem implementadas precisam ter como foco principal o ser humano e não a deficiência, para que não fiquemos presos ao modelo biomédico, já discutido anteriormente.

2.2 As políticas públicas patrimoniais e a acessibilidade das pessoas com deficiência nos espaços públicos museais

Refletir sobre a pessoa com deficiência é uma tarefa árdua, uma vez que a utilização do próprio termo gera controvérsias entre diferentes autores. Falar do que é diferente por si só já

traz muitas dúvidas e inquietações. Ao longo da história, as pessoas com algum tipo de deficiência, seja física, cognitiva, sensorial ou múltiplas, foram segregadas e marginalizadas. Adjetivos como loucos, retardados, aleijados ou possuídos pelo demônio eram comuns para se caracterizar uma pessoa com deficiência e alguns destes ainda perduram nos dias atuais, alimentando o preconceito e o estigma da segregação social contra esses sujeitos.

Mundialmente, o quadro começa a mudar depois do século XVIII, quando alguns setores da sociedade se organizam e realizam ações para o atendimento de pessoas com deficiência, abrindo espaço em diferentes áreas da vida social, com o objetivo de aumentar os conhecimentos e encontrar formas para melhorar as condições de vida das pessoas com deficiência.

Os primeiros movimentos de apoio à pessoa com deficiência surgem na Europa e expandem-se para os Estados Unidos, Canadá e outros países, inclusive o Brasil, tendo a maioria das ações implementadas ligadas ao atendimento clínico e educacional. Com os avanços conquistados, no início do século XIX, as iniciativas individuais, coletivas e institucionais confirmaram o progresso na área de Educação Especial, assim, as escolas residenciais deixaram de ser adequadas para a educação das pessoas com deficiência e a sociedade começou a cobrar do poder público o dever de zelar por esses indivíduos. Nesse contexto, surgem as escolas para surdos, cegos e internatos para “doentes mentais”.

No Brasil, as primeiras iniciativas de atendimento à pessoa com deficiência ocorrem também na área educacional. A partir de 1970, a educação especial passou a ser discutida e os governos iniciaram a criação de instituições públicas e privadas, órgãos normativos federais e estaduais e de classes especiais para atender o público, visto que as mudanças sociais e econômicas iniciadas com a abertura política colocaram em cena grupos sociais que até o momento estavam excluídos dos cenários político, econômico e social.

Organizados em diferentes associações, elegendo seus representantes políticos, cada um desses grupos passou a gritar por mudanças que garantissem seus direitos e sua legitimidade perante à sociedade, dentre esses grupos estavam os representantes das pessoas com deficiência. Neste movimento em busca de mudanças e melhorias sociais, uma das grandes conquistas foi a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, em 2007, promulgada no Brasil através do Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, que no seu Art. 1 define pessoas com deficiência como:

Aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2009).

Este decreto promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinado em Nova York, em 30 de março de 2007. A definição apresentada no documento garante o amparo da legislação e os legitima enquanto pertencentes a um grupo social. Foi um divisor de águas para o desenvolvimento da perspectiva da educação inclusiva, uma vez que chama a atenção para as “barreiras” que, em interação com a deficiência podem dificultar sua participação plena e efetiva na sociedade.

Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE), relativos a 2010, 45,6 milhões de pessoas declararam ter pelo menos um tipo de deficiência, seja ela sensorial, mental, auditiva, física ou múltipla. Esses sujeitos convivem constantemente com a discriminação e os descasos de serviços mal prestados e descumprimento da legislação que garante seus direitos fundamentais. A maioria dos direitos conquistados muitas vezes não é cumprida pela negligência do poder público em criar políticas públicas que os tornem efetivos e pela falta de conhecimento dos mesmos pela população.

No âmbito da cultura, esporte, turismo e lazer, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), promulgada em 6 de julho de 2015, no Art. 42, determina:

A pessoa com deficiência tem direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, sendo-lhe garantido o acesso: I – a bens culturais em formato acessível; II – a programas de televisão, cinema, teatro e outras atividades culturais e desportivas em formato acessível; e III – a monumentos e locais de importância cultural e a espaços que ofereçam serviços ou eventos culturais e esportivos (BRASIL, 2015).

Ao analisarmos o artigo supracitado, notamos que o acesso e usufruto aos bens culturais estão garantidos legalmente, cabendo uma reflexão com maior criticidade sobre os fatores que levam ao não cumprimento da legislação. Para tanto, é de fundamental importância conhecermos a visão do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), responsável pela preservação e divulgação do patrimônio material e imaterial do país.

As discussões sobre acessibilidade aos espaços culturais e detentores de memória já estão presentes nas determinações e regulamentações do IPHAN há alguns anos. As orientações sobre mobilidade presentes na página do site do órgão estabelecem que:

[...] as intervenções que buscam promover a acessibilidade e melhor mobilidade nos conjuntos urbanos tombados podem ter impacto positivo produzindo qualificação desses espaços, porque agregam elementos que valorizam a melhor circulação de pessoas, o uso de equipamentos urbanos e propiciam maior contato com o patrimônio e inclusão socioespacial (IPHAN, 2014).

Percebemos que a mobilidade nas cidades históricas e o acesso das pessoas com deficiência vêm sendo analisados e garantidos por normativas que procuram estar em consonância com a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 2007, da qual o Brasil, por meio da Lei nº 6.949, em 25 de agosto de 2009, adotou o conceito de acessibilidade, que se estabelece no Artigo 9:

Afim de possibilitar às pessoas com deficiência viver de forma independente e participar plenamente de todos os aspectos da vida, os Estados Partes tomarão medidas apropriadas para assegurar às pessoas com deficiência o acesso, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação, bem como a outros serviços e instalações abertos ao público ou de uso público, tanto na zona urbana como na rural (BRASIL, 2009).

O acesso das pessoas com deficiência aos bens culturais é, portanto, uma questão que vai muito além da adaptação estrutural, pois requer a identificação e eliminação dos diversos tipos de barreiras que impedem estes sujeitos de realizarem atividades e exercerem funções na sociedade em que vivem em condições similares aos demais indivíduos, garantindo e consolidando o direito universal à cultura e à educação. Na mesma consonância, o Plano Nacional de Cultura, que teve sua elaboração em 2007, estabelece meta que:

[...] pretende garantir que, até 2020 as pessoas com deficiência possam ter 100% de acesso aos lugares de memória e seus acervos, em virtude da adaptação dos espaços físicos e da oferta de bens e atividades em formato acessíveis (MARCHETTE, 2016, p.178).

Nessa trajetória também podemos destacar a publicação, pelo IBRAM, em 2011, do primeiro volume dos Cadernos Museológicos. No total foram publicados três volumes: Volume 1: Segurança em Museu (2011); Volume 2: Acessibilidade a Museus (2012); Volume 3: Planejamento e Realização de Exposição (2018). O objetivo principal das publicações é oferecer material teórico aos museus brasileiros para melhorar a organização interna e o atendimento ao seu público.

O volume 2, que tem como tema a acessibilidade a museus, afirma que “A acessibilidade não se configura como uma questão meramente técnica, mas como uma questão social: o pleno direito ao uso da cidade” (CADERNOS MUSEOLÓGICOS, 2012). Nesse sentido, a obra

oferece informações sobre a adaptação nos espaços museais brasileiros, de modo a torná-los acessíveis a toda a população – com destaque para pessoas com deficiência. O item 3 descreve sobre as experiências museais no Brasil e no mundo (ter acesso, ver, ouvir, sentir e tocar) e são relatados trabalhos realizados no Museu do Louvre (França); Museu de Arte Moderna (Moma, Estados Unidos); *British Museum* (Inglaterra); Museu Histórico Nacional (Rio de Janeiro, Brasil); Museu Villa-Lobos (Brasil), dentre outros.

O Estatuto dos Museus, criado pela Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, nos seus artigos 31, 35 e 42, se refere especificamente à acessibilidade, sendo que o artigo 42 estabelece que: “Os museus facilitarão o acesso à imagem e à reprodução de seus bens culturais e documentos conforme os procedimentos estabelecidos na legislação vigente e nos regimentos internos de cada museu” (BRASIL, 2009). O caminho para a efetivação dos direitos aqui descritos se entrelaça com as políticas públicas que devem ter como prioridade a efetivação destas conquistas, pois, de um lado temos:

[...] o aparato legal sobre acessibilidade física e do outro, a legislação que define os direitos da pessoa com deficiência na fruição patrimonial, esses dois campos de direitos devem dialogar com ações destinadas à inclusão universal (MARCHETTE, 2016, p. 176).

Logo, cabe aos gestores federais, estaduais e municipais propor ações que envolvam a sociedade civil, a iniciativa privada e demais órgãos ligados à cultura para garantir esses direitos. Tais ações devem ter por objetivo principal aumentar o acesso das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida aos espaços culturais, de consumo e de produção de ideias, ultrapassando, assim, a barreira da mobilidade urbana e garantindo a acessibilidade e a democracia cultural. Por conseguinte, o êxito das propostas está atrelado ao fomento de ações de educação patrimonial, supervisionadas pelo IPHAN, com parcerias entre iniciativa privada, organizações sociais, universidades e escolas municipais e estaduais, pois a comunidade deve ser provocada a conhecer e participar dos desafios inerentes aos seus bens patrimoniais, contribuindo, portanto, para a sua preservação e valorização.

Assim sendo, os caminhos da acessibilidade estão em constante construção, o acesso aos bens culturais e patrimoniais vem passando por inúmeros processos de democratização, criação e reestruturação nos pontos de vista social, conceitual e político. Da mesma maneira, medidas que buscam possibilitar o exercício da cidadania, contemplando a multiplicidade e pluralidades do público estão sendo criadas.

O início desse processo no Brasil ocorreu em 1975, no I Encontro Nacional de Dirigentes de Museus, realizado no Recife. Como resultado desse debate, tivemos o lançamento dos “Subsídios para implantação de uma Política Museológica Brasileira”, em 1976. Esse documento foi o primeiro apontamento oficial que contém as diretrizes específicas para a política museológica brasileira, apresentando o aspecto organizacional dos museus, no entanto, o documento não se trata especificamente sobre a acessibilidade aos espaços museais.

Nesse quadro de discussões, em 1986, cria-se o Sistema Nacional de Museus, com o objetivo de “Articular e apoiar financeiramente projetos museológicos” (BRASIL, 2010). No ano de 2003, é implementada a Política Nacional de Museus (PNM) que tinha como principais diretrizes:

Discutir as políticas públicas nos campos do patrimônio cultural, da memória social e dos museus, visando regulamentar a democratização das instituições, o acesso a esses bens e o desenvolvimento de práticas educacionais que garantam o respeito à diferença e à diversidade cultural (CELESTE; SILVEIRA, 2019, p. 197).

Continuando a trajetória, também podemos destacar a criação do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), em 2009. O IBRAM estabelece critérios e regras para que as instituições sejam caracterizadas como museus, bem como orienta medidas institucionais que podem ser implantadas nestes espaços, porém, o documento não traz em sua constituição orientações para acessibilidade, mas constitui um grande avanço, visto que traça os rumos para as instituições museais no Brasil. Nessa linha temporal, a publicação dos Cadernos Museológicos (2011, 2012, 2018) também representa um acréscimo importante.

No entanto, as políticas de acessibilidade passaram realmente a ser discutidas a partir da criação do Plano Nacional Setorial de Museus (PNSM), em 2010. Esse plano estabelece um conjunto de normas para o setor museal, articulando acessibilidade com sustentabilidade ambiental, propondo a adequação destes espaços para se garantir práticas de acessibilidade universal. A partir do Plano Nacional Setorial de Museus (PNSM), todas as instituições, de acordo com a sua temática, devem promover ações de acessibilidade, sendo que algumas são prioritárias:

- i) promover a acessibilidade de pessoas com deficiência a partir do desenvolvimento de programas e ações educativas;
- ii) incrementar ações voltadas à garantia do direito à acessibilidade cognitiva, sensorial e motora para toda a população;
- iii) evidenciar esforços para a reestruturação dos espaços museais garantindo acessibilidade à sociedade, incluindo reformas, construções, restaurações de bens móveis e imóveis;
- iv) aquisição de equipamentos e acervos, criar e implementar normas e procedimentos específicos para museus e centros culturais para garantir acessibilidade universal, em consonância com o Decreto 5.296/2004 e as normas de acessibilidade já existentes no país (BRASIL, 2004, p. 122).

De acordo com o PNSM, cada instituição deverá promover momentos para capacitação dos profissionais e elaborar um diagnóstico sobre as dificuldades de acessibilidade, buscando promover a interação entre o público e o Museu. No Eixo II “Cultura, cidade e cidadania”, do Plano Nacional de Museus, são detalhadas as diretrizes a serem seguidas:

**Quadro 4 – Diretrizes de acessibilidade do Plano Nacional Setorial de Museus.
Diretriz 01**

Diretriz: Fomentar ações educativas a partir do conceito de patrimônio integral, voltadas para a promoção da cidadania e ação social.
Estratégia: Incrementar ações voltadas à garantia do direito à acessibilidade cognitiva, sensorial e motora para toda a população, sendo esta uma prioridade que reflete dignidade humana frente ao patrimônio.
Ações: -Desenvolver metodologias de trabalho e publicações em que as construções de discurso nos museus alcancem a excelência de forma democrática e acessível a toda a população. -Estabelecer uma prática dialógica de avaliação e certificação, com parecer de representantes das associações locais de deficientes físicos, sensoriais e cognitivos, das exposições, projetos e reformas de instituições museais.
Meta quantitativa: - Aumentar continuamente o número de visitantes com algum tipo de necessidade especial, bem como de toda a população em geral. - Aumentar continuamente a criação de projetos e editais que levem em conta aspectos relativos à acessibilidade.
Meta temporal: 10 anos

Fonte: Adaptado do Plano Nacional Setorial de Museus (BRASIL, 2010).

**Quadro 5 – Diretrizes de acessibilidade do Plano Nacional Setorial de Museus.
Diretriz 11**

Diretriz: Estabelecer uma política de acessibilidade universal para museus e centros culturais.
Estratégia: Estimular a criação de legislação e produzir orientações sobre acessibilidade para museus e centros culturais.
Ações: -Criar e implementar normas e procedimentos específicos para museus e centros culturais para cultura, cidade e cidadania, garantir acessibilidade universal (física, intelectual, estética e sensorial), em consonância com o Decreto nº 5.296/2004 e as normas de acessibilidade já existentes no país.

. Elaborar e publicar, a partir de legislação específica, material didático com normas e orientações sobre acessibilidade que contemple as especificidades de cada público, adequado à realidade brasileira
Meta quantitativa: - Normas e procedimentos específicos para museus e centros culturais implementados. - 01 publicação federal, 01 publicação estadual e 01 publicação por município com unidade museológica.
Meta temporal: - 4 anos - 10 anos

Fonte: Adaptado do Plano Nacional Setorial de Museus (BRASIL, 2010).

O PNSM foi resultado do Plano Nacional de Cultura e da II Conferência Nacional de Cultura. A partir de então, o setor de museus no Brasil tem um planejamento e uma agenda política para desenvolver, que apontam para a consolidação de uma política pública específica para o setor em consonância com as normativas de acessibilidade presentes no Decreto nº 5.296/2004. A partir desse documento, que tem vigência de 2010 a 2020, os museus brasileiros têm metas a cumprir a médio e longo prazo para atender a multiplicidade do público com deficiência.

Para atender as orientações do plano, o Museu das Bandeiras realizou uma série de cursos de formação, em 2019, para construir seu Plano Museológico de acordo com as novas normativas. O referido documento ficou pronto em abril de 2020 e as metas estabelecidas foram planejadas para serem desenvolvidas de 2020 a 2024. No Programa de Acessibilidade Universal consta a seguinte meta: desenvolver, em todos os programas, questões relativas à acessibilidade universal. O desdobramento das metas é assim apresentado:

Quadro 6 - Metas MUBAN 2020-2024

Diretriz	Desenvolver, em todos os programas, questões relativas à acessibilidade universal.				
Meta Quantitativa	Incluir a acessibilidade universal em todos os programas e projetos do Museu das Bandeiras.				
Meta Temporal	Esta meta é contínua e deverá ser desenvolvida até 2024.				
Etapa	2020	2021	2022	2023	2024
Realizar reuniões e definir estratégias acessíveis nos programas e projetos.	X	X	X	X	X
Capacitar anualmente a equipe, visando garantir acessibilidade universal.	X	X	X	X	X

Estimular cursos e formações em Língua Brasileira de Sinais (Libras).	X	X	X	X	X
Produzir produtos educativos táteis.	X	X			
Contratar pessoas com deficiência.	X	X	X	X	X
Criar um roteiro acessível para as exposições de longa e curta duração.					X
Adquirir legendas em braile.	X	X			
Participar de editais com o objetivo de promover projetos visando à acessibilidade universal no Museu.			X	X	
Produzir um Programa Acessível.		X			
Estimular o toque em objetos museológicos em exposição.			X	X	

Fonte: MUBAN, 2020, p. 87-88.

Como os museus estão fechados desde março de 2020, devido à pandemia causada pelo Coronavírus, causador da doença COVID-19, as ações de formação desenvolvidas durante o ano ocorreram na modalidade online, sendo que aquelas que envolvem compras de materiais ainda não foram realizadas devido a cortes no orçamento da instituição.

Como parte das metas, o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) vem incluindo em seus Planos de Ações anuais o Programa de Acessibilidade, que permite a formação continuada para profissionais diretamente ligados aos museus, bem como a educadores e demais membros da comunidade interessados no tema. Essas ações estão previstas na Política Nacional de Educação Museal (PNEM), implementada em 2018, que estabelece que cada museu coordenado pelo IBRAM deve construir seu plano de educação cultural, no qual conste ações que busquem uma educação integral do homem. Nesse documento, o termo “acessibilidade plena” aparece como a busca pela superação das diversas barreiras que dificultem ou impeçam o acesso aos Museus e Centros Culturais, sendo que tais barreiras podem ser arquitetônicas – internas ou externas – e/ou em seus espaços expositivos, transcendendo aspectos estruturais.

Contudo, um dos entraves para promover a acessibilidade em prédios e monumentos históricos é a ideia de que tais mudanças (rampas de acesso, piso tátil, banheiros adaptados, elevadores) possam interferir na autenticidade do bem, levando a perda do status de patrimônio cultural. No entanto, essas questões podem ser resolvidas com o estudo de caso e a elaboração de um bom projeto de arquitetura. O suporte legal para possíveis mudanças no bem patrimonializado é referendado pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), órgão responsável pela normalização técnica no Brasil, segundo o qual:

[...] todos os cidadãos têm o direito de ir e vir, inclusive aqueles que possuem deficiências permanentes ou ocasionais. Cadeirantes, deficientes auditivos ou visuais, gestantes e idosos precisam transitar e acessar todos os espaços da cidade, prédios públicos e institucionais, usar sanitários, telefones, sem que isso lhes cause dificuldades e constrangimentos. Acessibilidade é “possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos (ABNT, 2015, p. 1).

Nessa perspectiva, os museus rompem com a ideia de um espaço de “visão contemplativa e ilustrativa”, passando a ser um espaço de interação e vivência com a comunidade, reafirmando também seu papel de formação de identidade. Os planos educativos de cada museu atenderão as especificidades de cada instituição e devem oferecer a oportunidade de se implantar ações efetivas que atendam ao público com deficiência, seja esta física, intelectual ou sensorial.

Na Cidade de Goiás, o Museu de Artes Sacras da Boa Morte e o Museu das Bandeiras, coordenados pelo IBRAM, já iniciaram seus estudos por meio do Programa de Formação de Museus. O Plano Museológico do Museu das Bandeiras foi construído de agosto de 2018 a janeiro de 2020 e já está de acordo com as novas diretrizes. Foram oferecidos cursos de capacitação para a equipe interna do museu, alguns abertos a comunidade, para levantar ações de melhoria do atendimento ao público, principalmente no tocante à acessibilidade.

A adequação do Museu das Bandeiras (MUBAN) à nova legislação foi o principal motivo para a escolha deste espaço para o desenvolvimento desta pesquisa, pois percebe-se a preocupação do grupo gestor em ouvir a opinião da comunidade local para implementar as mudanças necessárias e melhorar o atendimento ao público.

A parceria com a comunidade, principalmente com os educadores, abre novos caminhos para a inclusão cultural da pessoa com deficiência, uma vez que estes espaços abrigam diferentes tipos de arte, que, se estudadas em suas diferentes dimensões, podem proporcionar ao público atividades educativas variadas, explorando os múltiplos sentidos e permitindo, por

meio do sensorial, uma educação cultural que “Proporcione o encantamento, o entretenimento, a provocação e o diálogo” (BRAGA, 2017, p. 60).

Esse novo olhar sobre os museus nos permite resignificá-los como espaços que possuem múltiplas linguagens, as quais podem proporcionar experiências únicas ao público com deficiência, despertando sensibilidades e fortalecendo a autonomia. Iniciaremos a partir do próximo item o processo de análise dos resultados da pesquisa, buscando conhecer o espaço do MUBAN dentro da perspectiva do legal e do real.

2.3 As diferentes vozes ao longo da caminhada

O desenvolvimento desta pesquisa tem como objetivo principal propor ações de inclusão cultural da pessoa com deficiência no espaço do Museu das Bandeiras, na Cidade de Goiás. A motivação veio imbuída da experiência em sala de aula, com o atendimento a alunos com deficiência, que enfrentam várias particularidades de acesso a estes locais de memória tão importantes para a formação de identidade e valorização da cultura local. Pelo o outro lado, sempre ouvimos relatos de diretores e funcionários de museus expressando suas dificuldades em atender este público. Portanto, para se pensar em ações de inclusão é de fundamental importância ouvir as vozes das duas realidades, destacando e confrontando opiniões, dando oportunidades para identificação dos entraves existentes e possibilitando a construção de caminhos possíveis para a inclusão da pessoa com deficiência nos espaços museais.

No decorrer deste tópico, faremos a análise das entrevistas realizadas com a equipe do MUBAN, com o grupo de alunos com deficiência do CEPMG - João Augusto Perillo, surdos egressos, e com professores intérpretes de Libras (Língua Brasileira de Sinais).

2.3.1 O que dizem as vozes do MUBAN sobre a inclusão cultural da pessoa com deficiência

O grupo de entrevistados do Museu das Bandeiras foi constituído por todos que trabalham na instituição, sendo que seis pessoas responderam às perguntas. Foram enviados questionários online, usando a ferramenta *Google Forms*, por mediação do diretor do museu, com oito perguntas, conforme Anexo 2, tendo como foco o público com deficiência, seu atendimento e a relação do museu com a comunidade. No processo, os termos e os objetivos da pesquisa foram esclarecidos aos participantes.

É importante salientar que além das entrevistas, também foi utilizado como base teórica desta análise o Plano Museológico de 2020, elaborado pela equipe da instituição. Para efeito de análise, vamos dividir os questionamentos em dois grandes grupos: Relação do museu com a comunidade; e O museu e o público com deficiência.

Na investigação sobre a relação do museu com a comunidade, os entrevistados consideram que há um diálogo constante entre ambos, com troca de experiência, a instituição está aberta para realização de eventos e há o desenvolvimento de ações atrativas para o público. Essa relação pode ser comprovada pelas ações realizadas em parceria com diferentes órgãos da Cidade, em 2019, citadas no Plano Museológico de 2020, como:

Quadro 7 - Ações realizadas no ano de 2019

Instituição: Associação Mulheres Coralinas



Ação: Seminário Saberes das Mãos, Letras e Ofícios. Exposição com produtos produzidos por essas mulheres.

Instituição: Centro Especializado de Atendimento à Mulher (CEAM).

Ação: Variadas: palestras, roda de conversas.



Instituição: Universidade Federal de Goiás-Cursos de História, Arquitetura, Direito e Museologia.



Ação: Exposições de média e curta duração no Museu. Projetos de pesquisa e extensão na instituição.

Instituição: Universidade Estadual de Goiás- Cursos de História, Turismo e Geografia.



Ação: Intervenções e exposições na instituição.

Fonte: Adaptado do Plano Museológico (MUBAN, 2020, pág. 21-24).

As ações do Quadro 7 foram desenvolvidas pelo MUBAN e são apresentadas no Plano Museológico 2020. As atividades têm como público principal estudantes universitários, artistas e instituições locais, que utilizam o prédio para expor seus trabalhos para a comunidade. As atividades desenvolvidas afirmam o papel do museu enquanto agente de mobilização social, que cumpre seu papel frente as demandas sociais atuais. Desta forma, a instituição contribui para a valorização da cultura local, tornando-se espaço de referência para a comunidade. Salienta-se também a importância dessas ações para a divulgação do patrimônio cultural da cidade, pois na medida em que ocorrem, há uma educação patrimonial junto aos envolvidos o que contribui para o sentimento de pertencimento.

Além dessas práticas, o MUBAN realiza cinco atividades anuais que atendem o público da cidade, principalmente as escolas, são elas:

Quadro 8 - Atividades anuais direcionadas ao público da Cidade

Atividade: Semana de Museus



Ação: Ações temáticas em diálogo com a proposta do IBRAM.

Atividade: Semana do Folclore.



Ação: Brincadeiras sobre mitos, histórias e manifestações da cultura popular da região.

Atividade: Primavera dos Museus.



Ação: Ações temáticas em diálogo com a proposta do IBRAM.

Atividade: Semana das crianças.



Ação: são apresentados filmes, é organizada uma visita mediada à exposição, além de ações culturais para crianças e adolescentes.

Atividade: Mês da Consciência Negra.



Ação: grupos e excursões são convidados a assistir um filme e/ ou documentário sobre a presença negra no Estado de Goiás, bem como a conhecer suas contribuições para a sociedade brasileira.

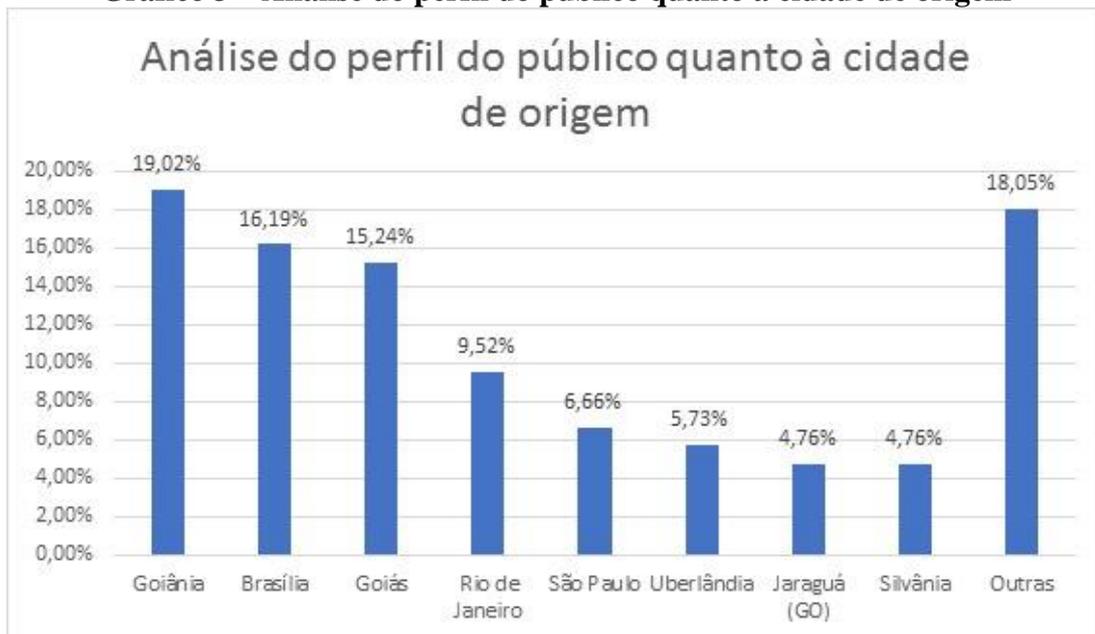
Fonte: Adaptado do Plano Museológico (MUBAN, 2020, pág. 24-26).

As escolas municipais e estaduais estão presentes na maioria dos eventos realizados pelo Museu das Bandeiras, tal fato está evidenciado na fala do Diretor do Museu que considera a relação da instituição com a comunidade: “Muito boa. Em 2019 conseguimos atender todas as escolas da cidade. (...) O Museu sempre busca diálogo para incentivar a visita das escolas” (Rodrigo Dias, 2020).

Os depoentes são unânimes em descrever a constante preocupação em buscar alternativas para que o público frequente o Museu. Na análise dos questionários, percebe-se que o grupo reconhece a pouca participação da comunidade geral da Cidade de Goiás nas atividades promovidas pela instituição: “O museu realiza ações com o objetivo de trazer a comunidade para o seu espaço, sendo as escolas como também os visitantes avulsos. Objetivando também desenvolver o sentimento de pertencimento dos vilaboenses com o Museu das Bandeiras. Mas eu vejo que grande parte da população não se sente pertencente a esse espaço” (Wariane de Faria Machado, 2020).

De tal maneira, a participação da comunidade local só é maior por meio do público das escolas. Estes dados são confirmados pela Análise do Perfil do Público, registrado no Plano Museológico de 2020:

Gráfico 3 – Análise do perfil do público quanto à cidade de origem



Fonte: PLANO MUSEOLÓGICO, 2020, p. 54.

A preocupação da equipe reforça a importância do trabalho de Educação Patrimonial, pois grande parte da população da cidade não visita o museu, que ainda é visto como lugar antigo, velho e ultrapassado ou por não se sentir representada nas atividades desenvolvidas pelo MUBAN.

A Educação Patrimonial consiste em processo sistemático de aprendizagem que tem como foco principal os aspectos culturais. Com essa característica fundamental, ocorre um diálogo constante com diferentes áreas do conhecimento, de forma transdisciplinar e

interdisciplinar⁹, como nos afirma Pelegrini (2009) “A educação patrimonial formal e informal constitui uma prática educativa e social que visa a organização de estudos e atividades pedagógicas interdisciplinares e transdisciplinares. (PELEGRINI, 2009). Ao aproximar a comunidade de seus bens culturais e dar visibilidade a grupos sociais marginalizados, que têm contribuição importantíssima na ocupação socioespacial e circulação de ideias dentro da sociedade, podemos contribuir para a mudança de olhar que muitos têm dos museus, tornando-os espaços verdadeiramente inclusivos.

Nessa perspectiva, analisaremos o segundo grupo de questionamentos, referente à relação do MUBAN com o público com deficiência. Nesta etapa, procuramos investigar se o museu possui algum padrão para identificar o público com deficiência, as ações desenvolvidas para este público e as principais dificuldades enfrentadas pela instituição ao recebê-los.

No tocante aos critérios de identificação do público com deficiência, todos os participantes reconheceram, ao responder o questionário, que o museu não possui essa ferramenta. Tal afirmação também pode ser constatada ao refletirmos sobre o Plano Museológico de 2020, no qual o público foi analisado segundo os seguintes critérios: gênero, escolaridade, cidade de origem, estado de origem, cor e raça. Para conhecer o quantitativo do público e o tipo de deficiência, o MUBAN pode inserir no seu Livro de Registros a opção para o visitante informar se possui alguma deficiência e qual o recurso de acessibilidade que este necessita. Posteriormente, essa informação poderá ser sistematizada e revertida na forma de ações efetivas para atender a determinada demanda.

Na investigação sobre as ações desenvolvidas para atender o público com deficiência foi destacado que estas ocorrem de forma pontual ou quando há alguma solicitação externa. Uma das depoentes, que trabalha no MUBAN há 3 anos e 7 meses, salienta: “Nesse período que trabalho no Museu, não me recordo de nenhuma ação educativa voltada ao público com deficiência. Lembro apenas que recebemos uma exposição de restauro de algumas telas do Octo Marques, que contavam com cópias das obras feitas em alto relevo para que pessoas com deficiência visual pudesse tocar” (Wariane de Faria Machado, 2020). As ações de inclusão da pessoa com deficiência realizadas até o momento são importantes, mas costumam ser temporárias e ainda não configuram uma mudança efetiva na postura dos museus, pois muitas vezes ainda faltam políticas públicas para que realmente se efetivem.

⁹MORAIS, Kenia Aparecida de. *Projeto de Ação Educativa*. Projeto apresentado à disciplina de Educação Patrimonial, em 2019. (Programa de Pós-graduação – mestrado profissional em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio – PROMEP).

A estrutura do prédio do MUBAN e dificuldades orçamentárias também são apontadas como grandes dificuldades para o atendimento ao público com deficiência: “Os obstáculos do espaço físico, como o desnível da Enxovia Forte. A falta de preparo nosso na recepção como, por exemplo, alguém que tenha formação para se comunicar a partir da Língua Brasileira de Sinais (Libras). A falta de orçamento para fazer uma exposição com áudio- descrição, legendas em braile e maquetes táteis, por exemplo” (Wariane de Faria Machado, 2020).

As entrevistas ainda citam as adequações feitas na reforma ocorrida em 2006 e 2007, quando foram construídas rampas de acesso para cadeirantes ou pessoas com especificidades motoras na lateral do museu, elevador e banheiros acessíveis. Essas mudanças atendem aos critérios da norma brasileira de acessibilidade, NBR-9050, e são uma preocupação constante de diferentes instituições, que procuram se adequar removendo as barreiras físicas, passando para o público a imagem de um espaço inclusivo.

As instituições culturais, como os museus, precisam ir além destas adaptações arquitetônicas, pois estão ligadas ao desenvolvimento cultural, e para que a pessoa com deficiência tenha acesso a este universo, devem ser levados em consideração os aspectos sociais e de comunicação com cada indivíduo. Nas respostas também foram citadas a preocupação com a formação específica para receber o público com deficiência.

Como conclusão das entrevistas, foi possível perceber que os profissionais do Museu das Bandeiras mostram-se preocupados e sensíveis à inclusão da pessoa com deficiência neste espaço. Como demonstra Ruth Vaz (2020) no seu depoimento: “Acho que precisamos passar por formações específicas, inicialmente. Depois precisamos pensar em soluções para tornar o museu mais acessível, de forma atitudinal, para depois pensarmos em acessibilidade estrutural. Acessibilidade tem que ser pensada para além de reformas físicas, mas como uma postura em relação a nossa missão enquanto instituição pública”.

O grupo de depoentes é bem heterogêneo, indo desde o Diretor até o auxiliar de serviços gerais e todos demonstram conhecer a temática e as ações desenvolvidas no museu no campo inclusivo. Os principais entraves apontados para a inclusão da pessoa com deficiência neste espaço foi o não conhecimento do quantitativo deste público, pois não existe nenhum registro da instituição para levantar estes dados, mas as barreiras arquitetônicas e a formação profissional na área de inclusão. Como solução para esses problemas, a equipe investe na formação continuada, por meio de parcerias com diferentes instituições, e nas ações para a comunidade, como as apresentadas anteriormente. Com esta análise, podemos conhecer as

vozes da equipe do MUBAN sobre inclusão da pessoa com deficiência. Voltemos nossa atenção agora para a outra esfera: a da pessoa com deficiência.

2.3.2 O que dizem as vozes das pessoas com deficiência sobre o MUBAN

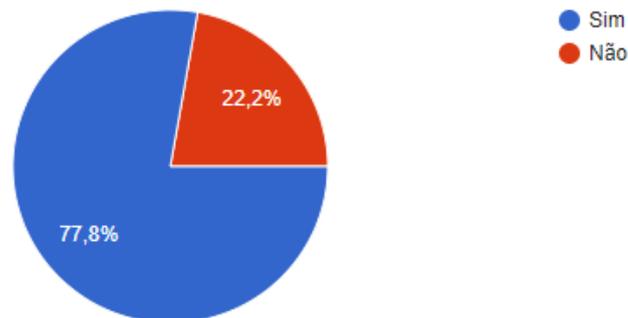
Ao iniciar a pesquisa que deu origem a este relatório técnico, foram elaborados questionários para alunos do Atendimento Educacional Especializado (AEE), do Colégio Estadual da Polícia Militar de Goiás - João Augusto Perillo, que têm diferentes deficiências: físicas, cognitivas, surdez e baixa visão. Devido ao fechamento dos museus ao público, como medida de segurança para diminuir a disseminação da Covid-19, os questionários foram enviados pelo aplicativo *WhatsApp* e encontra-se no Anexo 1. O roteiro de depoimentos para este grupo foi diferente da Equipe do MUBAN, pois buscamos entender a percepção do público sobre Patrimônio Cultural, a importância deste monumento para o grupo e as especificidades de acessibilidade enfrentadas pelos depoentes. Os questionários foram enviados para 12 alunos, sendo que 10 responderam.

Nas perguntas que se referem ao conhecimento sobre o que é Patrimônio Cultural, o grupo demonstrou conhecer o conceito e reconhecer a importância deste para a sociedade. Percebemos a importância do trabalho de Educação Patrimonial desenvolvido nas unidades escolares, mesmo que com ações esporádicas, despertando nos educandos o valor da preservação cultural. O segundo bloco de perguntas investiga sobre o Museu das Bandeiras. Dos entrevistados, 22,2% relataram que nunca visitaram o MUBAM, mas, ao mesmo tempo, sabem alguma coisa sobre a sua história.

Gráfico 4 – Resultado dos entrevistados sobre o MUBAN

Você já visitou o Museu das Bandeiras?

9 respostas



Fonte: Questionário da pesquisa aplicado pela autora.

A constatação do Gráfico 4 reforça a relevância do bem pesquisado para a comunidade e revela o valor das ações patrimoniais, que têm como público principal as escolas. Outro aspecto importante que devemos considerar é o papel educativo dos museus. As comunidades escolares reconhecem neste ambiente de educação formal um grande aliado na capacidade de despertar a consciência, estimular questionamentos e pensamentos críticos, por meio de suas exposições e obras. Fato este confirmado pelas respostas dos entrevistados, que afirmaram conhecerem o MUBAN, mediados pela escola. O questionamento: Para você, os museus são importantes? Porque? Teve como respostas: “Tem tudo que aconteceu na cidade” (J.M., 2020). “Sim, pois contam coisas que aconteceram antigamente” (Alfredo Henrique, 2020). “Sim, pois podemos ter acesso a informações antigas, as quais não vivenciamos” (Kathiane Peres, 2020).

Outro dado questionado foi sobre o site da Instituição, dentre os depoentes 55, 6% não conhecem o site do MUBAN. Os estudos do público podem ser enriquecidos através do site do museu que permite a visita virtual e propicia oportunidades para se conhecer a instituição.

Dentre os espaço e acervo que fazem parte do MUBAN, os mais citados foram a enxovia, o tear manual e a sala que demonstra a exploração do ouro. A acessibilidade estrutural do prédio como calçada de entrada, desnível no piso e escada de acesso ao segundo andar foram citadas como maiores dificuldades de acessibilidade ao prédio. Em um dos depoimentos, há a seguinte afirmação: “As calçadas na entrada e a escada para o segundo piso, porque o elevador não estar funcionando” (M.C., 2020). A falta de manutenção dos equipamentos de acessibilidade é um dos grandes problemas enfrentados pelas instituições, pois não são destinados recursos necessários para a manutenção dos mesmos. Atualmente, segundo o Diretor do MUBAN, esse problema já está resolvido, visto que a instituição recebe verbas anuais para a manutenção do elevador, que é realizada mensalmente. No questionamento de como deveria ser um museu, a aluna M.C. respondeu: “Aonde todos tivesse acesso com fácil”, o que demonstra a preocupação do público com o acesso à instituição.

A análise das perguntas nos permitiu conhecer a relevância dos museus para o público com deficiência. Estas vozes são importantes para apontar os entraves e fornecer informações para que o grupo gestor do Museus possa elaborar melhorias que atendam às suas reais necessidades. Em muitas instituições, os responsáveis pela gestão não consideram que o público com deficiência seja um grupo cativo, acreditando que sua frequência será pequena e, por isso, elegendo sempre outras prioridades e deixando as ações inclusivas ou de manutenção dos

recursos de acessibilidade em segundo plano. O direito à acessibilidade deve ser garantido, pois é preciso garantir o acesso ao patrimônio cultural livre de barreiras.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, nos deparamos com uma ferramenta de acessibilidade utilizada no site do Museu das Bandeiras: o aplicativo tradutor de Libras (V Libras). O aplicativo faz parte da Plataforma *Tainacan*:

[...] fruto de iniciativa que promove os fundamentos de uma política nacional para acervos digitais (arquivos, bibliotecas e museus), e constitui a mais nova etapa do Programa Acervo em Rede, do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM, 2020).¹⁰

Por meio dessa ferramenta, a maioria dos museus do país estão em rede e podem utilizar este recurso para disponibilizar online seus acervos. Trata-se de um importante recurso que visa “Integrar e viabilizar o acesso digital ao patrimônio cultural brasileiro”. Diante dessa nova informação, foi elaborado um questionário no *Google Forms*, específico para surdos e professores intérpretes de Libras, para que estes analisassem o aplicativo. O questionário foi enviado via *WhatsApp*, contendo quatro questões que procuram estudar a funcionalidade do aplicativo e a atratividade do site do Museu para o público. Foram convidados para participar três surdos e três intérpretes, sendo que, ao final da pesquisa, tivemos a participação de cinco depoentes - 3 professores intérpretes de Libras e 2 surdos.

Por se tratar de informações importantes para a melhoria do Aplicativo no site do Museu, elaboramos um quadro que sintetiza os principais apontamentos coletados, que serão posteriormente analisados:

Quadro 9 - Síntese da pesquisa com surdos e professores intérpretes

Entrevistados	Qual a sua opinião sobre o aplicativo em Libras usado no site?	Quais os pontos positivos e negativos do aplicativo?
Surdos	-Muito bom para poder entender as imagens. - <i>Hand Talk</i>	Positivo: inclusão do deficiente que muitas vezes não consegue compreender sem o intérprete a mensagem. Negativo: a imagem da Libras é muito pequena.

¹⁰ Veja em: www.museus.gov.br. Acesso em 06.08.2020.

Intérpretes de Libras.	<p>-Muito ruim. O aplicativo não utiliza a estrutura da Libras.</p> <p>-O aplicativo cumpre o papel de recepcionar os surdos com uma explanação simples e precisa.</p>	<p>Positivos: a velocidade da interpretação.</p> <p>-A explicação é simples e em boa resolução, uma interpretação mais voltada ao cotidiano dos surdos seria melhor compreendida pelos mesmos</p> <p>Negativo: Não tem nada além da apresentação do intérprete virtual. A sinalização não está condizente com o texto, pois é um português sinalizado; desfavorece os profissionais de Libras e a importância da Libras para os surdos.</p>
-------------------------------	--	---

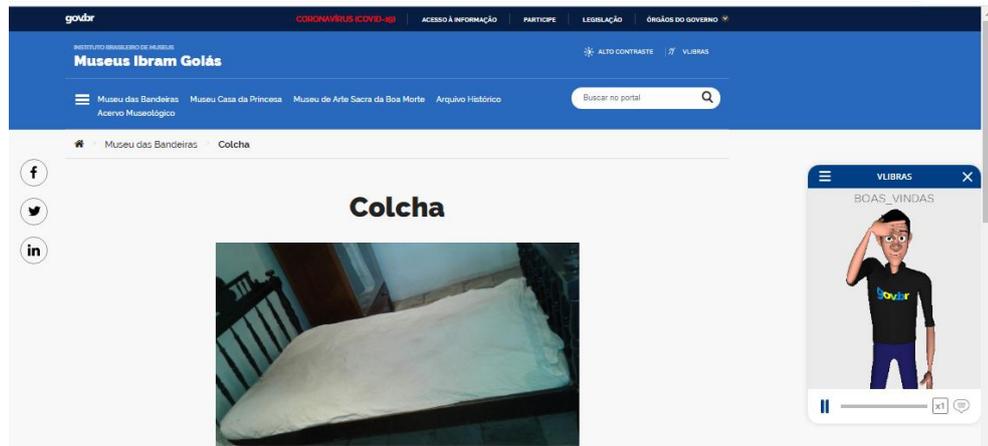
Fonte: Questionário da pesquisa, 2020.

Analisando as respostas das intérpretes de Libras, foi observado que não há um consenso quanto à funcionalidade do aplicativo, no entanto, a maioria concorda que há requisitos que precisam melhorar. Embora exista no Brasil uma proposta educacional inclusiva, no que se refere à pessoa surda, a do bilinguismo (BRASIL, 2008), a maioria das instituições ainda não possui estrutura para que esta proposta se concretize. Devido ao contexto, são utilizados os recursos de Tecnologia Assistiva, que são ferramentas variadas que ajudam na inclusão da pessoa com deficiência. Os aplicativos de Libras são exemplos destas ferramentas que auxiliam na inserção social e na autonomia da pessoa surda. Os aplicativos mais comuns utilizados no Brasil são *ProDeaf* e *HandTalk*, que são de fácil acesso e possibilitam a comunicação rápida entre o ouvinte e a pessoa surda. Porém, não há um consenso da sua utilização entre os Intérpretes de Libras, do ponto de vista linguístico, pois:

[...] os mesmos apresentam a presença de sinais regionalizados, típicos de regiões específicas do país; ausência do parâmetro referente à expressão facial no avatar, uma vez que esse é fundamental para a compreensão da Libras; traduções fora de contexto, confusas ou em desacordo com a estrutura gramatical da Libras; vocabulário de sinais restrito, o que implica na realização do português sinalizado (datilologia) e o fato de que o sujeito surdo precisa ter conhecimento básico de Língua Portuguesa para fazer uso do aplicativo, o que é um impedimento uma vez que parte dos surdos não é alfabetizada em Língua Portuguesa (CORRÊA, 2014, p. 4).

Apesar das divergências, não podemos deixar de considerar este importante recurso de inclusão social e de autonomia da pessoa surda que pode ser utilizado no dia a dia. O ideal é que a interpretação em Libras seja feita por intérpretes com formação adequada, mas o custo é mais alto, o que impulsiona as instituições a utilizarem os aplicativos que são mais baratos.

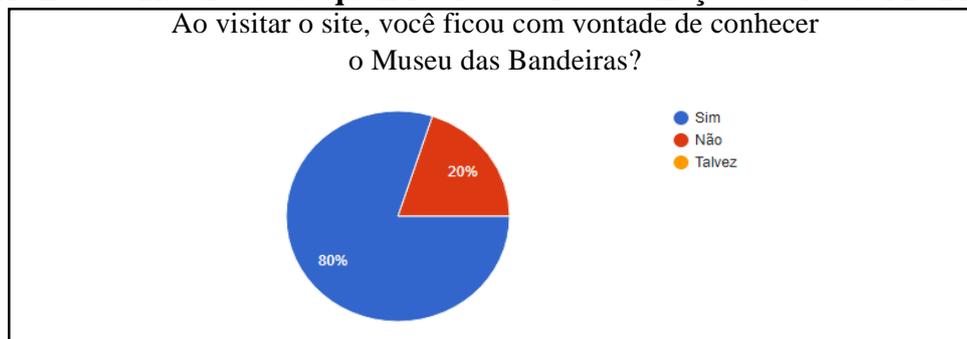
Figura 14 – Página do Museu das Bandeiras, com destaque para o aplicativo de Libras no canto direito da tela



Fonte: Site MUBAN/IBRAM-Goiás, 2020.

Em âmbito geral, podemos considerar positiva a avaliação da utilização do aplicativo no site no MUBAN. Salientamos a importância da análise destes dados pelas autoridades competentes para a melhoria do atendimento destes sujeitos, visto que os gestores museais precisam manter o diálogo com a população para garantir o acesso ao patrimônio, livre de barreiras. O questionamento sobre a atratividade do site para o público foi bem avaliado, como demonstra o Gráfico 5:

Gráfico 5 - Resultado do quantitativo sobre a avaliação do site do MUBAN



Fonte: Disponível no questionário da pesquisa.

O Gráfico 5 nos revela uma importante ferramenta que está sendo utilizada pelos museus na atualidade, o primeiro contato e aproximação com o público. O site do MUBAN, por exemplo, é atualizado e conta com imagens e histórias interessantes que atraem a atenção do público. A utilização dos recursos digitais para aproximar o público de seu acervo é uma boa oportunidade para a inserção da pessoa com deficiência nestes espaços, contudo, no site, percebemos a ausência da utilização de áudio descrição, que possibilitaria a inclusão dos deficientes visuais ou baixa visão. Porém, as diferentes ferramentas existentes no mercado estão sendo cada vez mais exploradas para tornar os museus mais atrativos e inclusivos.

3 EXPOSIÇÃO TEMPORÁRIA: O MUSEU E OS SENTIDOS

O item 3 deste relatório técnico apresenta a exposição temporária “O museu e os sentidos” como produto proposto para o Museu das Bandeiras. Na seção, são descritos ainda o público alvo da exposição, o impacto esperado sobre a comunidade, a devolutiva para a comunidade e a proposta de aplicação do produto, que foi construída a partir das análises documental, bibliográfica, iconográfica e entrevistas realizadas com os funcionários do MUBAN e alunos com deficiência do CEPMG - João Augusto Perillo, afim de promover a inclusão cultural da pessoa com deficiência neste espaço.

3.1 Apresentação e formato do produto

A ação escolhida como produto para esta pesquisa se configura em uma exposição temporária, que também constitui a devolutiva para a comunidade pesquisada. Ao pensar nessa proposta, procuramos atender as discussões feitas ao longo da pesquisa e as inquietações que provocaram o início de toda esta trajetória: como proporcionar ações de inclusão cultural da pessoa com deficiência no espaço do Museu das Bandeiras? Ao longo deste processo, buscamos atender aos direitos da pessoa com deficiência, apresentados durante as discussões teóricas, mas, ao mesmo tempo, propiciar ao nosso trabalho um aspecto lúdico, de acolhimento, não só ao público com deficiência do Museu das Bandeiras, mas as demais pessoas que visitem este espaço. Consideramos que tais encaminhamentos são necessários, pois acreditamos que os princípios inclusivos devem estar ao alcance de todos para que realmente a inclusão ocorra.

Permeando as discussões sobre acessibilidade e inclusão, a Educação Patrimonial tem papel fundamental, uma vez que configura o eixo norteador das ações educativas em museus, “Sendo um elemento estratégico de atuação política, da constituição, da memória e da sustentabilidade dos saberes tradicionais” (MARCHETTE, 2016, p. 89). Dessa maneira, a Educação Patrimonial pode aproximar a comunidade de seus bens culturais e dar visibilidade a grupos sociais marginalizados, que têm contribuição importantíssima na ocupação socioespacial e circulação de ideias dentro da sociedade.

Pessoas com deficiência constituem um grupo marginalizado, principalmente quando nos referimos ao acesso aos bens culturais. As barreiras físicas e de comunicação estão presentes na maioria dos lugares de memória, tornando o acesso aos bens culturais difícil e, muitas vezes, impossível. Entretanto, esse público tem direito a usufruir destes espaços tão

imprescindíveis para a prática da cidadania, como salienta Tatiane Marchette (2016) “Todo e qualquer cidadão deve ter acesso a essa dimensão simbólica da sua identidade, inclusive os que apresentam limitações cognitivas ou aqueles que não podem enxergar, ouvir, falar ou andar” (MARCHETTE, 2016, p. 188).

Salientamos que as barreiras arquitetônicas enfocadas ao longo desta pesquisa não tiveram o foco principal na elaboração do produto, pois pensamos em explorar a própria estrutura do prédio do museu, tendo como foco a inclusão cultural.

Assim, a Educação Patrimonial, dentro de uma perspectiva inclusiva, pode ser utilizada como mediadora no processo de construção do sentimento de pertencimento e de valorização de identidades culturais múltiplas. Ao realizar uma ação educativa com foco no patrimônio, devemos estar atentos para a pluralidade cultural existente no nosso país e as diferentes metodologias que podem ser aplicadas, tendo em vista atender realidades diversas do público visitante.

Nesse contexto, as exposições são importantes meios de mediação cultural em um museu. O Museu das Bandeiras possui um histórico em realizar exposições temporárias com temas variados, como já foi descrito neste relatório, que buscam atender as demandas da comunidade. Aliada a isso, está o fato de a 18ª Semana Nacional dos Museus, que foi realizada de 18 a 24 de março de 2020, ter como tema: “Museus para a Igualdade: diversidade e inclusão”. Dessa forma, o tema foi oportuno para o desenvolvimento do produto desta pesquisa, pois as exposições são responsáveis por transmitirem ideias e propiciar: “Um espaço de partilha de conhecimentos e interpretações, as exposições são meios de comunicação e de aprendizagem por excelência” (VIEIRA, 2009, p. 5).

Ao propormos a realização da exposição temporária “O museu e os sentidos”, podemos explorar os vários sentidos: visão, audição, olfato, tato e, por vezes, até mesmo o paladar, propiciando novas experiências, permitindo a construção de novos conhecimentos, a estruturação de novas representações e a apropriação cultural do espaço do Museu das Bandeiras. Os visitantes serão convidados a vivenciar a história do Museu tocando, sentindo, cheirando..., possibilitando, assim, conhecer este espaço para a além do visual. Explorar os sentimentos e emoções estão entre as prerrogativas dos espaços museais, expressas nos Cadernos Museológicos Volume II:

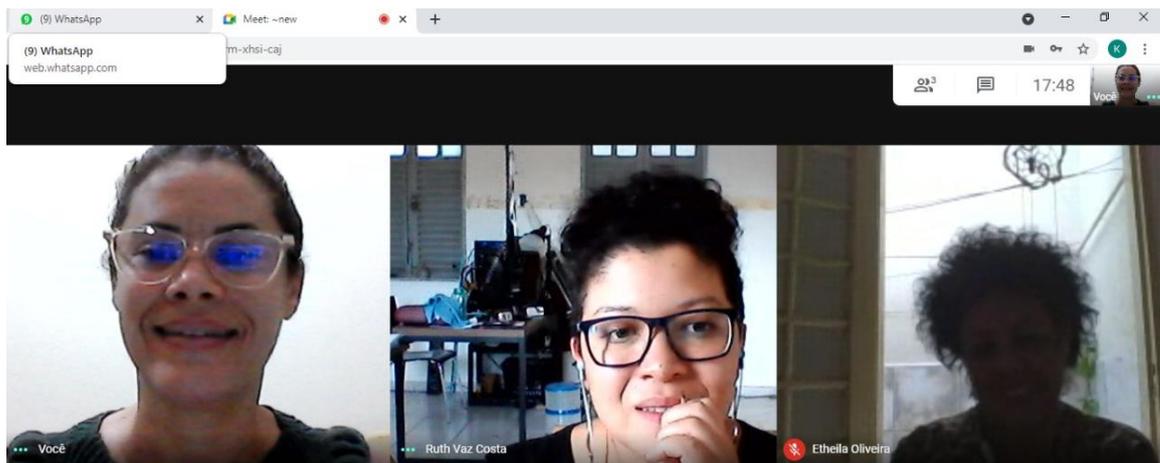
Pode-se assim dizer que o museu possui importância fundamental como o lugar em que todos esses sentidos são acionados no usufruto dos bens culturais oferecidos e disponibilizados pela comunidade. Faz parte de um movimento mundial a preocupação em garantir o ato de acessar uma edificação museológica, conseguir

penetrar nela, percorrer seus espaços, perceber as exposições que abriga e sentir-se acolhido e feliz ao desfrutar as manifestações artísticas ou culturais ali exibidas (CADERNOS MUSEOLÓGICOS, 2012, p. 21).

Essa nova experiência terá como norteadores os princípios do ter acesso, percorrer, ver, ouvir, sentir e tocar, sendo o objeto principal o próprio prédio da instituição e suas dependências. Assim, procuramos atender ao objetivo principal deste produto: vivenciar o espaço do museu através dos cinco sentidos, proporcionando a inclusão da pessoa com deficiência e despertando o público em geral para o universo inclusivo.

O processo foi dividido em etapas que incluíram: o planejamento, no qual foi feita a apresentação do pré-projeto da exposição para a equipe do Museu das Bandeiras, e a idealização do esboço da exposição.

Figura 15 - Reunião com a equipe do MUBAN sobre a exposição



Fonte: Arquivo Pessoal, 2021.

A interação com a equipe do MUBAN ocorreu via *WhatsApp* e *Google Meet*. Nas reuniões foram discutidos o formato da exposição e as peças da reserva técnica que poderão ser utilizadas. Em seguida, foi realizado um diagnóstico, a partir da pesquisa enviada pelos alunos, que citaram o que mais gostam no MUBAN. Na terceira etapa, será realizada a montagem da exposição pelo MUBAN, de acordo com as normas definidas pelo IBRAM, buscando garantir os direitos de acessibilidade.

Pensando no envolvimento dos alunos com deficiência do CEPMG - João Augusto Perillo e demais educandos da unidade no processo, convidamos os mesmos para que, de forma colaborativa, enviassem desenhos à exposição, que serão utilizados como a arte de toda a exposição. Desenhos estes apresentados no item 3.1.2.

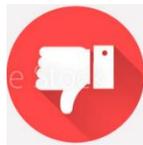
O material de divulgação da exposição será acessível, sendo utilizados como recursos vídeos curtos, com tradução em Libras, que serão vinculados na página do Museu das Bandeiras no *Facebook*, além de convite virtual com descrição, que será enviado às unidades escolares, Universidades (UEG, UFG) e demais instituições culturais da cidade.

Antes da abertura oficial, será realizada uma visita induzida para poucas pessoas com deficiência, pesquisadores, gestores e educadores da comunidade para obter impressões sobre a exposição. A abertura oficial poderá ocorrer no pátio do Museu das Bandeiras, com a participação dos alunos com deficiência do CEPMG - João Augusto Perillo e representantes da comunidade ligados ao tema. Após a abertura, a visita será agendada com as escolas da rede municipal e estadual e demais interessados.

Em seguida, após a visita à exposição, será feita uma entrevista com alguns estudantes de forma aleatória para colhermos informações sobre a exposição, visto que a avaliação constitui um fator primordial durante a realização de um projeto. Integrando o processo avaliativo, vamos fazer um painel comparativo onde o visitante vai avaliar a ação através de adesivos com *emojis*, informando como foi a sua experiência no museu. O Quadro 10 apresenta como será o painel avaliativo:

Quadro 10 - Avaliação da exposição: O museu e os sentidos

EXPOSIÇÃO: O MUSEU E OS SENTIDOS

Tive uma experiência nova no museu		Legenda:	
Me senti incluído/ acolhido		SIM	NÃO
Minhas necessidades de acessibilidade foram atendidas			
Gostei da exposição			
Vou divulgar para outras pessoas			
Descreva a sua experiência em uma palavra			

Fonte: Elaborado pela autora.

Finalizando o processo avaliativo, será feita a análise dos dados coletados para que sejam feitas possíveis mudanças na exposição, buscando atender as necessidades do público com deficiência. Esses dados constituem informações importantes para que o Museu das Bandeiras possa continuar construindo seu processo de inclusão da pessoa com deficiência na instituição.

Durante a exposição, os diferentes espaços do Museu serão apresentados dentro de sua especificidade, tendo como referencial o sentir. A narrativa da exposição terá como tema a história do Museu das Bandeiras, relacionando o prédio aos acervos. A recepção da exposição vai ocorrer no espaço “Enxovia 2” porque o piso é mais estável. Nessa sala, haverá uma pequena introdução sobre a história do MUBAN, relacionando-a com a pessoa com deficiência, pois, durante os séculos XIX e XX, há documentos no arquivo do Museu que relatam a existência de presos com deficiência na então cadeia. Foram escolhidos dois documentos, que estão nos Anexos 1 e 2 deste relatório, para serem expostos em Braille através de painéis. Na sala da Enxovia 2 também serão disponibilizadas peças do acervo para o toque. Seguem as imagens dos objetos escolhidos:

Figura 16 - Escultura religiosa



Legenda: Cabeça de santo, em madeira, olhos abertos, boca entreaberta, nariz aquilino, cabelos lisos e curtos, com barba e bigode.

Fonte: Acervo Online MUBAM. Site do Museu, 2020.

Figura 17 - Chave



Legenda: Chave de porta de ferro, extremidade superior em formato de coração, 04 saliências em alto relevo e extremidade em curva.

Fonte: Acervo Online MUBAM. Site do Museu, 2020.

Figura 18 - Colcha



Legenda: Colcha de algodão, com estampa formando desenhos geométricos nas cores verde e branco.

Fonte: Acervo Online MUBAM. Site do Museu, 2020.

Figura 19 - Tacape



Legenda: Em madeira roliça e escura, traçado em palha escura, formando ziguezague no centro, terminando por fio de algodão e terminação em ponta. Na imagem é o segundo da esquerda para a direita.

Fonte: Acervo Online MUBAM. Site do Museu, 2020.

Figura 20 - Balança



Legenda: Haste horizontal, com as extremidades terminadas em forma de orifício, de onde saem os suportes para os pratos da balança. Os pratos são de forma arredondadas com três cavidades onde estão presos os cordões que servem de suporte da haste.

Fonte: Acervo Online MUBAM. Site do Museu, 2020.

As peças foram escolhidas junto com a equipe do Museu que primou pela elaboração coletiva da exposição. O critério principal foi a proximidade com a cultura local e a representação da história da instituição. São objetos que podem estar presentes do cotidiano dos alunos com deficiência do CEPMG - João Augusto Perillo.

Após a introdução, as demais dependências do prédio serão visitadas com a exploração tátil - através dos pés - dos diferentes pisos: madeira, pedra e concreto ardósia. As paredes poderão ser tocadas para se sentir as diferentes técnicas de construção das mesmas. A audição será explorada através da sonoridade presente nas salas do prédio (barulho da rua, pássaros) e, como elemento principal deste aspecto, será tocado o sino que fica na torre do Museu.

Em seguida, a história do sino será apresentada aos visitantes, explorando a sua função e materiais utilizados para a produção. Durante o período de realização da exposição, o sino será tocado uma vez por semana (terça-feira) como forma de anunciar a exposição, reportando aos tempos em que o sino era a forma de comunicação da Casa de Câmara e Cadeia com a cidade.

O término da visita ocorrerá no pátio do MUBAN, onde iremos explorar o paladar e o olfato, por meio do cheiro das diferentes plantas que compõem o ambiente e degustação de mangas (se for o período propício para a colheita). Nesse ambiente, também vão ocorrer as dinâmicas “inclusivas”: vendar os olhos dos participantes para fazer um trajeto; fazer um percurso na cadeira de rodas; jogo de mímica para comunicar uma ideia sem a fala; descobrir qual o objeto através do tato. Essas atividades têm como objetivo colocar-se no lugar do outro e vivenciar as especificidades de cada deficiência.

Após a visita, os participantes serão convidados a fazer a avaliação da experiência através do painel avaliativo, citado anteriormente, que ficará na recepção do Museu. Durante o percurso da exposição, os visitantes serão acompanhados por um intérprete de Libras, que fará a interpretação das falas dos monitores do Museu.

3.1.1 Painéis táteis

Compondo o corpo da exposição, teremos um painel tátil. Os painéis táteis são um recurso de acessibilidade que permite levar o conhecimento por meio da utilização de relevos e texturas para representar imagens e figuras, ampliando as possibilidades de compreensão. São opções que podem ser utilizadas não somente para promover a inclusão de pessoas cegas e de

baixa visão, mas de videntes e visitantes com diferentes deficiências, que têm a oportunidade de se colocar no lugar do outro.

Essa ferramenta será utilizada para os visitantes cadeirantes ou com mobilidade reduzida que não têm a possibilidade de tocar as paredes externas do prédio por ser um terreno irregular.

Na produção do painel tátil, procuramos artistas da Cidade para que a população se sentisse representada dentro do Museu. A valorização da cultura e das pessoas locais é muito importante para que as instituições culturais se aproximem da comunidade e esta se sinta parte integrante do espaço. O painel foi construído tendo 1,16 de largura, 51 centímetros de altura e 20 centímetros de profundidade. Produzido em Madeirit, utilizando massa corrida, argamassa, tintas, areia, pedra, pedaços de telha e representará a fachada externa do prédio do Museu das Bandeiras.

No planejamento deste item da exposição, foram realizadas conversas com o artista Wesley Jubé¹¹ para definirmos o modelo do painel e a aplicabilidade do mesmo dentro da exposição. No percurso, encontramos muitas dificuldades, pois são necessários conhecimentos técnicos para que o objeto atenda ao seu objetivo principal: proporcionar aos visitantes, através do toque, uma dimensão real da fachada externa do Museu das Bandeiras. As imagens do processo de produção encontram-se nos apêndices 7.

As dificuldades na adaptação de materiais acessíveis são constantes quando se discute sobre a inclusão da pessoa com deficiência em diferentes setores da sociedade. Apesar da legislação garantir tais adaptações, as empresas especializadas no nosso Estado são poucas e os serviços oferecidos são de alto custo. Contudo, podemos ampliar nossas possibilidades recorrendo a métodos alternativos e dinâmicos capazes de levarem informações que possam estar adequadas às necessidades de determinados públicos.

Nas imagens que seguem, procuramos retratar um pouco desta trajetória de planejamento e produção do painel tátil. As fotos foram feitas para que o artista tivesse a dimensão real para reproduzir a fachada do prédio no painel tátil.

¹¹ Wesley Caio Santos Jubé é artista plástico, Cenógrafo, Bailarino, Figurinista, Documentarista, Web Designer, Ator, Escultor, artesão, restaurador, entra várias outras habilidades artísticas aplicáveis ao que vem compreender como arte.

Figura 21 - Parte baixa do alicerce do prédio



Fonte: Wesley Jubé, julho de 2020.

Figura 22 - Parede externa do prédio



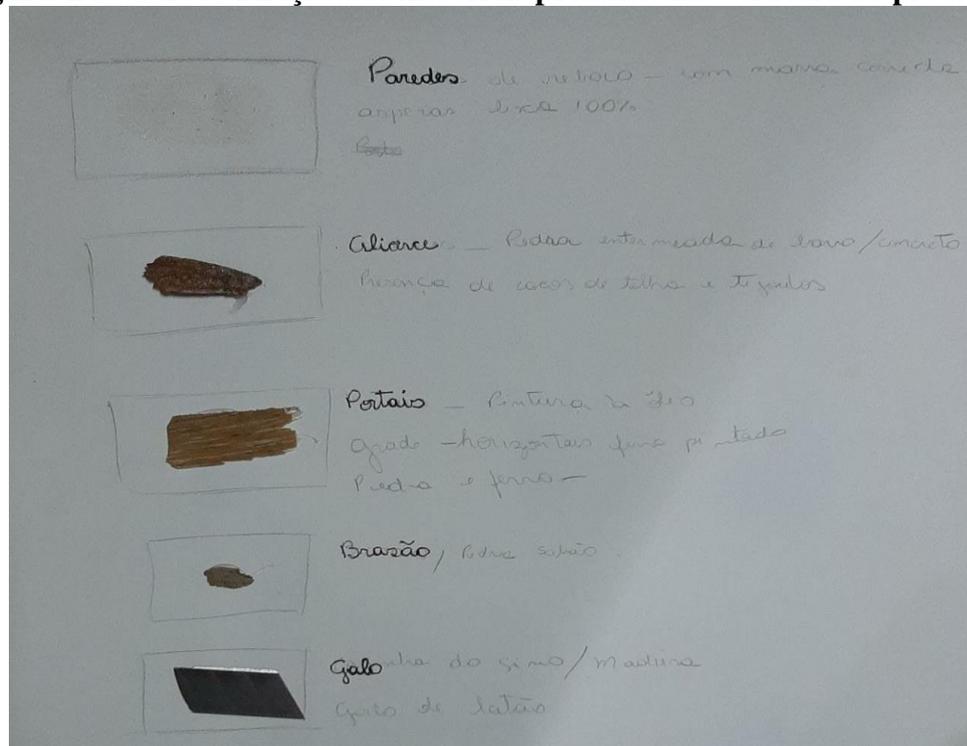
Fonte: Wesley Jubé, julho de 2020.

Figura 23 - Vista lateral da parede de entrada e alicerce do MUBAN



Fonte: Wesley Jubé, 2020.

Figura 24 - Caracterização dos materiais presentes na estrutura do prédio



Fonte: Wesley Jubé, 2020.

Figura 25 - Croqui do painel tátil



Fonte: Wesley Jubé, 2020.

3.1.2 Desenhos dos alunos do CEPMG - João Augusto Perillo para a Exposição

A ação cooperativa de desenhos sobre a exposição, presente na divulgação, foi desenvolvida com os alunos do CEPMG - João Augusto Perillo. Constituiu o meio encontrado para envolver os sujeitos pesquisados, provocando uma reflexão para a problemática da acessibilidade no Museu das Bandeiras. Esta ação também constituiu um trabalho de Educação Patrimonial na medida em que os alunos são convidados a pensar o bem patrimonializado dentro de uma nova perspectiva que atenda as necessidades reais da comunidade local. Foi proposto nos grupos de *WhatsApp* das turmas de Ensino Fundamental e Médio para que fossem enviados desenhos com o tema. A proposta foi explicada por mensagem de áudio, abordando sobre a pesquisa e importância da participação de todos. Às alunas com surdez, foi encaminhado um vídeo em Libras, feito pela professora intérprete. Como resultado, foram enviados quatro desenhos, sendo dois de alunos com deficiência e dois de alunos sem deficiência.

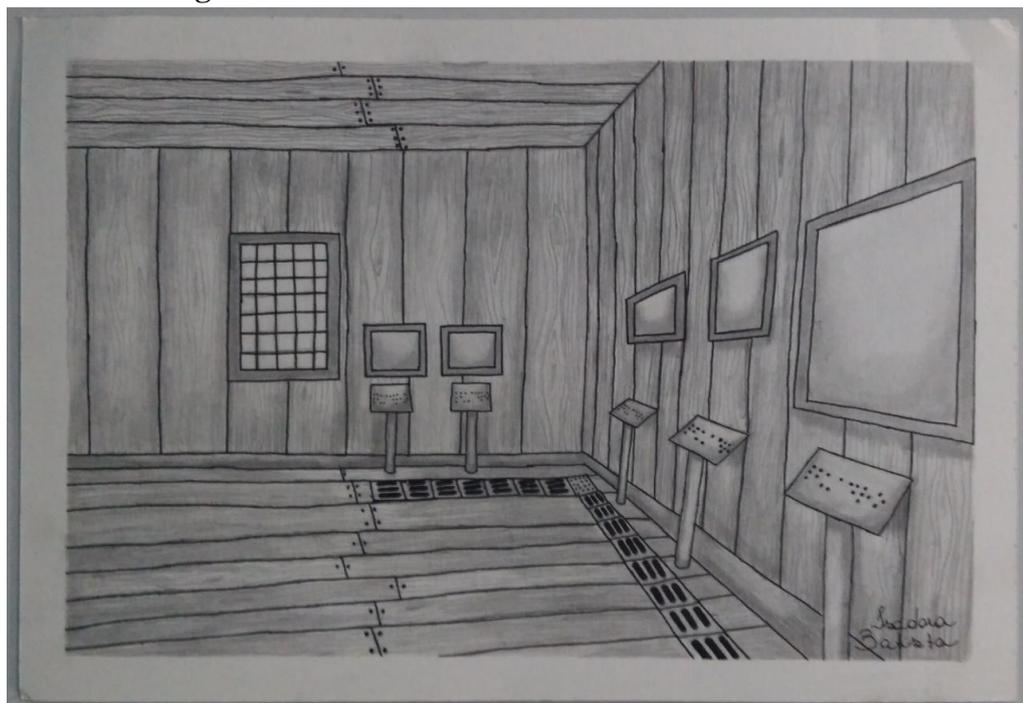
O desenho da aluna Kéren Borges (Figura 26) enfoca o acesso ao MUBAM. A aluna apresenta uma perspectiva de uma entrada reformulada, com pisos táteis e rampa em um dos lados da entrada. Na imagem também aparecem personagens cadeirantes e cegos, o que revela a preocupação da aluna em atender aos diferentes grupos sociais.

Figura 26 - Desenho da aluna Kéren Borges - 2020



Fonte: Elaborado pela aluna para a pesquisa.

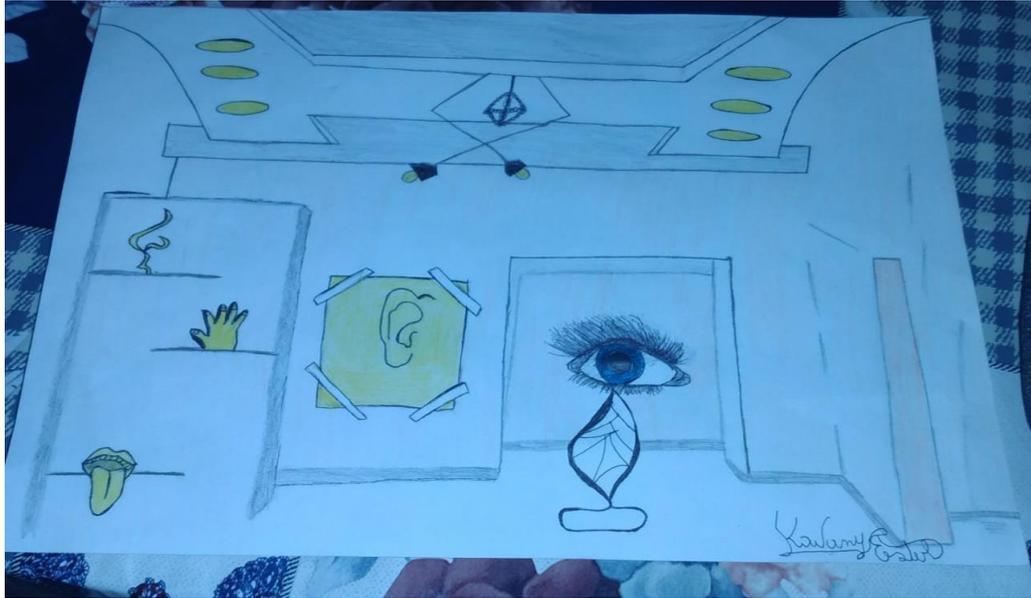
Figura 27- Desenho da aluna Isadora Batista - 2020



Fonte: Elaborado pela aluna para a pesquisa.

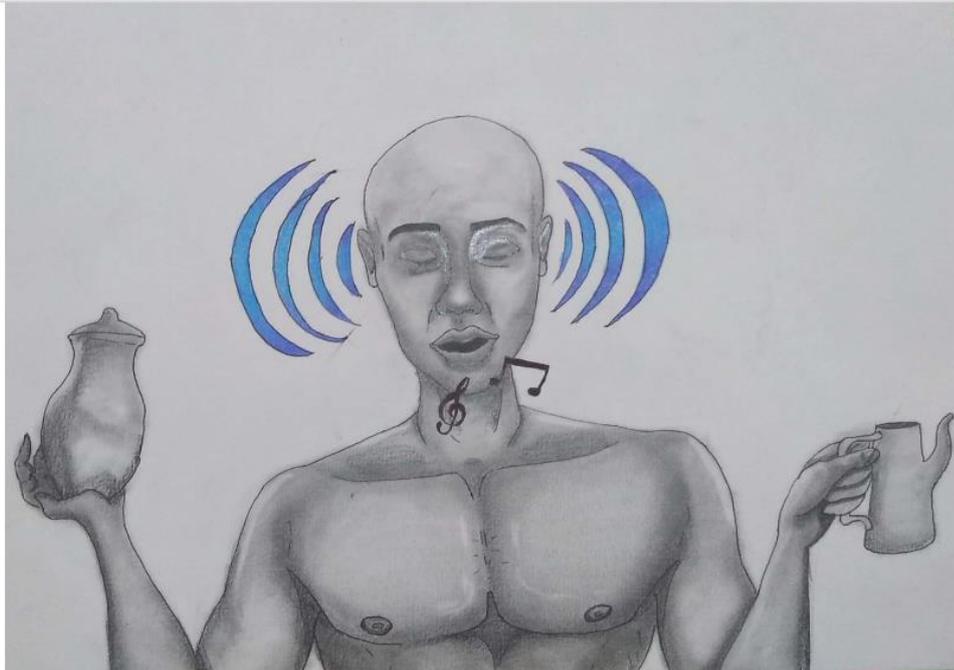
O desenho da aluna Isadora Batista retrata a sala da “Enxovia”, na área interna do Museu das Bandeiras. Podemos perceber o enfoque dado aos deficientes visuais e a preocupação com a acessibilidade à informação, através dos painéis em Braille e piso tátil que percorre o espaço.

Figura 28 – Desenho da aluna Kawany Ester - 2020



Fonte: Elaborado pela aluna para a pesquisa.

Figura 29 - Desenho do aluno Erick Henrique Alves de Oliveira - 2020



Fonte: Elaborado pela aluno para a pesquisa.

Os desenhos da aluna Kawany Ester e do aluno Erick Henrique apresentam os cinco sentidos por meio de uma visão mais subjetiva e artística. Ao solicitarmos os desenhos aos alunos do CEPMG - João Augusto Perillo, estimulamos a participação da comunidade, pois o

engajamento e a participação desta contribuem para o fortalecimento do sentimento de pertencimento. Ao incentivar a criatividade e a imaginação em suas ações educativas, o Museu muda seu foco e sua função, como foi bem definida por Ulpiano Bezerra:

Uma das funções de um museu é promover o deleite afetivo, as relações de subjetividade que se estabelecem entre os indivíduos e as coisas, que funcionam como suportes de memória, marcas identitárias e agem para definir trajetos, para explicar percursos, para reforçar referências, definir amarras (BEZERRA apud CADERNOS MUSEOLÓGICOS, 2012, p .21).

O formato desta exposição procura organizar uma experiência criativa e acessível para as pessoas com deficiência e, possivelmente, este objetivo terá alcance para as demais pessoas que visitem o museu, celebrando a multiplicidade cultural e social, pautadas na função de museu definida por Ulpiano: “Um museu que vai além da contemplação, que explore o sensorial, que construa laços e marque identidades” (apud CADERNOS MUSEOLÓGICOS, 2012).

Infelizmente, não foi possível definir uma data para a realização da Exposição devido ao fechamento dos museus por causa da pandemia causada pela Covid-19. O prazo de duração será de três meses e poderá ser desenvolvida no ano de 2022, quando os museus retornarem à sua normalidade.

3.2 Público-alvo da Exposição

A temática da Exposição “O Museu e os Sentidos” tem como objetivo acolher o público com deficiência, presente principalmente nas escolas Estaduais e Municipais da Cidade de Goiás. O público das escolas constitui a maioria dos visitantes do Museu das Bandeiras, anualmente. Essa afirmação foi evidenciada em vários momentos no Plano Museológico do Museu de 2020, segundo o qual, em 2019, o percentual de visitantes foi:

- 1) Público Escolar – 47,85%
- 2) Público Avulso - 44,3%
- 3) Moradores da Cidade – 4,54%
- 4) Público Participante de Eventos – 2,85%
- 5) Público de Excursão – 2,08%
- 6) Pesquisadores – 0,33%

A escolha deste público em especial justifica-se pelo maior alcance do público com deficiência. Outro fator relevante está no fato de este ser formado, em sua maioria, por crianças, adolescentes e jovens em período de formação socioemocional, no qual o tema da inclusão e respeito à multiplicidade pode ser melhor vivenciado para que possamos iniciar um processo de mudança de atitude para com o outro. Essa mudança de atitude é conceituada por Debora Prates (2015) como uma “acessibilidade atitudinal”, representada “Pela mudança nos nossos maus hábitos, arraigados nos cérebros humanos desde o início da civilização” (PRATES, 2015, p. 19).

Os caminhos para construirmos uma acessibilidade atitudinal são longos e tortuosos, mas sem sombra de dúvidas passam pela educação em seus diferentes espaços formais e não formais, no caso deste produto educativo, nos espaços museais. Esperamos contribuir com este público despertando para a importância do respeito ao outro e suas diferentes representações culturais.

3.3 O impacto esperado sobre a comunidade e na preservação do bem cultural

Durante o desenvolvimento desta pesquisa, foi possível perceber que o Museu das Bandeiras possui uma boa relação com a comunidade, pois a equipe, por meio de diferentes ferramentas como mídias sociais e parcerias com instituições, promove ações que despertam o interesse do público pelo Museu. A realização da exposição temporária “O museu e os sentidos” procura atingir em especial o público das escolas municipais e estaduais da Cidade de Goiás, mas também se destina ao público que ainda não conhece o MUBAN, uma vez que buscar criar um momento de reflexão e escuta sobre a temática da inclusão cultural.

As ações a serem desenvolvidas na exposição têm como objetivo incluir a pessoa com deficiência neste espaço, aproximando a comunidade do Museu. Ao propor, na exposição, a interação do público com a estrutura do Museu e seus acervos, estamos desconstruindo para a comunidade a imagem do museu como um lugar estático e de “coisas antigas”. Dessa maneira, apresentamos o museu como um espaço dinâmico, com capacidade de despertar a consciência e estimular questionamentos e pensamentos críticos, que acolhem e respeitam as multiplicidades.

Nessa perspectiva, o uso do museu como um espaço dialético, com debates de questões atuais como a inclusão da pessoa com deficiência, permite a aproximação do público e passa a ouvir o ausente, o não visto, construindo com o mesmo uma relação e uma história diferente,

legitimando a instituição enquanto espaço democrático, que se transforma e se reinventa, evoluindo com seu público.

Além disso, atrelada à inclusão cultural da pessoa com deficiência, a Exposição, ao explorar o MUBAN em todos os seus espaços, promove a Educação Patrimonial, visto que tem como eixo principal um bem patrimonializado de importante relevância para a comunidade, e conhecer o bem cultural, estabelecendo laços de pertencimento com o mesmo, é condição essencial para a sua preservação. Ao propormos este novo olhar, por meio das sensações, o patrimônio cultural adquire uma nova dimensão de instrumento de empoderamento e legitimação da cidadania plena. O impacto esperado poderá ser medido a partir da análise da avaliação da exposição, proposta no item 3.1. A partir deste estudo, as ações desenvolvidas dentro da Exposição podem ser replanejadas para se alcançar os objetivos esperados.

3.4 Devolutiva para a comunidade: o encontro entre teoria e prática

O ato de pesquisar, muitas vezes, deixa o pesquisador como aquele que acumula e retém os resultados da pesquisa, pois estes são analisados de forma unilateral e sem compartilhamento. Ao objeto ou aos sujeitos pesquisados, não é dada a oportunidade de se discutir sobre os dados levantados, diminuindo, assim, a possibilidade real de mudanças. Nesse sentido, não basta apresentar aos envolvidos os resultados obtidos ao longo da pesquisa, mas promover momentos de reflexão entre pesquisador-pesquisado para que os dados coletados possam subsidiar ações efetivas de intervenção na comunidade.

Nessa perspectiva, a análise das “vozes” dos envolvidos nos permite propor momentos de devolutiva, buscando caminhos que atendam as duas esferas pesquisadas: a equipe do Museu das Bandeiras e o grupo de pessoas com deficiência. As devolutivas propostas serão discutidas com as partes envolvidas, buscando através da escuta e do diálogo construir juntos um caminho inclusivo.

3.4.1 Devolutiva aos sujeitos com deficiência

A proposta de devolutiva, pensada para esta pesquisa, tem como fio condutor o diálogo constante entre o pesquisador e o objeto de pesquisa. A escolha desse caminho tem por objetivo principal construir pontes de conhecimento mútuo entre ambas as partes. Para tanto, ao pensarmos em uma proposta de devolutiva para os agentes com deficiência que participaram

da pesquisa, foram levados em conta os resultados da análise dos dados de dois questionamentos principais: Qual foi a sua maior dificuldade de acessibilidade ao visitar o MUBAN? Na sua opinião, como deveria ser um museu?

Como resposta ao primeiro questionamento, os depoentes citaram como entrave principal a dificuldade de acessibilidade, devido à estrutura física do Museu das Bandeiras: “As calçadas na entrada, a escada para o segundo andar, a falta de manutenção do elevador”, como já foi analisado anteriormente. No segundo questionamento, percebe-se o desejo de que este espaço seja mais “bonito, interessante”. Compreendemos nessas falas um dos grandes desafios dos museus na atualidade: tornar-se atrativo para o público e, ao mesmo tempo, manter suas características de criação. Pensando nesses depoimentos, a proposta de devolutiva para esta esfera será a exposição temporária: “O museu e os sentidos”.

As exposições são excelentes meios de comunicação e educação em museus, pois oferecem ótimos recursos para a mediação cultural. Por meio das exposições temporárias é possível ao museu manter um diálogo constante com a comunidade, atendendo aos seus anseios, de modo que um público novo e diversificado pode vir a adentrar neste espaço e tornar-se cativo. Dessa maneira, o desenvolvimento desta devolutiva está atrelada à disponibilidade do Museu das Bandeiras, sendo que a proposta foi amplamente discutida com a equipe para atendermos juntos aos direitos de inclusão da pessoa com deficiência neste espaço.

3.4.2 A devolutiva para os agentes museais

De acordo com os questionários respondidos, as principais dificuldades levantadas pelos funcionários do Museu das Bandeiras, ao atender o público com deficiência, se referem à estrutura do prédio, que não oferece acessibilidade física, e à falta de formação do grupo para atender esta clientela. Diante desses dados, pensamos em uma proposta que atenda a essa realidade.

Assim, as atividades a serem desenvolvidas nesta devolutiva foram divididas em etapas que visam sensibilizar o grupo para a temática, culminando com a apropriação dos conceitos discutidos durante a pesquisa. Ressaltamos que as atividades não são fixas e podem haver modificações ao longo do desenvolvimento das ações, pois temos que ter em mente o processo constante de ação-reflexão-ação. As etapas sugeridas para esta esfera são as seguintes:

- **Planejamento:** nesta etapa, haverá uma conversa com o diretor do Museu para apresentar a proposta e o planejamento das ações a serem desenvolvidas com o grupo da Instituição.
- **Diagnóstico:** o diagnóstico nos permite conhecer o que o grupo já sabe sobre o tema da inclusão da pessoa com deficiência nos espaços museais, dando a possibilidade de partir do particular para o todo, tornando o estudo mais interessante e significativo. Esta etapa será realizada através dos seguintes questionamentos feitos ao diretor do Museu: O grupo já fez algum curso de formação sobre o tema da inclusão? Quais foram os temas abordados? Na sua opinião, quais temas sobre inclusão atendem à demanda do Museu na atualidade?
- **Roda de Conversa: o que aprendi com o MUBAN?** Nesta etapa serão apresentados a toda equipe os resultados da pesquisa e a proposta de formação continuada. A roda de conversa será iniciada com a leitura do poema: “Cinco sentidos, um intuito: explorar-te”¹², de Sâmara Santana Câmara, seguida da apresentação de todos os presentes. Dando continuidade, teremos a apresentação dos dados da pesquisa e da proposta de formação continuada, utilizando slides no Data Show. Terminadas as apresentações, o momento será de escuta, pois os envolvidos serão convidados a refletir juntos sobre a importância da proposta de formação continuada, bem como sugerir assuntos que sejam interessantes para o grupo, caso haja sugestões, estas serão inseridas no documento. A roda de conversa será encerrada com lanche coletivo e entrega de canecas personalizadas com o tema da pesquisa aos funcionários.
- **Curso de formação continuada sobre as principais deficiências e iniciação em Libras:** Esta etapa da devolutiva tem como proposta a reflexão sobre o tema através de atividades lúdicas - como jogos, depoimentos de pessoas surdas e músicas - que proporcionem aos participantes vivenciar o mundo da pessoa com deficiência e mobilidade reduzida. O objetivo principal é despertar a compreensão de que ações de acessibilidade e uma postura de respeito à multiplicidade contribuem para a apropriação cultural de todos os que visitam o museu e não apenas das pessoas com deficiência. A etapa será dividida em dois momentos: o primeiro com o tema “O museu e a pessoa com deficiência”, no qual serão apresentados os principais direitos de acessibilidade da pessoa com deficiência nos espaços culturais, finalizando com

¹²Disponível em: <https://www.pensador.com/frase/Mjc3NDY5Ng/>

as principais deficiências: Transtorno do Espectro Autista, Síndrome de Down, Cegueira, Baixa visão, TDAH, Surdez. O segundo momento da formação tem com proposta o tema “O museu e a pessoa surda”, na qual serão discutidos temas sobre o mundo dos surdos, sua cultura e identidade, identificar os principais mitos em relação à língua de sinais, proporcionado um aprendizado básico da LIBRAS como forma de expressão e comunicação.

- **Avaliação:** Terminado o curso de formação, será realizada uma avaliação que constitui fator primordial após a realização de uma ação. Após o desenvolvimento da devolutiva, os participantes serão convidados a participar da avaliação da formação através da dinâmica “Bazar de trocas”. Os participantes responderão oralmente a seguinte pergunta: O que eu deixo e o que levo sobre a inclusão da pessoa com deficiência no Museu das Bandeiras?

A proposta da devolutiva à equipe do MUBAN, com detalhamento das ações, está nos Apêndices 4, 5 e 6 no final deste relatório.

Em relação à estrutura prédio e às dificuldades levantadas pelos depoentes relacionadas à acessibilidade estrutural do Museu das Bandeiras, reforçamos que são de suma importância, mas as adaptações somente podem ser realizadas seguindo as normas técnicas estabelecidas para os prédios históricos, de acordo com a normativa ABNT NBR 9.050/2004, que estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quanto ao projeto, construção, instalação e adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos às condições de acessibilidade. A implementação dessas mudanças, são de responsabilidade de todos que fazem parte da instituição e também da comunidade, que tem o dever de cobrar das esferas municipais, estaduais e federais políticas públicas que resguardem os direitos de acesso e usufruto da pessoa com deficiência neste espaço.

3.4.3 A proposta de Aplicação do Produto

A proposta de realização da exposição “O museu e os sentidos” pretende propiciar momentos de inclusão da pessoa com deficiência no Museu das Bandeiras, além de chamar a atenção da comunidade envolvida para a temática. No desenvolvimento desta, procuramos tornar o tema interessante e prazeroso para o público envolvido, sem perder de vista o rigor científico necessário. Nas palavras de Paulo Freire (1996):

O educador democrático não pode negar-se o dever de, na sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão. Uma de suas tarefas primordiais é trabalhar com os educandos a rigorosidade metódica com que devem se ‘aproximar’ dos objetos cognoscíveis. E esta rigorosidade metódica não tem nada que ver com o discurso ‘bancário’ meramente transferidor do perfil do objeto ou do conteúdo. É exatamente neste sentido que ensinar não se esgota no ‘tratamento’ do objeto ou do conteúdo, superficialmente feito, mas se alonga à produção das condições em que aprender criticamente é possível (FREIRE, 1996, p. 26).

O lúdico, a imaginação e a espontaneidade são os alicerces deste trabalho, que busca, por meio dos sentidos, incluir pessoas e ressignificar espaços. A educação em museus constitui uma importante ferramenta na sala de aula, pois estes constituem espaços que podem promover diferentes formas de aprendizagem. Nos espaços museais, os alunos, através da mediação cultural, podem ampliar o repertório de conhecimento sobre os saberes produzidos pela humanidade, tendo várias possibilidades para a imaginação e o estímulo à admiração do mundo, despertando-os para diferentes aprendizagens.

A exposição “O museu e os sentidos” dará aos educadores a oportunidade de refletir sobre a inclusão da pessoa com deficiência em um espaço diferente do contexto escolar, a partir da perspectiva patrimonial. A intersecção dessas duas realidades permitirá a exploração durante e pós exposição, por meio de diferentes atividades como: produção de textos, poesias, desenhos, apresentações de dança que tenham como eixo o patrimônio e a inclusão, entre outras. Ao explorar o espaço do MUBAM, através do sentir, podemos criar uma interação dos alunos com este bem patrimonializado, proporcionando momentos de interação entre os educandos e o meio.

A ações a serem desenvolvidas na escola a partir de uma exposição são variadas e dependem do enfoque do educador ao tema. Nessa perspectiva, propomos no próximo item alguns procedimentos que podem ser explorados de forma interdisciplinar em sala de aula.

3.4.4 Proposta de aplicação na comunidade escolar

A exposição “O museu e os sentidos” será produzida a partir da pesquisa “Patrimônio Cultural e Acessibilidade das Pessoas com Deficiência no Museu das Bandeiras (MUBAM) – Cidade de Goiás”. O público-alvo escolhido para a aplicação desta proposta são os alunos com deficiência do Colégio Estadual da Polícia Militar de Goiás (CEPMG) - João Augusto Perillo. No entanto, todas as escolas municipais e estaduais da cidade serão convidadas a participar, bem como toda a comunidade interessada na temática. A exposição será amplamente divulgada

na página do *Facebook* do Museu das Bandeiras, afim de alcançar diferentes públicos. No CEPMG - João Augusto Perillo a proposta será apresentada seguindo os seguintes passos:

- 1º Apresentação da proposta ao grupo gestor da Unidade.
- 2º Apresentação da proposta ao grupo de professores.
- 3º Listagem das disciplinas e turmas que vão participar.
- 4º Sensibilização dos alunos
- 5º Aplicação da proposta junto às turmas.
- 6º Sistematização dos resultados junto às turmas.
- 7º Apresentação dos resultados para a comunidade escolar.

Os passos propostos são apenas um roteiro, posteriormente, serão planejados e avaliados de acordo com a aplicação da proposta junto à comunidade escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da bibliografia analisada durante esta pesquisa, das declarações e documentos produzidos pelo ICOM, IBRAM, Iphan e Unesco, dos depoimentos dos funcionários do Museu das Bandeiras e dos alunos com deficiência do CEPMG - João Augusto Perillo, que frequentam o MUBAN, é possível afirmar que a inclusão da pessoa com deficiência neste espaço ainda constitui um longo caminho a ser trilhado pela equipe gestora do Museu. A carência financeira, a estrutura física do prédio e a falta de formação, de equipamentos adequados e de pessoal especializado em Libras e Braille foram considerados os principais entraves para a inclusão da pessoa com deficiência no Museu das Bandeiras.

Apesar das conquistas legais de inclusão da pessoa com deficiência em todas as esferas sociais e a igualdade de direitos para essa população, ainda se perpetua, na maioria dos espaços museais, em todo o país, o atendimento assistencialista, paliativo, que não torna o espaço inclusivo e aumenta a segregação social. Nesse sentido, as discussões sobre a função dos museus como agente de desenvolvimento social, implementadas pelo ICOM e seguidas pelo IBRAM em todo o Brasil, ainda ficam no plano das ideias, uma vez que na prática não são criadas políticas públicas que garantam sua implantação.

Além disso, a ideia de patrimônio cultural como algo estático, que não pode ser mudado porque perde a sua autenticidade, ainda perpetua em muitas esferas dos órgãos públicos ligados à cultura e também constitui um entrave para a implementação de mudanças efetivas que atendam as pessoas com deficiência. Os conceitos acessibilidade e patrimônio cultural, precisam ser constantemente analisados, pois a dimensão social do bem cultural deve ser superior ao seu caráter de manutenção apenas para contemplação. Quando uma edificação perde sua função social, gradativamente vai perdendo seus valores básicos e as razões para sua preservação.

Nesse sentido, as adaptações em prédios públicos que são garantidas pelo Decreto de Acessibilidade nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, que regulamenta os critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com de deficiência nos espaços públicos, e pela Norma Técnica NBR 9050:2004 precisam ser implementadas e avaliadas para que se garanta os direitos da pessoa com deficiência e das pessoas com mobilidade reduzida. O direito de acesso aos museus precisa ser garantido pela criação de políticas públicas que possibilitem a pessoa com deficiência físicas, sensoriais e cognitivas se apropriar do patrimônio da sua comunidade. É necessário compreender que um prédio livre de barreiras não é um benefício

apenas para a pessoa com deficiência, mas para todos os usuários do patrimônio cultural. A compreensão de que, em algum momento da vida, apresentaremos alguma limitação física, mental ou sensorial exige uma mudança atitudinal dos gestores do patrimônio para que juntos possamos desenvolver ações contra a discriminação.

Durante o processo desta pesquisa, foi possível verificar que o Museu das Bandeiras realiza ações de interesse da comunidade e mantém diálogo com seu público, através de mídias sociais, principalmente pela página do *Facebook* da instituição. Na análise dos questionários respondidos pelos alunos, comprova-se a importância do bem cultural para a comunidade e a necessidade de se implementar ações que atendam a pessoa com deficiência, porém, no dia a dia do museu, poucas ações são voltadas para o público com deficiência. As mudanças feitas seguem o padrão da maioria das instituições públicas que fizeram algumas adaptações físicas como rampas, elevador de acesso ao 2º piso do prédio, adaptação dos banheiros, piso tátil na escada, entre outras. Na comunicação com público, ainda não existem painéis informativos em Braille, nem intérprete de Libras, por exemplo. Por mais que a equipe gestora reconheça essa necessidade, fato comprovado nos depoimentos durante a pesquisa, e esteja aberta ao diálogo e sugestões, é necessário a política com “P”, como afirma Bauman (2004):

Há um grande e crescente abismo entre a condição social de indivíduos de jure e suas chances de tornar indivíduos de facto- isto é, de ganhar controle sobre seus destinos e tomar as decisões que em verdade desejam. Esse abismo não pode ser transposto apenas por esforços individuais: não pelos meios e recursos disponíveis dentro da política-vida auto-administrada. Transpor o abismo é tarefa da política com P maiúsculo (BAUMAN, 2004, p. 48).

Para que as pessoas com deficiência tenham acesso cultural efetivo ao Museu das Bandeiras, é necessário que se coloque o seu desejo em primeiro plano em relação às ações desenvolvidas pela instituição. Todos devem poder visitar o Museu e as exposições a qualquer momento, sem ter que solicitar atendimento especial ou ter que necessitar da ajuda de um parente para conseguir entrar no prédio; devem ter o direito de ir e vir, garantido pela Declaração Internacional dos Direitos Humanos.

O museu não se torna inclusivo recebendo as pessoas com deficiência de forma paliativa, carregando pessoas cadeirantes pela escada (pois o elevador estraga constantemente), fazendo rampa de acesso lateral, promovendo ações para permitir o acesso tátil a algumas peças do acervo e que não sejam disponibilizadas aos demais visitantes. Essas ações não tornam o espaço culturalmente inclusivo. Falta a política com “P” maiúsculo, que tenha como eixo norteador uma nova concepção de espaço, linguagem, mediação e inserção do museu. Todos

os colaboradores, instituições parceiras, funcionários e comunidade devem ser incluídos no processo, para que recebam a informação de que o espaço é aberto à pessoa com deficiência e colaborem com seus conhecimentos para a inclusão desse público.

Aqui se faz necessário reconhecer que o MUBAN tem se esforçado para se aproximar e cativar os visitantes, por meio de ações que envolvem as escolas da Cidade de Goiás e de parcerias com as diferentes instituições da comunidade, que procuram construir junto à população uma nova imagem deste espaço museológico.

Nessa perspectiva, a exposição “O museu e os sentidos”, produto final desta pesquisa, tem como objetivo contribuir para a inclusão da pessoa com deficiência no MUBAN. A proposta do produto vem de encontro com as ações previstas no Plano museológico 2020-2024, que buscam atender alguns aspectos da acessibilidade cultural. Existe um potencial e um desejo de transformação de toda a equipe da instituição, que se concretizaram em ações de adequação deste espaço em benefício da inclusão social e da acessibilidade para todos, independente, de suas capacidades física, sensoriais, cognitivas, intelectuais e sociais. Em um contexto de tantas conquistas e mudanças sociais, é imperativo que o Museu se torne “meu, seu, de todo mundo”. Esta frase representa a ideia de museu que foi discutido durante os dois anos desta pesquisa. Uma instituição para todos, com ações implementadas a partir da escuta de todos, que garantam os direitos de acessibilidade e exercício da cidadania, que valorizem a multiplicidade, proporcionando oportunidades para a população com deficiência e para todos os indivíduos que desejam se beneficiar das representações culturais que fazem parte do Museu das Bandeiras.

REFERÊNCIAS

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). **NBR 9050**: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://www.sienge.com.br/blog/nbr-9050-acessibilidade/>. Acesso em 15 de setembro de 2020.

BRAGA, J., L., M. Desafios e Perspectivas para Educação Museal. **Revista Museologia & Interdisciplinaridade**. v. 6. n. 12. Jul./ Dez. de 2017.

BAUMAN, Zigmund. **A modernidade Líquida**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 25**, de 30 de novembro, de 1937. *Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional*. Presidência da República Casa Civil, Rio de Janeiro. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0025.htm, Acesso em 13 de agosto de 2019.

BRASIL. **Decreto nº 10.502**, de 30 de setembro de 2020. *Política Nacional de Educação Especial*. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.502-de-30-de-setembro-de-2020-280529948>- Acesso em: agosto 2019.

BRASIL. **Decreto nº 5.296**, de 2 de dezembro de 2004. *Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida*. Presidência da República. Casa Civil, Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm Acesso em: setembro de 2019.

BRASIL. **Lei nº 6.949**, de 25 de agosto de 2009. *Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*. Diário Oficial da União. Poder Legislativo, Brasília, DF. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em 9 de agosto 2019.

BRASIL. **LBI - Lei Brasileira da Inclusão nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Presidência da República. Casa Civil, Brasília. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm Acesso em 10 de Agosto de 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.904**, de 14 de janeiro de 2009. *Institui o Estatuto de Museus*. Presidência da República. Casa Civil, Brasília. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm. Acesso em 10 de agosto de 2019.

BRASIL. **Lei nº 12.343**, de 2 de dezembro de 2010. *Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC*. Presidência da República. Casa Civil, Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112343.htm Acesso em: setembro de 2019.

BRASIL. **Plano Nacional Setorial de Museus**. Ministério da Cultura. Instituto Brasileiro de Museus. – Brasília, DF: MinC/Ibram, 2010. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2012/03/PSNM-Versao-Web.pdf> Acesso em: agosto de 2019.

BULHÕES, Girlene Chagas. Relatório de gestão. IBRAM, 2013. *In: Cadernos de sociomuseologia*. n. 11, v. 55, 2018.

CADERNOS MUSEOLÓGICOS. Instituto Brasileiro de Museus – Ibram. 2012. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/cadernos-museologicos/> Acesso em: outubro de 2019.

CARLAN, Claudio Umpierre. **Os museus e o patrimônio histórico: uma relação complexa**. v.27. n.2. França, 2008.

CASTRO, Stélia Braga. O museu das Bandeiras e as novas apropriações sociais do patrimônio cultural. *In: 1º Simpósio Científico ICOMO*. Belo Horizonte, 2017.

CELESTE, C.; SILVEIRA, C. Acessibilidade nos Museus brasileiros: tendências da produção acadêmica. **Revista Museologia & Interdisciplinaridade**. v. 8. n. 16, 2019. p. 196–212. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/24783/24171> Acesso em: agosto de 2019.

CHAGAS, Mario. A museologia e a construção de sua dimensão social: olhares e caminhos. *In: COHEN, Regina; DUARTE, Cristiane; BRASILEIRO, Alice. (org.). Acessibilidade a Museus*. Ministério da Cultura / Instituto Brasileiro de Museus. – Brasília, DF: MinC/IBRAM, 2012. (Cadernos Museológicos Vol.2). Acesso em 12 de agosto 2019.

CORÁ, M A J. Políticas públicas culturais no Brasil: dos patrimônios materiais aos imateriais. **Revista de Administração Pública**. v. 48, n. 5, p. 1093-1112, 2014. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/33331>. Acesso em 30 jul. 2019.

CORRÊA, Ygor. Tecnologia Assistiva: a inserção de aplicativos de tradução na promoção de uma melhor comunicação entre surdos e ouvintes. *In: Revista Novas Tecnologias na Educação*. UFRGS: Porto Alegre, 2014.

FARIAS, Norma; BUCHALLA, Cassia Maria. A classificação internacional de funcionalidade, incapacidade e saúde da organização mundial da saúde: conceitos, usos e perspectivas. **Revista Brasileira de Epidemiologia**. 2005. v. 8. n. 2. p.187-193. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-790X2005000200011>. Acesso em: setembro de 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagógica da Autonomia. Saberes necessários à prática educativa.** 63. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. *In: Estudos Históricos.* Rio de Janeiro, v. 28, n. 55, janeiro-junho 2015, p. 211-228.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2014.

IBRAM. **Site do Instituto Brasileiro de Museus.** Disponível em: <https://www.museus.gov.br/museus-ibram/> <https://www.museus.gov.br/museus-do-brasil/> Acesso em 06 agosto de 2020.

IPHAN. **Mobilidade e acessibilidade urbana em centros históricos.** Coleção Cadernos Técnicos do Iphan. v. 9. Brasília: IPHAN, 2014. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Caderno_mobilidade_acessibilidade_urbana.pdf Acesso em: Outubro 2019.

LONDRES, C. (org.). Patrimônio Imaterial. **Revista Tempo Brasileiro. Patrimônio Imaterial.** n. 147. Rio de Janeiro, out. /dez., 2001.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MARCHETTE, Tatiana Dantas. **Educação Patrimonial e políticas públicas de preservação no Brasil.** Curitiba: InterSaberes, 2016.

MUBAN. **Página do Museu das Bandeiras na rede social Facebook.** Disponível em: https://pt-br.facebook.com/pg/museudasbandeiras/posts/?ref=page_internal, Acesso em julho de 2020.

MUBAN. **Site do Museu das Bandeiras.** Disponível em: <https://museusibramgoias.museus.gov.br/>. Acesso em julho de 2020.

NBR 9050. **Norma Brasileira de Acessibilidade.** Disponível em: <https://www.sienge.com.br/blog/nbr-9050-acessibilidade/>. Acesso em 15 de setembro de 2020.

NORA, Pierre. Entre memórias e história: a problemática dos lugares. *In: Projeto História.* São Paulo, n. 10. 1993. p. 7-28.

PAOLI, Paula Silveira de. **Patrimônio Cultural. Políticas e perspectivas de preservação no Brasil.** Rio de Janeiro: MAUADX, 2012.

PELEGRINI, S. C. A. **Patrimônio cultural**: consciência e preservação. São Paulo: Editora Brasiliense, 2009.

PLANO MUSEOLÓGICO. **Plano Museológico - Museu das Bandeiras**. Ministério do Turismo. Instituto Brasileiro de Museus. 2020. Disponível em: <https://museusibramgoias.museus.gov.br/museus-ibram-em-goias/museu-das-bandeiras/plano-museologico-museu-das-bandeiras/> Acesso em: julho de 2019.

PNEM. **Caderno da Política Nacional de Educação Museal**. Instituto Brasileiro de Museus. Brasília, DF: IBRAM, 2018. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/Caderno-da-PNEM.pdf> Acesso em: Setembro de 2019.

PRATES, Debora. **Acessibilidade Atitudinal**. Rio de Janeiro: GRAMMA, 2015.

QUEBEC. **Declaração de Quebec** (Quebec, 12 de Outubro de 1984.) Disponível em: <https://www.revistamuseu.com.br/site/br/legislacao/museologia/4894-1984-declaracao-de-quebec.html>.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: Construindo uma sociedade para todos. 7. ed. Rio de Janeiro: WWA, 1997.

STUDART, D. C. Pandemia global de Covid-19 e Impactos para os Museus: Crise ou Oportunidade? Revista Museus. Online. 2020. Disponível em: <https://revistamuseu.com.br/site/br/artigos/18-de-maio/18-maio-2020/8539-pandemia-global-de-covid-19-e-impactos-para-os-museus-crise-ou-oportunidade.html> Acesso em 15 de julho de 2020.

VIEIRA, Helena Isabel Almeida. **Exposições. Forma de comunicar e educar em Museus**. Dissertação. 2009. Universidade do Porto. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10216/20314> Acesso em: agosto de 2019.

APÊNDICE

APÊNDICE 1 – Questionário enviado aos alunos com deficiência do CEPMG - João Augusto Perillo.

Identificação:

Nome	
Idade	
Email ou telefone de contato	
Escolaridade	

01. Você tem alguma deficiência?
03. Se possui, qual a sua deficiência?
04. O que é Patrimônio Cultural para você?
05. Você já visitou o Museu das Bandeiras?
06. O museu das Bandeiras é importante para a cidade de Goiás?
07. Se você visitou o museu das Bandeiras, foi com qual finalidade?
08. Durante a sua visita o que você mais gostou no museu? Porque?
09. Qual foi a sua maior dificuldade de acessibilidade ao visitar o museu?
10. Na sua opinião como deveria ser um museu?
11. Você conhece o site do Museu das Bandeiras?

APÊNDICE 2 – Questionário enviado a equipe do Museu das Bandeiras.

Identificação:

Nome	
Idade	
Data de nascimento	
Naturalidade	

1. Qual a sua função no MUBAN?
2. Você trabalha há quanto tempo neste museu?
3. Qual a relação do museu com a comunidade vilaboense?
4. Qual o quantitativo de público que o museu recebe anualmente?
5. O museu possui algum critério para identificar o quantitativo de pessoas com deficiência que são atendidas?
6. A unidade desenvolve alguma ação educativa voltada para o público com deficiência? Quais?
7. Qual a maior dificuldade enfrentada pela instituição para receber pessoas com deficiência?
8. Qual a relação do museu com as escolas públicas da cidade?
9. Como as unidades escolares podem contribuir para o desenvolvimento de ações de educação patrimonial nos museus?
10. Na sua opinião, qual a importância do museu para o processo de formação identitária da pessoa com deficiência?

APÊNDICE 3 – Questionário enviado a alunos surdos e Intérpretes de Libras para avaliar o site do MUBAN.

Identificação:

Nome	
Idade	
Data de nascimento	
Naturalidade	

Visite o site <https://museusibramgoias.acervos.museus.gov.br/acervo/> e responda os seguintes questionamentos:

1. Qual a sua opinião sobre o aplicativo em Libras usado no site?
2. Quais os pontos positivos e negativos do aplicativo?
3. Ao visitar o site, você ficou com vontade de conhecer o Museu das Bandeiras?

APÊNDICE 4 – Proposta de roda de conversas com os funcionários do MUBAN.

<p style="text-align: center;">  </p> <p style="text-align: center;">RODA DE CONVERSA: O que aprendi sobre o MUBAN.</p>		
<p>Pesquisadora: Kenia Aparecida de Moraes Orientador: Dr. Neemias Oliveira da Silva</p>		
<p>Objetivo: Apresentar os resultados da pesquisa e a proposta de formação continuada a equipe do Museu das Bandeiras. Duração: 04 horas</p>		
Metodologia	Recursos necessários	Avaliação
Leitura do poema: “Cinco sentidos, um intuito: explorar-te” de Sâmara Santana Câmara.	Espaço do MUBAM	Avaliação oral da proposta e da roda de conversas.
Slides no Power Point com os resultados da pesquisa.	Data Show	
Momento de escuta: ouvir os participantes sobre as ideias apresentadas.		
Encerramento: lanche coletivo. Entrega de canecas personalizadas com o tema da pesquisa aos funcionários.		

APÊNDICE 5 – Proposta de roda de conversas com os funcionários do MUBAN.

<p style="text-align: center;">  </p> <p style="text-align: center;">CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA: O MUSEU E A PESSOA COM DEFICIÊNCIA.</p>		
<p>Pesquisadora: Kenia Aparecida de Morais Orientador: Dr. Neemias Oliveira da Silva</p>		
<p>Objetivos: - Apresentar os principais direitos de acessibilidade da pessoa com deficiência nos espaços culturais. - Caracterizar as principais deficiências: Transtorno do Espectro Autista, Síndrome de Down, Cegueira, Baixa visão, TDAH, Surdez. Duração: 04 horas</p>		
Metodologia	Recursos necessários	Avaliação
Slides no Power Point	Espaço do MUBAM	Avaliação escrita destacando os pontos positivos e negativos no desenvolvimento da proposta.
Discussões e reflexões sobre o tema.	Data Show	
Dinâmicas de grupo que permitam aos participantes vivenciar na prática o atendimento a este público.	Textos de teóricos sobre o tema.	

APÊNDICE 6 – Proposta de formação continuada sobre surdez.

<p style="text-align: center;">  </p> <p style="text-align: center;">CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA: O MUSEU E A PESSOA SURDA</p>		
<p>Pesquisadora: Kenia Aparecida de Moraes</p> <p>Orientador: Dr. Neemias Oliveira da Silva</p>		
<p>Objetivos: - Conhecer o surdo, sua cultura e identidade, proporcionado um aprendizado básico da LIBRAS como forma de expressão e comunicação para mediar o desenvolvimento da linguagem do aluno surdo, numa perspectiva da abordagem educacional bilíngue.</p> <p>- Identificar os principais Mitos em relação a língua de sinais.</p> <p>Duração: 04 horas</p>		
Metodologia	Recursos necessários	Avaliação
Slides no Power Point	Espaço do MUBAM	Avaliação escrita destacando os pontos positivos e negativos, durante o desenvolvimento da proposta.
Discussões e reflexões sobre o tema, através de músicas.	Data Show	
Dinâmicas de grupo e jogos que permitam aos participantes conhecer um pouco sobre Libras.	Textos de teóricos sobre o tema. Jogos pedagógicos em Libras.	

APÊNDICE 7: Processo de produção do Painel Tátil

Figura 1



Figura 2

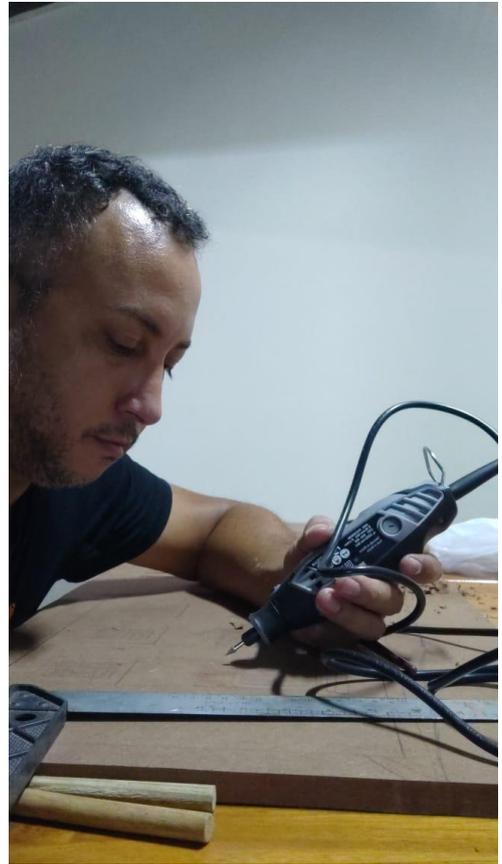


Figura 3



Figura 4



Figura 5

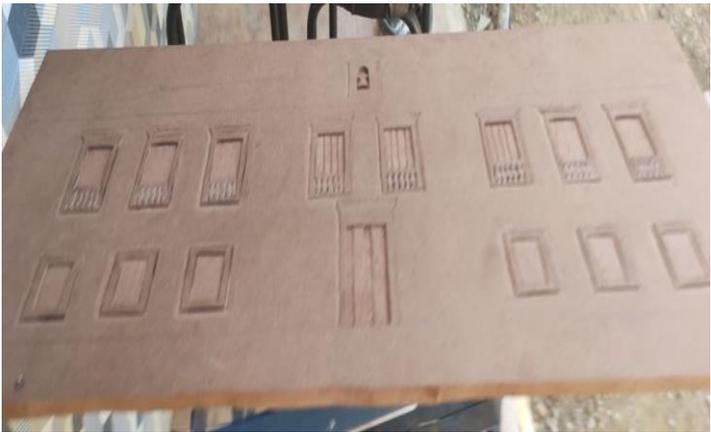


Figura 6



Figura 7



Figura 8



Figura 9



Figura 10



Figura 11



Figura 12

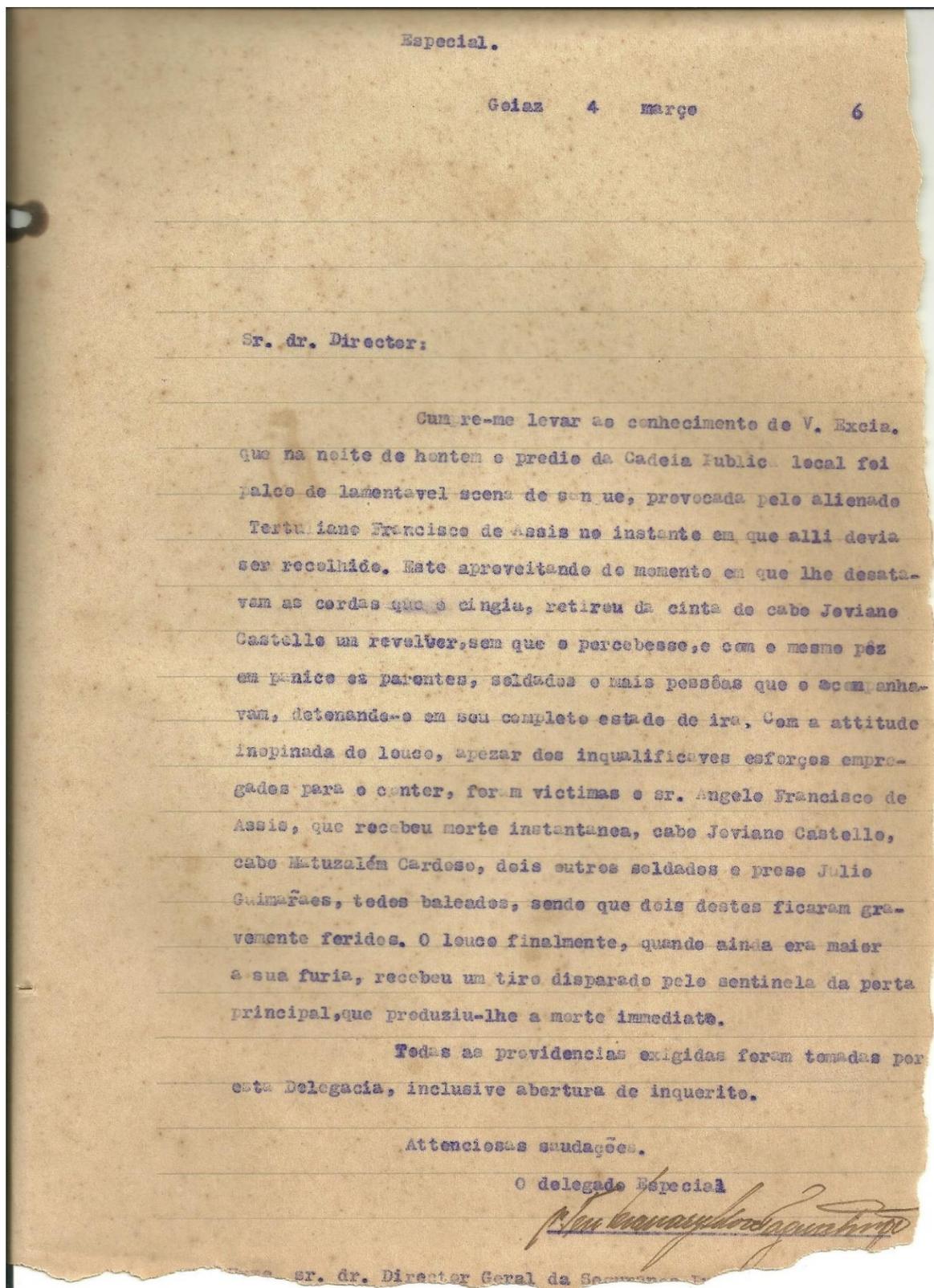


Figura 13



ANEXOS

ANEXO 1- Documento do arquivo interno do MUBAN (alienado Tertuliano Francisco de Assis, cena sangrenta, 1946).



ANEXO 2 – Documento do arquivo interno do MUBAN (preso quase cego 1936).

C. mo Sr. Delegado Antonio ...
 ral de Segurança Pública do Estado.
 Buscam-se, em seu original, as
 Elegado Especial do Estado de
 Goiás, para que tome as
 gicas promissoras a respeito.
 11.3.936.

O infante aniquado tempo atrás agredido a tam-
 bém detido pelo Sr. Antonio dos Santos,
 vulgo João Bófia, e ficando gravemente offen-
 dido o olho frontal esquerdo, que prejudicou o
 o do mesmo lado e não possui logo e sem
 recursos; tendo requerido ao Sr. Delegado
 duma Comarca tercio da Capital a fim de
 seu tratamento e sem uma solução teve
 ante a presente data.

Nestes termos requer a V. Ex.ª que seja
 dado uma receita medica e os medicamen-
 tos a fim de seu tratamento.

E por ser de justiça

Espera-se = Infimemente

Não vai esta ellado por ser o supplicante
 furo pobre e alimentado pelo Estado

© *Booker T. Washburn* author
 a present to *Miss*
Washburn - me
 W. Washburn.
 Dec 20, 1896
Washburn